

3

INVERSIONES EXTRANJERAS DIRECTAS EN RECURSOS NATURALES: LA CONEXIÓN CHINA

EDUARDO COSTA PINTO
ALAN FAIRLIE REINOSO

3.1. A DINÂMICA DOS RECURSOS NATURAIS NO MERCOSUL NA DÉCADA DE 2000: “EFEITO CHINA”, ESTRUTURA PRODUTIVA, COMÉRCIO E INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

Eduardo Costa Pinto¹ (IE-UFRJ)/Red Mercosur, Brasil)

3.1.1. INTRODUÇÃO

Depois de quase vinte anos de crescimento econômico baixo, os países membros permanentes do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) conseguiram, na década de 2000, reduzir de forma significativa sua vulnerabilidade externa e manter maiores taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), mesmo após a crise internacional de 2008.

Os melhores resultados econômicos e sociais da região foram impulsionados (de forma direta e indireta) pelas mudanças estruturais na economia mundial decorrentes da ascensão da China, que passou a funcionar como a locomotiva do crescimento mundial, mudando de forma profunda a divisão internacional da produção e do trabalho e criando, com isso, novas tendências estruturais para a economia mundial.

Essa nova dinâmica econômica dos países do Mercosul, em boa medida, esteve articulada, por um lado, à elevação da participação das atividades baseadas em recursos naturais (alimentos, energia, minérios, etc.) na agregação de valor e, sobretudo, nas exportações desses países; e, por outro, ao crescimento do investimento estrangeiro na região, especialmente o chinês, voltado à produção de matérias primas (petróleo, gás, mineração e a agricultura).

O incremento na participação dos recursos naturais na riqueza produzida vem suscitando um amplo debate na região a respeito da relação entre a elevação dessa participação e o crescimento econômico recente. Mais espe-

1 Professor adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: eduardo.pinto@ie.ufrj.br.

cificamente, a contenda gira em torno da seguinte questão: a estratégia de desenvolvimento dos países do Mercosul para os próximos anos deveria ser baseada na expansão da cadeia de valor de recursos naturais ou na diversificação da estrutura produtiva por meio da ampliação da industrialização.

Diante disso, este capítulo tem como objetivo analisar a evolução recente do setor de recursos naturais (valor agregado, exportações e investimento estrangeiro) nas economias argentina, brasileira, paraguaia e uruguaia, buscando identificar a relação entre a evolução recente do setor e as transformações da economia mundial decorrentes do “efeito China”.

Além desta introdução, este capítulo divide-se em mais seis seções. Na segunda, apresenta-se a linha geral do debate teórico sobre a relação entre crescimento econômico e recursos naturais, buscando destacar os novos elementos históricos desse antigo debate. Na seção 3.1.3., busca-se identificar quais foram os impactos (positivos e negativos) das transformações da economia mundial –proveniente do “efeito China”– para os países do Mercosul, mostrando como eles conseguiram aproveitar esse contexto para reduzir a vulnerabilidade externa e para aumentar suas taxas de crescimento. Na seção 3.1.4., pretende-se mostrar como a elevação do crescimento do PIB recente da Argentina, da Brasil, do Paraguai e do Uruguai esteve associada ao aumento da participação dos recursos naturais na agregação de valor e, especialmente, nas exportações desses países. Na seção 3.1.5., ensaja-se analisar os impactos do investimento estrangeiro (direto, aquisições, fusões e empréstimos, mais especificamente o direto) sobre a dinâmica setorial recente dos recursos naturais nos países do Mercosul, buscando destacar o papel desempenhado pela China na região. Por fim, na seção 3.1.6., procura-se alinhar algumas ideias a título de conclusão.

As informações do comércio dos quatro países do Mercosul foram obtidas na base de dados do Comtrade/ONU. Quanto aos valores agregados por atividades econômicas da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, os dados foram coletados na Cepal, para maior nível de agregação, e nos seus respectivos institutos oficiais de estatísticas para níveis mais detalhados (Instituto Nacional de Estadística y Censos/INDEC da Argentina; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE do Brasil; Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos/DGEEC do Paraguai; Instituto Nacional de Estadística/INE do Uruguai). As informações dos investimentos estrangeiros diretos foram obtidas na UNCTAD e na The Heritage Foundation, que realiza um acompanhamento sistemático dos investimentos chineses no mundo. Cabe observar ainda que os dados ao longo do texto, notadamente na seção 3.1.3., que não tenham sua fonte apresentada, são originados da base de informações da Cepal.

3.1.2. DIMENSÕES TEÓRICAS SOBRE CRESCIMENTO ECONÔMICO E RECURSOS NATURAIS: NOVOS ELEMENTOS DE UM DEBATE ANTIGO SOBRE O PAPEL DA ESTRUTURA PRODUTIVA

O papel desempenhado pela estrutura produtiva para a trajetória de desenvolvimento econômico de um país é alvo de longo debate na teoria econômica, desde sua origem. Qual estratégia deveria ser adotada por um país para obter o desenvolvimento: especializar-se em poucos setores no qual o país tem vantagens comparativas ou buscar alternativas para industrialização diversificada?

O avanço da teoria neoclássica ao longo do século XIX, sob forte influência da teoria ricardiana das vantagens comparativas, deixou esse debate submerso, pois para a mesma o crescimento econômico poderia ser obtido por meio da especialização produtiva em poucas atividades na qual o país tem vantagens comparativas, não importando assim o setor (indústria, agricultura e serviços) no qual é produzido mais valor adicionado (Squeff, Pinto & Yannick, 2012).

Essa discussão a respeito do papel da estrutura produtiva (mais ou menos diversificada) voltou à cena com o advento da “teoria do desenvolvimento”, no pós Segunda Guerra Mundial, que passou a questionar as supostas vantagens da especialização produtiva em recursos naturais adotadas pelos países subdesenvolvidos. Teoria esta que na América Latina ganhou uma roupagem particular a partir dos estudos estruturalistas desenvolvidos no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) (Bielschowsky, 2000).

Ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, os teóricos do desenvolvimento foram construindo eixos críticos à especialização produtiva em recursos naturais. O primeiro deles é a conhecida hipótese, desenvolvida por Prebisch-Singer, de tendência secular de deterioração dos preços dos produtos primários (baseados em recursos naturais) em relação aos preços dos manufaturados. Hipótese esta derivada da observação de que os produtos primários apresentam menor elasticidade-renda em comparação com os produtos industriais. Nesse sentido, os países que se especializam em produtos primários enfrentariam problemas derivados (i) dos baixos benefícios do crescimento da renda mundial, em virtude da sua menor elasticidade-renda; (ii) da expansão mais lenta da demanda desse tipo de produto em decorrência da dinâmica tecnologia poupadora de matérias primas; e (iii) da reduzida capacidade de progresso tecnológico do setor de recursos naturais (Prebisch, 2000a, 2000b; Marin, Aleman & Pérez, 2009; López, 2012).

O segundo eixo crítico à especialização em recursos naturais assentava-se no argumento de que esse tipo de produto apresenta maior instabilidade em seus preços de exportação, implicando numa maior vulnerabilidade

externa para países que dependiam desse tipo de exportações. Em outras palavras, as mudanças bruscas nos preços internacionais afetavam de forma significativa as receitas fiscais, a taxa de câmbio e os investimentos. Por fim, o terceiro eixo de estudos criticava a forma de exploração de recursos naturais destinados as exportações nos países subdesenvolvidos, que se configurou por meio de enclaves controlados por empresas multinacionais. Esse tipo de atividade tinha pouco impacto na geração de emprego e no progresso técnico (devido ao seu baixo encadeamento tanto a montante como a jusante) e ainda, boa parte da riqueza gerada localmente era repatriada para o país de origem da multinacional (Prebisch, 2000a, 2000b; Rodríguez, 2009; Busato, 2012; Marin, Aleman & Pérez, 2009).

A partir dessas críticas, os teóricos do desenvolvimento passaram a defender a diversificação da estrutura produtiva, pautada na indústria, como elemento central para alavancar o desenvolvimento. Nesse sentido, Kaldor (1989), destacado teórico dessa perspectiva, argumentava que a produção de produtos industriais apresenta rendimentos crescentes de escala, ao passo que a produção baseada em recursos naturais (agricultura, energia e mineração) apresenta rendimentos decrescentes. Com essa constatação, ele afirmou que existe: 1) uma relação entre o crescimento da produção industrial e a expansão do PIB; 2) uma correlação positiva entre o crescimento da produção da indústria e a produtividade em virtude dos rendimentos estáticos e dinâmicos de escala (lei de Kaldor-Verdoorn); 3) um transbordamento tecnológico do setor industrial para os outros setores, gerando assim uma elevação geral de produtividade em todos os setores; e 4) uma redução da vulnerabilidade externa com o avanço da industrialização, pois isso provoca transformações na pauta do comércio internacional por meio tanto da expansão da exportação de produtos manufaturados, que possuem uma elasticidade-renda maior, como da redução das importações de produtos industriais.

O debate sobre o papel desempenhado pela estrutura produtiva para o crescimento foi revigorado, desde os anos 1990, a partir de vários estudos empíricos (Sachs & Warner, 1995 e 1997; Rowthorn & Ramaswamy, 1997 e 1999, entre outros) que mostraram uma associação negativa entre especialização/concentração e crescimento econômico, denominada de doença holandesa. Nessa perspectiva, a expansão das exportações dos recursos naturais provoca a apreciação da taxa de câmbio que, por sua vez, provoca uma retração no setor de bens industriais e, conseqüentemente, uma redução no crescimento. Noutra linha, surgiram também estudos empíricos (Lederman & Maloney, 2008; entre outros) que passaram a questionar a associação negativa entre especialização de recursos naturais e crescimento econômico.

A partir de uma ampla resenha dos estudos empíricos sobre o tema, López (2012) afirmou que ainda faltam mais trabalhos empíricos para jogar luz ao debates, pois os atuais possuem uma grande diversidade metodológica o que impede a comparação entre os estudos.

Independente da solução de controvérsia desse debate, é inegável que as transformações produtivas e organizacionais iniciadas na década de 1980 possibilitaram a incorporação de uma maior dinâmica tecnológica nas atividades produtivas baseadas em recursos naturais. Transformações estas associadas às novas formas de gestão do trabalho, aos padrões de automação informatizada (base microeletrônica) e da teleinformática e à organização da indústria, tal como a cadeia de produção global que, na verdade, funciona como um sistema complexo de valor adicionado em que cada produtor adquire insumos e adiciona valor ao bem intermediário na forma de lucros e remuneração ao trabalho, que, por sua vez, irão compor os custos do próximo estágio de produção. Além dessa divisão organizada da produção, que facilita sua fragmentação, existem relações específicas entre as corporações envolvidas nesse arranjo produtivo (Sturgeon, 2002; Whittaker *et al.*, 2010). Cabe observar que as corporações, localizadas espacialmente, que compõem as cadeias globais de valor estão em constante processo de cooperação e conflito em sua busca pela maior fatia do valor adicionado em relação ao valor agregado global gerado na cadeia. Essa maior ou menor captura do valor das corporações é o resultado de suas posições diferenciadas nas cadeias globais de valor, que dependem da sua posição na estrutura da produção e distribuição dessa rede; em outras palavras, depende de que tipo de processo (montagem, extrativismo, desenvolvimento tecnológico, serviços de alta densidade tecnológica, suprimentos, desenvolvimento de marca, etc.) essas corporações efetuam.

Para Pérez (2010), as transformações do processo produtivo ao longo dos anos 1980 e 1990 provocaram uma hiper-segmentação em três áreas chaves, a saber: i) as cadeias globais de valor; ii) os mercados globais; e iii) a capacidade tecnológica. Com isso, cada uma “de estas áreas se convierte en una red compleja con componentes diferenciados. El resultado se puede caracterizar como una ‘descentralización integrada’ o una ‘componentización sistémica’, donde cada componente tiene un nivel muy alto de autonomía dentro de una estructura interfuncional e interactiva” (Pérez, 2010, p. 127).

Essa hiper-segmentação permitiu que as atividades baseadas em recursos naturais, especificamente suas cadeias globais de valor (e suas conexões a montante e a jusante), incorporassem um amplo conjunto de atividades (máquinas e equipamentos, serviços de alta densidade tecnológica, etc.) que gera uma maior dinâmica tecnológica. A exploração de petróleo

em águas profundas no Brasil e o desenvolvimento tecnológico recente da agricultura na Argentina são exemplos da capacidade de desenvolvimento tecnológico em cadeias globais de valor baseadas em recursos naturais. Marin & Aleman & Pérez (2009) deixam isso muito claro ao afirmar que essas atividades econômicas hoje envolvem um conjunto complexo de interações e processos que pode ser compreendido a partir de dois elementos, a saber:

[...] The first is that when analysing the potential contribution to development the unit of analysis can no longer be the NR-based firms or the narrowly defined NR-based value chain or *Filière*. The unit of analysis should be the NR-based *network*, including upstream, downstream and *lateral* linkages to the different value chains that comprise them, including the Knowledge Intensive Business Services (KIBS) that support them. This is not to say that innovations at the level of the firm or industry will be ignored but this paper will argue that the best opportunities for technological dynamism are to be originated by good quality interfirm linkages within the NR-based network [...]. The second issue is that we will gain little by analysing any of the activities within this complex network in isolation. In particular, innovation in this network involves several actors i.e. not only by the actors responsible for the production of NRs, but equally the many agents in charge of processing the NRs, the providers of equipment and R&D, the providers of packaging, etc. A systematic view is necessary therefore to explore the potential contribution of each particular NR to development. And that is also the necessary approach when envisaging a strategy of learning and growth based on them.

Nesse sentido, a questão a ser discutida para o debate do desenvolvimento nos países do Mercosul não é se as cadeias globais de valor baseadas em recursos naturais têm capacidades de gerar ou não desenvolvimento tecnológico, mas sim se elas têm capacidades para dinamizar as economias desses países (dadas as dimensões geográficas e populacionais) e se, principalmente, a apropriação do valor que fica para os produtores locais (na forma de lucro e remuneração do trabalho) possibilita a ampliação do emprego, da renda e, sobretudo, do progresso técnico nos espaços nacionais.

Aqui sim o debate precisa ser mais bem clarificado, pois sim as cadeias globais de valor baseadas em recursos naturais têm hoje capacidade de desenvolver progresso técnico, no entanto isso não significa que esse processo se desenvolva nos espaços nacionais onde é realizada a exploração de recursos naturais, pois a maior parte dos benefícios do desenvolvimento tecnológico pode ser apropriada por diferentes elos da cadeia global de va-

lor localizados em espaços externos. Podem ocorrer situações em que os países ocupem posições inferiores na captura de valor associado apenas ao processo primário de exploração de recursos naturais sem que consiga incorporar todo o potencial tecnológico que a cadeia de valor permite. Só com a endogenização do progresso tecnológico (ou de parte significativa dela nos termos atuais), como alertou Furtado (1968, 1986), é possível, ao mesmo tempo, ampliar a acumulação de capital e modificar o perfil da demanda, possibilitando elevações na produtividade do sistema econômico e, consequentemente, ganhos salariais para o conjunto da população.

Para que os ganhos potenciais das atividades baseadas em recursos naturais realizadas nos países do Mercosul sejam aproveitados é preciso produzir parte considerável das máquinas, insumos, sementes, biotecnologia e serviços de alta tecnologia vinculados a essas cadeias globais de valor. Essas “[...] atividades baseadas em recursos naturais não podem ser meros enclaves de onde saem as matérias-primas sem deixar rastro de emprego, progresso técnico e bem-estar social” (Bielschowsky, 2012, p. 740).

Por fim, cabe destacar que o retorno do debate a respeito do papel desempenhado pelos recursos naturais para o desenvolvimento da região está vinculado às questões da tecnologia atual (possibilidade de incorporar maior conteúdo tecnológico as atividades baseadas em recursos naturais) e de preços relativos (aumento e manutenção dos preços internacionais das *commodities* articulado a uma estabilização ou baixo crescimento dos preços das manufaturas). Este último fator só consegue ser apreendido a partir a ascensão da China na economia mundial nos anos 2000.

3.1.3. EFEITO CHINA E IMPACTOS PARA O MERCOSUL: NOVAS TENDÊNCIAS ESTRUTURAIS DA ECONOMIA MUNDIAL E MAIOR CRESCIMENTO DO PIB NA REGIÃO

A primeira década do século XXI foi marcada pela configuração de uma nova divisão internacional da produção e do trabalho em que a China passou a ter papel de destaque, tornando-se a “fábrica do mundo” e um dos principais importadores de recursos naturais do mundo, especialmente da África, da América Latina e dos países asiáticos em desenvolvimento. Essa nova configuração internacional vem criando novas tendências estruturais da economia mundial.

Boa parte dessas transformações internacionais foi decorrente do efeito direto e indireto do crescimento do PIB chinês (aproximadamente 10% ao

ano entre 1980 e 2010). Com isso, a economia da China, ao longo dos anos 2000, passou a deter uma participação maior no PIB global (que saltou de 3,7% em 2000 para 9,3% em 2010) e se tornou a segunda maior economia do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos; bem como passou a contribuir cada vez mais para o crescimento mundial, especialmente após a crise internacional de 2008 (de 8,4% entre 1991-2000 em média para 15,2% entre 2001-2010 em média; e de cerca de 19% em 2010) (Acioly & Pinto & Cintra, 2011).

Medeiros (2006) deixou muito claro o novo papel econômico desempenhado pela China, que passou a funcionar como um “duplo polo”. De um lado, tornou-se o principal produtor e exportador mundial de produtos da Tecnologia da Informação e de bens de consumo intensivo em mão de obra. Com isso, transformou-se num exportador líquido para os Estados Unidos, o Japão e alguns países europeus. Do outro lado, tornou-se grande demandador da produção mundial de máquinas e equipamentos, de produtos de alta tecnologia e de matérias primas (petróleo, minerais, produtos agrícolas etc.). Assim, transformou-se num importador líquido para a Ásia e num dos principais destinos das exportações da África e da América Latina.

O papel de duplo polo desempenhado pela China na economia internacional vem provocando significativas transformações estruturais que, segundo Castro (2011), Pinto (2011) e Pinto & Balanco (2012), podem ser elencadas em quatro tendências: 1) Elevação e manutenção dos preços internacionais das *commodities* fruto da demanda chinesa (efeitos direto e indireto) e da elevação dos custos de produção desses produtos; 2) Estabilização ou baixo crescimento do nível de preços das manufaturas em virtude da pressão competitiva da produção industrial da China. Produção esta que combina salários baixos, economias de escala e de escopo e novas formas de organização e gestão da produção –tecnologia frugal, produção modular, etc.–; 3) Sustentação dos termos de troca favorável aos países em desenvolvimento, especialmente os africanos e os latino-americanos que exportam *commodities* para a China. Isso relaxou a restrição externa que esses países enfrentam. Esta condição decorre das duas tendências anteriores; e 4) Expansão mundial do consumo de massa em decorrência da mudança de preço relativo entre manufaturas e salários que vem permitindo o acesso aos produtos industriais a segmentos da população mundial que até então viviam na condição de subsistência. Esta condição decorre das três tendências anteriores.

De forma mais específica, essas transformações mundiais provocaram efeitos positivos (particularmente no âmbito das contas externas) para o conjunto dos países do Mercosul, especialmente para os exportadores de *commodities* que a China demanda. A região (Argentina, Brasil, Paraguai e

Uruguai) acumulou expressivo superávit no balanço de pagamentos de US\$ 293,9 bilhões no acumulado entre 2000 e 2010, possibilitando aos países acumular expressivas reservas (de US\$ 62,4 bilhões em 2000 para US\$ 415,5 bilhões em 2011) e, conseqüentemente, reduzir suas vulnerabilidades externas. Esse crescimento expressivo das reservas internacionais foi observado nos quatro países da região².

A dinâmica positiva das contas externas do conjunto de países do Mercosul ao longo dos anos 2000 pode ser dividida em duas etapas. A primeira, entre 2002 e 2007, na qual os superávits na balança comercial (US\$ 287,4 bilhões no acumulado) foram superiores aos déficits estruturais da conta de serviços e renda (US\$ 234,6 bilhões no acumulado), propiciando superávits na conta corrente. A segunda etapa, entre 2009 e 2011, quando os superávits na conta capital e financeira (de US\$ 64,6 bilhões em 2009, de US\$ 104 bilhões em 2010 e de US\$ 115 bilhões em 2011) foram os maiores impulsores positivos das contas externas. Essa melhora externa da região foi impulsionada pelo “efeito China” (que provocou a elevação da demanda e dos preços internacionais dos recursos naturais que a região exporta), e mais recentemente (pós-crise de 2008) pela ampliação da liquidez internacional (decorrente das políticas monetárias expansionistas dos Estados Unidos) e pela expansão do investimento estrangeiro direto, especialmente o destinado a produção de matérias primas.

Nesse contexto internacional, marcado pelo “efeito China”, verificou-se, entre 2000 e 2011, uma significativa expansão do *quantum* exportado pelos países do Mercosul (de 59,9% na Argentina, de 51,3% no Brasil, de 152% no Paraguai e de 82,2% no Uruguai) e uma forte elevação do valor unitário das exportações dos países da região (de 67,8% na Argentina, de 118,5% no Brasil, de 43,4% no Paraguai e de 71,0% no Uruguai). Pelo lado das importações do Mercosul, verificou-se uma expansão do *quantum* acima das exportações e um crescimento do valor unitário (de 29% na Argentina, de 65,8% no Brasil, de 33% no Paraguai e de 61,8% no Uruguai) bem abaixo do observado nas exportações.

Essa dinâmica do comércio proporcionou uma melhora nos termos de troca dos países do Mercosul entre 2000 e 2011, sobretudo para o comércio

2 Entre 2000 e 2011, as reversas internacionais da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai cresceram 82% (de US\$ 25,5 bilhões para US\$ 46,3 bilhões); 958% (de US\$ 33,4 bilhões para US\$ 353,8 bilhões); 637,2% (de US\$ 0,7 bilhão para US\$ 5,0 bilhões); e 270,2% (de US\$ 2,8 bilhões para US\$ 10,4 bilhões), respectivamente.

argentino e brasileiro (de 32,7% na Argentina, de 35,3% no Brasil, de 7,6% no Paraguai e de 2% no Uruguai), relaxando, portanto, os problemas de restrições externas ao crescimento. Além do que, a depender da sua estrutura produtiva, o aumento das exportações funcionou como importante componente da demanda agregada (Fiori, 2006 e 2011; Pinto & Balanco, 2012). A melhora nos termos de troca representou um bônus macroeconômico, possibilitando crescimento sem gerar graves desequilíbrios externos e internos.

Além do aumento das exportações, a elevação dos preços das *commodities* exportadas pelos países do Mercosul estimulou o aumento do investimento estrangeiro direto (IED) na região, que passou de US\$ 43,6 bilhões em 2000 para US\$ 76,4 bilhões em 2011. A dinâmica do IED será detalhada em seção 3.1.5.

A redução da vulnerabilidade externa, associada ao fortalecimento da capacidade fiscal dos países do Mercosul, permitiu a adoção de políticas fiscais expansionistas, centradas em maiores investimentos públicos em infraestrutura e em maiores gastos em políticas sociais, que proporcionaram elevação da demanda agregada e, conseqüentemente, maiores taxas de crescimento do PIB articuladas à redução da pobreza extrema. Entre 1990/2001 e 2000/2011, as taxas médias de crescimento do PIB na Argentina, no Brasil, no Paraguai e no Uruguai elevaram-se de 3% para 4,5%, de 1,9% para 3,6%, de 2,1% para 3,1% e de 2,3% para 3,3%, respectivamente.

Essa nova dinâmica socioeconômica dos países do Mercosul na década de 2000 veio acompanhada pelo aumento acelerado da influência econômica (comércio, investimento direto e crédito) chinesa na região em virtude do aumento significativo da participação das exportações e das importações destinadas e originadas da China, e da ampliação do Investimento Direto Externo (IED) chinês no Mercosul, sobretudo na Argentina e no Brasil.

Essa maior presença chinesa gerou impactos diferenciados sobre os países do Mercosul. A partir da classificação de Barbosa (2011), é possível afirmar que a Argentina e o Brasil enfrentam uma relação complexa com o avanço chinês, pois eles são beneficiados pela loteria das *commodities* (demandadas pela China), sobretudo o Brasil; no entanto eles sofrem impactos negativos sobre suas bases industriais decorrentes da pressão competitiva das manufaturas importadas da China. Situação esta que piorou ainda mais após a crise internacional em virtude do direcionamento das exportações chinesas para a região com a queda do consumo nos Estados Unidos e na Europa.

O Paraguai e o Uruguai, segundo classificação de Barbosa (2011), fazem parte do grupo de países exportadores de *commodities* que foi pouco beneficiado pela ascensão da China, pois não possui *commodities* fortemente demandada por esse país; mas que também não enfrentam o problema da pres-

são competitiva das manufaturas oriundas da China, uma vez que possuem pequena base industrial. Apesar do Paraguai e do Uruguai não terem sido beneficiados de forma direta, eles foram impactados positivamente em decorrência da maior dinâmica dos mercados dos seus vizinhos (Argentina e Brasil), que são importantes destinos das exportações paraguaias e uruguaias.

A manutenção da dinâmica econômica chinesa gerará impactos positivos, no curto ou no médio prazo, para as economias latino-americanas que contam a “loteria das *commodities*”, pois proporciona uma redução da vulnerabilidade externa e um aumento da demanda agregada pela via das exportações. No entanto, essa “mesma mão” (sino) que afaga tende a criar uma dinâmica que “puxa” as economias dos países do Mercosul para a reprimarização da pauta exportadora e para o aumento da participação dos produtos baseados em recursos naturais na estrutura produtiva, conforme veremos na seção seguinte.

3.1.4. EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NA AGREGAÇÃO DE VALOR E NAS EXPORTAÇÕES NOS PAÍSES DO MERCOSUL NOS ANOS 2000

A dinâmica econômica dos países do Mercosul na década de 2000 –influenciada pelas alterações da economia mundial– vinculou-se ao aumento de atividades produtivas baseadas em recursos naturais. Boa parte das análises recentes utiliza os dados do comércio exterior para mostrar isso. Pretende-se aqui analisar, além da pauta comercial, a evolução da estrutura produtiva da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai para evidenciar a ampliação desse tipo de atividade econômica.

Para essa análise foi desenvolvida uma classificação própria (Quadro 1) –a partir de adaptações das classificações apresentadas por Kupfer (2001), Rocha & Kupfer (2002) e Pinto (2010)– que agrupa os setores de atividade econômica (pela *International Standard Industrial Classification of all economic activities*, ver. 4 – ISIC) em seis grandes setores³: Agronegócio e Extrativismo (Intensivo em Recursos Naturais) (AGE); Indústria de *Commodities*

3 Para tanto, utilizou-se as classificações de atividades econômicas mais recentes da Argentina (ClnAE 2010), do Brasil (CNAE 2.0), Paraguai (CNAEP 1.0) e do Uruguai (CIU, rev. 4) a dois dígitos que são equivalentes a classificação ISIC versão 4. Com isso, foi possível realizar comparações entre as evoluções da estrutura produtiva desses países. Cabe observar que os dados disponíveis da Argentina, do Paraguai e do Uruguai estavam listados em classificações

(IC) intensiva em capital; Indústria Difusora de Tecnologia (ID); Indústria Tradicional (IT); Construção Civil (CC); Serviços de infraestrutura (SI); e Outros Serviços (SO). Os dados do comércio exterior também foram classificados por setores de atividade econômica (conforme *ISIC, rev.4*) e agrupados em seis grandes setores, descritos anteriormente.

Quadro 1 Classificação setorial adotada para os grandes setores

Setores		Seção/Divisão/Grupo	Descrição
AGE	Agronegócio e Extrativismo (Intensivos em Recursos Naturais)	A01,A02,A03	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquíicultura
		B05,B06,B07,B08,B09	Indústrias extrativas
		C10, C11, C12	Fabricação de produtos alimentícios, bebidas e fumo
		C16	Fabricação de produtos de madeira
I	IC Indústria de Commodities (Intensivos em Capital)	C17	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel
		C19	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (álcool e demais)
		C20,21	Fabricação de produtos químicos
		C23,C24,C25	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos e de metal, exceto máquinas e equipamentos, e metalurgia
	ID Indústria Difusora de Tecnologia (Intensiva em Tecnologia)	C26,C27,C28,C33	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos
		C29,C30	Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias e outros equipamentos de transporte
	IT Indústria Tradicional (Intensiva em mão-de-obra)	C13,C14,C15	Fabricação de produtos têxteis, confecção de artigos do vestuário e acessórios, preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados
		C22	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico
		C18, C31,C32	Fabricação de móveis e fabricação de produtos diversos
	CC	Construção Civil	F41,F42,F43

de atividades anteriores, com isso, fez-se necessário utilizar tabelas de conversão entre as versões anteriores das classificações de atividades e a versão atual.

S	SI - Serviços de Infraestrutura	D35, E36,E37,E38,E39	Eletricidade e gás água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
	S0- Outros Serviços	G45,G46,G47,I55,I56	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas, alojamento e alimentação
		H49,H50,H51,H52,H53, J58,J59,J60,J61,J62,J63	Transporte, armazenagem, correio, informações e (tele)comunicações
		K64,K65,K66, L68,M69, M70,M71,M72,M73,M74 ,M75,N77,N78,N79,N80, N81,N82	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, atividades imobiliárias e atividades profissionais, científicas e técnicas e atividades administrativas e serviços complementares
		O84,P85,Q86,Q87,Q88, R9 0,R91,R92,R93,T97,S94,S9 5,S96, U99	Serviços comunitários, sociais e pessoais (administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, artes, cultura, esporte e recreação e serviços domésticos, outras atividades de serviços, organismos internacionais.

Fonte: Elaboração própria a partir de Kupfer (2001), Rocha & Kupfer (2002) e de Pinto (2010).

A opção por esta classificação própria deve-se ao fato de que nela é possível observar a evolução da estrutura produtiva nacional e do comércio externo a partir das atividades intensivas em recursos naturais tanto do setor primário como no de transformação, possibilitando ainda comparar as evoluções na estrutura produtiva dos países do Mercosul.

3.1.4.1. Argentina: ampliação da participação no valor adicionado e nas exportações das atividades baseadas em recursos naturais

O início dos anos 2000 na Argentina foi marcado por uma profunda crise política e econômica. O PIB despencou por três anos consecutivos (-0,8 em 2000, -4,4 em 2001 e -10,9 em 2002, Tabela 2) atingindo o fundo do poço em 2002, quando a taxa de desemprego aberto alcançou 19,7% da população. O investimento e o consumo das famílias caíram ano após ano, respectivamente, em 6,8% em 2000, 15,7% em 2001 e 36,4% em 2002, e em 0,7 % em 2000, 5,7% em 2001 e 14,4% em 2002.

As políticas de recorte neoliberal (privatizações e estratégias macroeconômicas de câmbio fixo –“sistema de conversibilidade”–) adotadas em todos os países da América Latina –levadas ao extremo na Argentina nos anos 1990– lançaram o país em uma profunda crise econômica, política e social (Bugna & Porta, 2008).

A crise, o fim do sistema de conversibilidade em janeiro de 2002 e as políticas de demanda efetiva adotadas pelo governo Nestor Kirchner provocaram fortes modificações nas rentabilidades setoriais, na configuração da demanda e na atividade econômica (crescimento de médio do PIB de 7,8% entre 2003 e 2011, Tabela 1), implicando em mudanças nos preços relativos da economia que se tornaram mais favoráveis a produção doméstica de bens comercializáveis e a utilização de processos intensivos em trabalho (expansão da indústria de transformação de 8,5 % entre 2003 e 2011, Tabela 1).

Tabela 1 Argentina: taxa de variação real dos componentes do PIB pela ótica da produção, 2000-2011 (%)

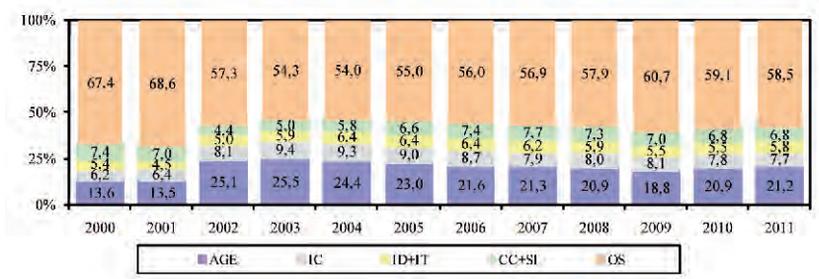
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB	-0,8	-4,4	-10,9	8,8	9,0	9,2	8,5	8,7	6,8	0,9	9,2	8,9
Agropecuária	-1,8	1,1	-2,3	6,9	-1,5	11,1	2,6	9,8	-2,5	-15,7	28,0	-2,2
Extrativismo Mineral	6,7	4,7	-3,7	3,7	-0,4	-0,2	3,0	-0,5	1,1	-1,1	-1,5	-3,5
Indústria de Transformação	-3,8	-7,4	-11,0	16,0	12,0	7,5	8,9	7,6	4,5	-0,5	9,8	11,0
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	6,6	1,1	-3,0	6,9	6,5	5,0	5,0	5,7	3,4	0,9	6,2	4,6
Construção	-9,3	-11,6	-33,4	34,4	29,4	20,4	17,9	9,9	3,7	-3,8	5,2	9,1
Serviços	0,5	-4,0	-9,2	4,2	6,8	8,4	8,1	8,7	8,2	3,2	7,6	9,1

Fonte: Cepal.

Aqueles novos preços relativos estimularam os referidos setores ao longo dos anos 2000 sem impactar negativamente nos setores baseados em recursos naturais, que cada vez mais eram favorecidos pela dinâmica internacional (crescimento da agropecuária de 4,1% entre 2003 e 2011, Tabela 1) e também pela dinâmica interna (Bugna & Porta, 2008).

A partir da classificação própria aqui adotada (em seis grande setores), pode-se observar que, entre 2000 e 2011, as participações do valor adicionado: i) do agronegócio e extrativismo (AGE) cresceu de 13,6% para 21,2%; ii) da indústria de *commodities* (IC) elevou-se de 6,2% para 7,7%; iii) da indústria tradicional e difusora (ID+IT) expandiu-se de 5,4% para 5,8%; iv) da construção e do serviços de infraestrutura caiu de 7,4% para 6,8%; e v) dos outros serviços reduziu-se de 67,4% para 58,5% (Gráfico 1).

Gráfico 1 Argentina: evolução da participação do valor adicionado por grandes setores de atividade, 2000-2011 (valores correntes; %)



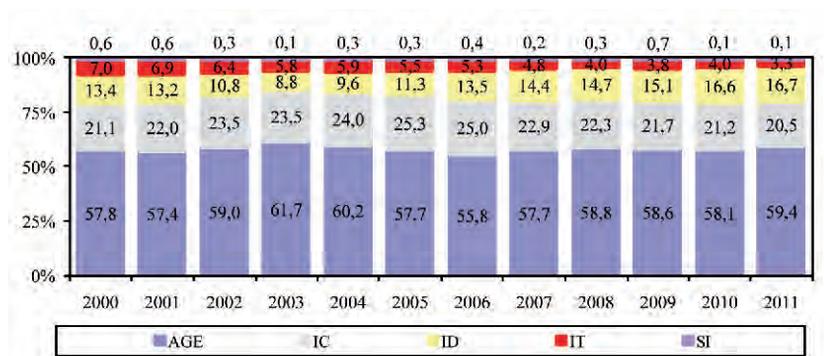
Sectores: AGE – Agronegócio e extrativismo; IC – Indústria de Commodities; ID – Indústria Difusora; IT – Indústria Tradicional; CC – Construção Civil; SI – Serviços de Infraestrutura; OS – Outros Serviços
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INDEC da Argentina.

O setor do agronegócio e extrativismo foi o que mais se expandiu entre os grandes setores econômicos da Argentina. Na composição interna desse setor verificou-se, entre 2000 e 2011, uma forte expansão na participação do valor adicionado do sub-setor agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura, que passou de 36,6% para 50%, ao passo que os outros três sub-setores perderam participação (de 2,2% para 1,8% para a fabricação de produtos de madeira; de 41,6% para 32,1% para a fabricação de produtos alimentícios, bebidas e fumo; e de 19,6% para 16,1% para a indústria extrativa).

Em linhas gerais, pode-se observar, após 2002, uma significativa recuperação da indústria de transformação e ampliação das atividades agropecuárias na Argentina. Quanto às atividades baseadas em recursos naturais, verificou-se uma expressiva expansão no valor adicionado, sobretudo das atividades vinculadas ao setor primário (agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura). Essa ampliação da utilização dos recursos naturais evidencia um processo de especialização da estrutura produtiva que se reflete no comércio internacional.

A evolução das exportações argentinas por participação dos grandes setores, entre 2000 e 2011, evidencia o aumento da participação das exportações do agronegócio e extrativismo de 57,8% para 59,4% (Gráfico 2). Nesse ramo, os sub-setores agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura; e fabricação de produtos alimentícios bebidas e fumo foram os maiores exportadores, inclusive ampliaram suas participações, entre 2000 e 2011, de 17,1% para 21,1% e de 27,6% para 32,9%, respectivamente.

Gráfico 2 Argentina: evolução da participação nas exportações dos grandes setores de atividade, 2000-2011 (valores correntes; %)



Setores: AGE – Agronegócio e extrativismo; IC – Indústria de Commodities; ID – Indústria Difusora; IT – Indústria Tradicional; CC – Construção Civil; SI – Serviços de Infraestrutura; OS – Outros Serviços
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Comtrade/ONU.

Por fim, vale observar que a ampliação das atividades baseadas em recursos naturais na Argentina foi maior na adição de valor do que nas exportações. Isso ocorreu em virtude da forte recuperação do mercado interno que se tornou importante demandador de produtos baseados em recursos naturais, especialmente da indústria de alimentos e bebidas.

3.1.4.2. Brasil: manutenção da participação no valor adicionado e ampliação das exportações das atividades baseadas em recursos naturais

A economia brasileira nos anos 2000 vivenciou o seu maior ciclo de expansão das últimas três décadas. Entre 2000 e 2011, o PIB expandiu-se em 3,6% ao ano, quase o dobro do verificado entre 1980 e 1999, e o consumo das famílias e os investimentos aumentaram em 4,4% e 5,9% ao ano, respectivamente, provocando elevação da FBKF em proporção do PIB (16,8% para 19,3%) e forte redução da taxa de desemprego (de 11,3% para 6,7%).

Os resultados macroeconômicos da década evidenciaram dinâmicas diferentes entre 2000-02, 2003-06 e 2007-10. No primeiro período, a economia brasileira foi marcada por um baixo dinamismo do PIB e do emprego e por crises. No segundo período, configurou-se uma nova trajetória de crescimento impulsionado pela dinâmica externa (aumento das exportações e elevação dos investimentos dos setores exportadores) decorrente do “efeito China”. Entre 2007 e 2010, vai se somar à dinâmica externa favorável, a

expansão do mercado interno que foi fruto da flexibilização da orientação contracionista da política econômica, possibilitando uma expansão econômica puxada pelos investimentos e pelo consumo das famílias (crescimento médio de 10,5% e de 5,8%, respectivamente). O aumento do salário mínimo e do crédito e a ampliação dos programas de transferência foram os impulsores dessa expansão (Filgueiras & Pinto, 2009; Pinto, 2010; Pinto & Teixeira, 2012).

Diferentemente do observado na Argentina, verificou-se no Brasil um processo de apreciação do real, em que a taxa de câmbio passou de 2,9 R\$/US\$, em 2003, para 1,9 R\$/US\$ em 2007, que gerou impactos negativos para a indústria de transformação. Entre 2000 e 2011, ela cresceu apenas 2,5% em média, bem menos do que os outros setores da economia brasileira (3,5% para a agropecuária; 4,8% para as indústrias extrativas agropecuária; e 3,9% para serviços) (Tabela 2).

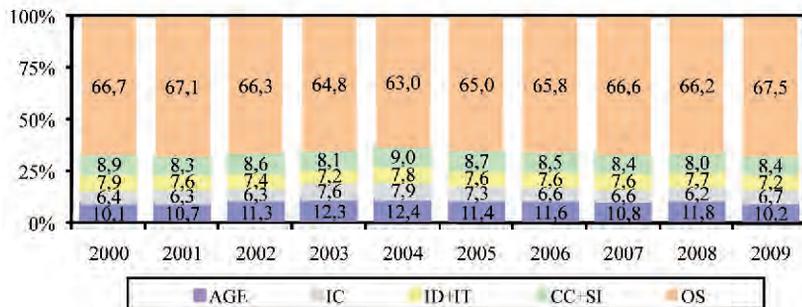
Tabela 2 Brasil: taxa de variação real dos componentes do PIB pela ótica da produção, 2000-2011 (%)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB	4,3	1,3	2,7	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	-0,3	7,5	2,7
Agropecuária	2,7	6,1	6,6	5,8	2,3	0,3	4,8	4,8	6,3	-3,1	6,3	3,9
Extrativismo Mineral	9,1	2,2	11,6	4,7	4,3	9,3	4,4	3,7	3,5	-3,2	13,6	3,2
Indústria de Transformação	5,7	0,7	2,4	1,9	8,5	1,2	1,0	5,6	3,0	-8,7	10,1	0,1
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	4,2	-6,2	2,9	4,0	8,4	3,0	3,5	5,4	4,5	0,9	8,1	3,8
Construção	2,0	-2,1	-2,2	-3,3	6,6	1,8	4,7	4,9	7,9	-0,7	11,6	3,6
Serviços	3,6	1,9	3,2	0,8	5,0	3,7	4,2	6,1	4,9	2,1	5,5	2,7

Fonte: Cepal.

A dinâmica da economia brasileira a partir de 2003 e as modificações da economia internacional não proporcionaram transformações nos grandes ramos produtivos. Utilizando a classificação em seis grandes setores, pode-se observar que, entre 2000 e 2009, as participações do valor adicionado: i) do agronegócio e extrativismo (AGE) elevou-se de 10,1% para 10,2%; ii) da indústria de *commodities* (IC) cresceu de 6,2% para 6,7%; iii) da indústria tradicional e difusora (ID+IT) caiu de 7,9% para 7,2%; iv) da construção e dos serviços de infraestrutura caiu de 8,9% para 8,4%; e v) dos outros serviços elevou-se de 66,7% para 67,5% (Gráfico 3).

Gráfico 3 Brasil: evolução da participação do valor adicionado por grandes setores de atividade, 2000-2011 (valores correntes; %)



Setores: AGE – Agronegócio e extrativismo; IC – Indústria de Commodities; ID – Indústria Difusora; IT – Indústria Tradicional; CC – Construção Civil; SI – Serviços de Infraestrutura; OS – Outros Serviços

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE do Brasil.

A evolução interna ao setor do agronegócio e extrativismo (AGE) também não mostrou mudanças significativas na composição dos sub-setores. Entre 2000 e 2009, a participação da agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura passou de 55,7% para 55,1%; da fabricação de produtos alimentícios, bebidas e fumo ficou estável em 24,2%; e das indústrias extrativas elevou-se de 15,8% para 17,9%.

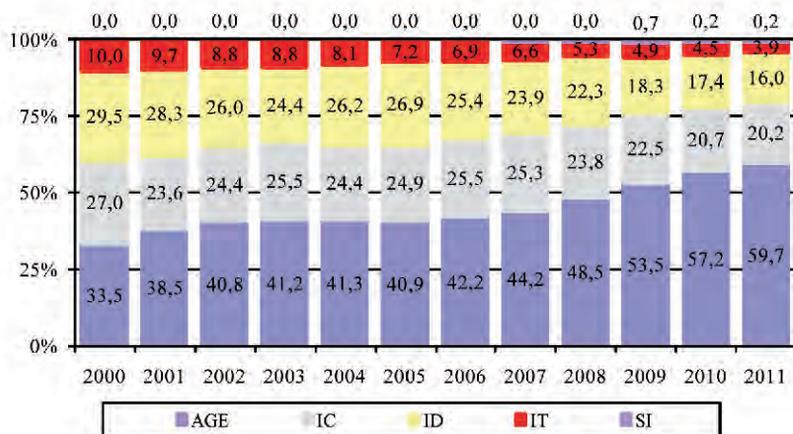
Em linhas gerais, podem-se observar pequenas alterações nos grandes setores da economia brasileira. No que tange às atividades econômicas baseadas em recursos naturais verificou-se uma estabilidade na participação no valor adicionado total, mas com aumento expressivo da participação da indústria extrativa, notadamente a extração de minério de ferro.

A despeito disso, a evolução das exportações brasileira por participação dos grandes setores de atividade, entre 2000 e 2011, evidencia um aumento expressivo na participação das exportações baseadas em recursos naturais, já que a participação do ramo do agronegócio e extrativismo saltou de 33,5% para 59,7%, ao passo que todos os outros setores perderam participação (Gráfico 4). Nesse ramo, os sub-setores agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura, indústria extrativa; e fabricação de produtos alimentícios, bebidas e fumo foram os maiores exportadores, ampliando ainda mais as suas participações, entre 2000 e 2011, de 9,7 % para 13,8%, de 6,9% para 26,7% e de 14,3% para 18,5%, respectivamente.

No Brasil a ampliação das atividades baseadas em recursos naturais foi muito maior nas exportações do que no valor adicionado. Isso ocorreu de-

vido à forte elevação dos preços das *commodities* que o Brasil exporta e ao maior crescimento do valor adicionado do setor de serviços em relação às atividades baseadas em recursos naturais.

Gráfico 4 Brasil: evolução da participação nas exportações dos grandes setores de atividade, 2000-2011 (valores correntes; %)



Setores: AGE – Agronegócio e extrativismo; IC – Indústria de Commodities; ID – Indústria Difusora; IT – Indústria Tradicional; CC – Construção Civil; SI – Serviços de Infraestrutura; OS – Outros Serviços
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Comtrade/ONU.

3.1.4.3. Paraguai: crescimento econômico e expansão dos recursos naturais

Entre 2000 e 2002, o PIB da economia paraguaia decresceu 1,1% na média anual, o investimento caiu cerca de 3,0% e o consumo das famílias ficou praticamente estável. Esse tipo de período recessivo da economia do Paraguai, como afirma Massi & Dias (2013), faz parte da trajetória histórica da dinâmica econômica do país em virtude de sua elevada vulnerabilidade externa proveniente de seu modelo de crescimento pautado nas exportações de matérias-primas e no comércio de reexportação.

A partir de 2003, a economia paraguaia passou a vivenciar um ciclo de expansão do PIB (de 4,5% entre 2003 e 2011), do investimento (de 8,9% entre 2003 e 2011) e do consumo das famílias (de 5,8% entre 2003 e 2011) (Tabela 3). Essa dinâmica foi puxada, entre 2003 e 2011, pelo aumento das exportações primárias e da produção –expansão da agropecuária em 6,6% ao ano em média (Tabela 3)– e agroindustriais num contexto internacional favorável de elevação dos preços das *commodities*.

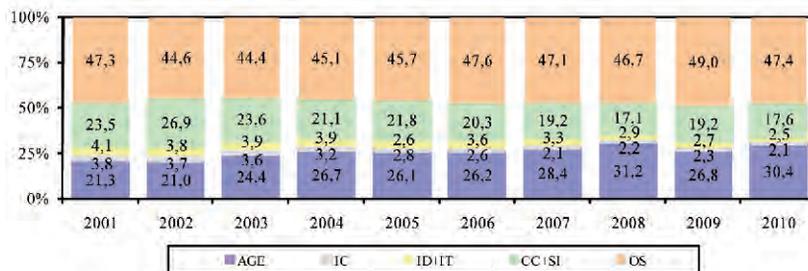
Tabela 3 Paraguai: taxa de variação real dos componentes do PIB pela ótica da produção, 2000-2011 (%)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB	-2,3	-0,8	0,0	4,3	4,1	2,1	4,8	5,4	6,4	-4,0	13,1	4,4
Agronegócia	-7,0	11,6	4,2	8,0	3,9	-0,1	3,6	14,3	9,2	-17,3	34,2	3,7
Extrativismo Mineral	-5,2	-8,3	-9,1	15,6	2,7	7,8	-2,2	3,5	5,0	3,0	3,2	5,3
Indústria de Transformação	-2,2	-0,7	-1,4	0,7	3,3	2,7	2,5	-1,2	2,0	-0,8	6,3	-1,6
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1,9	1,9	1,1	4,6	3,6	2,8	8,5	5,9	3,5	4,8	5,1	8,7
Construção	-7,8	-1,4	-8,9	14,3	2,1	4,5	-3,5	7,2	11,0	2,0	13,0	1,5
Serviços	-1,6	-1,0	-0,6	1,8	4,7	4,3	5,8	5,3	4,8	2,2	9,0	5,9

Fonte: Cepal.

A trajetória da economia paraguaia a partir de 2003 se reverteu em transformações significativas no valor adicionado dos seis grandes ramos produtivos. Entre 2000 e 2010, o agronegócio e extrativismo foi o único setor que aumentou sua participação no valor adicionado (de 21,3% para 30,4%), ao passo que os outros setores perderam participação (a indústria de *commodities* caiu de 3,8% para 2,1%; a indústria tradicional e difusora encolheu de 4,1% para 2,5%; a construção e os serviços de infraestrutura decresceram de 23,5% para 17,6%); e ramo outros serviços se manteve estável (47,4%) (Gráfico 5).

Gráfico 5 Paraguai: evolução da participação do valor adicionado por grandes setores de atividade, 2000-2011 (valores correntes; %)

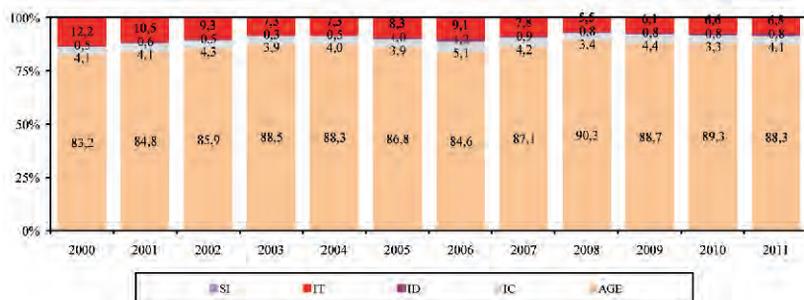


Setores: AGE – Agronegócio e extrativismo; IC – Indústria de Commodities; ID – Indústria Difusora; IT – Indústria Tradicional; CC – Construção Civil; SI – Serviços de Infraestrutura; OS – Outros Serviços
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do DGEEC do Paraguai.

Nos segmentos do setor do agronegócio e extrativismo, verificou-se que, entre 2000 e 2010, ocorreu uma forte expansão da participação da agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura que saltou de 69,3% para 74,2%, ao passo que a participação da produção de alimentícios, bebidas e fumo caiu de 26,6% para 23,6%.

A participação do valor adicionado das atividades baseadas em recursos naturais expandiu-se de forma significativa. Tendência também verificada para as exportações paraguaias por participação dos grandes setores, entre 2000 e 2011. Vejamos essa evolução: a) aumento de 83,2% para 88,3% na participação do agronegócio e extrativismo; b) estabilidade na participação da indústria de *commodities* (4,1%); e c) queda de 12,2% para 6,8% na participação na indústria tradicional (Gráfico 6). No ramo do agronegócio e do extrativismo, os sub-setores agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura; e fabricação de produtos alimentícios, bebidas e fumo foram os maiores exportadores da economia paraguaia e ampliaram ainda mais as suas participações de 48,4% para 54,6% e de 26,5% para 32,5%, entre 2000 e 2011, respectivamente.

Gráfico 6 Paraguai: evolução da participação nas exportações dos grandes setores de atividade, 2000-2011 (valores correntes; %)



Setores: AGE – Agronegócio e extrativismo; IC – Indústria de Commodities; ID – Indústria Difusora; IT – Indústria Tradicional; CC – Construção Civil; SI – Serviços de Infraestrutura; OS – Outros Serviços
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Contrade/ONU.

Em linhas gerais, verificou-se, a partir de 2003, uma significativa expansão das atividades baseadas em recursos naturais no Paraguai, especificamente as agropecuárias, impactando positivamente para o crescimento do PIB. Essa dinâmica foi impulsionada pelo positivo contexto externo (aumento da demanda e dos preços de matérias-primas fruto do efeito direto e in-

direto da ascensão da China) que impulsionou as exportações primárias, funcionando como importante componente da demanda agregada para a economia paraguaia.

3.1.4.4. Uruguai: expansão moderada do valor adicionado das atividades baseadas em recursos naturais com forte ampliação das exportações

Assim como nos outros países do Mercosul, o Uruguai atravessou um período de crise econômica nos três primeiros anos da década de 2000. Entre 2000 e 2003, o PIB recuou em 5,3%, o investimento declinou em 18,3% e o consumo das famílias caiu em 6,8% (Tabela 4). A recessão foi profunda e impactou negativamente sobre o emprego e as condições sociais.

A recuperação começou a se materializar em 2003 e a economia uruguaia passou a crescer anos após ano, mesmo durante a crise internacional de 2008. Entre 2003 e 2011, o PIB expandiu-se 6,2%, o investimento cresceu e o consumo das famílias incrementou-se em 6,8% (Tabela 4). Essa dinâmica foi puxada, internamente, pela expansão da indústria de transformação (que cresceu 6,4%) e, externamente, pela ampliação das exportações.

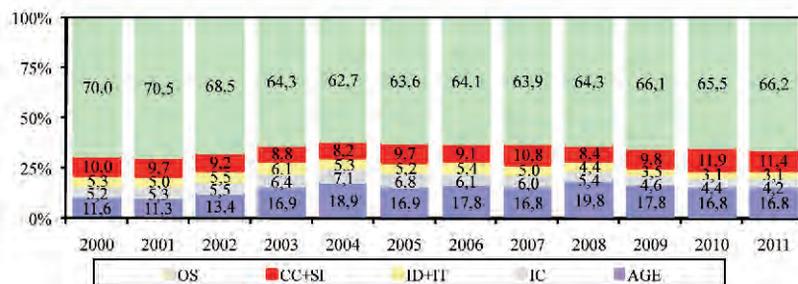
Tabela 4 Uruguai: taxa de variação real dos componentes do PIB pela ótica da produção, 2000-2011 (%)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB	-1,4	-3,4	-11,0	2,2	11,8	6,6	4,1	6,5	7,2	2,4	8,9	5,7
Agropecuária	-3,0	-7,1	5,09	10,6	10,6	4,6	5,3	-10,2	2,1	1,6	0,5	4,4
Extrativismo Mineral	-8,8	-5,2	-37,6	14,1	7,2	4,4	19,0	6,3	1,7	0,3	2,1	7,3
Indústria de Transformação	-2,1	-7,6	-13,9	4,7	20,8	10,1	4,8	8,3	8,1	-3,7	3,6	1,2
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	5,0	1,7	-0,6	-7,4	1,8	5,8	-25,7	50,2	-51,1	15,6	88,0	-25,6
Construção	-11,1	-8,7	-22,0	-7,1	7,5	4,2	7,0	9,3	2,6	0,7	3,7	6,5

Fonte: Cepal.

A dinâmica econômica uruguaia dos anos 2000, mais especificamente a partir de 2003, impactou sobre o valor adicionado dos 6 grandes ramos produtivos aqui adotados. Entre 2000 e 2011, o agronegócio e extrativismo e a construção e serviços em infraestrutura aumentaram suas participações de 11,6% para 16,8% e de 10% para 11,4% respectivamente, ao passo que os outros setores viram suas participações decrescerem (Gráfico 7).

Gráfico 7 Uruguai: evolução da participação do valor adicionado por grandes setores de atividade, 2000-2011 (valores correntes; %)



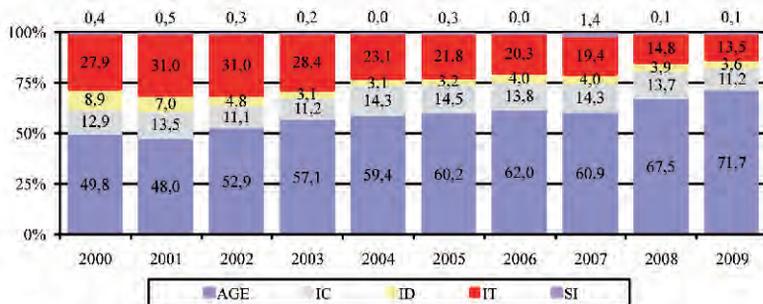
Setores: AGE – Agronegócio e extrativismo; IC – Indústria de Commodities; ID – Indústria Difusora; IT – Indústria Tradicional; CC – Construção Civil; SI – Serviços de Infraestrutura; OS – Outros Serviços
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE do Uruguai.

Entre 2000 e 2011, observou-se a seguinte evolução da participação do valor adicionado dos sub-setores do ramo do agronegócio e extrativismo: i) crescimento de 55,2% para 56,2% na agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura; e ii) queda de 40,4% para 35,5% na produção de alimentícios, bebidas e fumo.

Em suma, verificou-se uma expansão moderada do valor adicionado das atividades baseadas em recursos naturais no Uruguai sem que isso significasse profundas alterações na estrutura produtiva do país.

No que tange à evolução das exportações uruguaias por participação dos grandes setores de atividade, observou-se, entre 2000 e 2009, um aumento significativo na participação das exportações baseadas em recursos naturais (de 49,8% para 71,7% no ramo do agronegócio e extrativismo -AGE), ao passo que todos os outros setores perderam participação, sobretudo as indústrias tradicional e difusora (Gráfico 8). Os principais sub-setores responsáveis pela forte expansão das exportações do AGE, entre 2000 e 2009, foram a agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura –que teve sua participação aumentada de 5,5% para 21,9%–; e a fabricação de produtos alimentícios, bebidas e fumo –que ampliou sua participação de 43,7% para 47%–.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que ampliação das atividades baseadas em recursos naturais no Uruguai foi maior nas exportações do que no valor adicionado. Isso ocorreu devido às políticas de demanda efetiva realizadas pelo governo uruguaio após a recessão de 2002, principalmente, pela dinâmica internacional positiva para as exportações.

Gráfico 8 Uruguai: evolução da participação nas exportações dos grandes setores de atividade, 2000-2011 (valores correntes; %)

Setores: AGE – Agronegócio e extrativismo; IC – Indústria de Commodities; ID – Indústria Difusora; IT – Indústria Tradicional;

CC – Construção Civil; SI – Serviços de Infraestrutura; OS – Outros Serviços

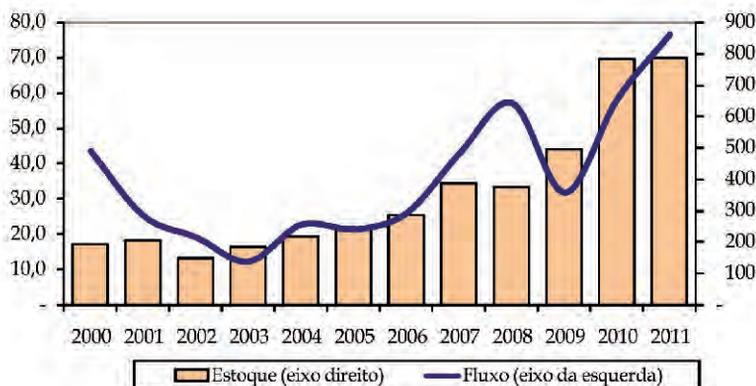
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Contrade/ONU.

3.1.5. A DINÂMICA RECENTE DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO (IED) EM RECURSOS NATURAIS NO MERCOSUL: NOVO CICLO DE EXPANSÃO E O PAPEL CHINÊS

O fluxo de investimento estrangeiro direto (IED) na América do Sul se expandiu de forma significativa e consistente entre 2003 e 2011 (com a exceção do ano de 2009 em virtude da crise internacional) passando do montante de US\$ 23 bilhões para US\$ 121 bilhões. Essa mesma tendência foi observada no mesmo período para os países do Mercosul em que o fluxo e o estoque de IED passaram de US\$ 18,9 bilhões para US\$ 76,4 bilhões e de US\$ 184 bilhões para US\$ 785 bilhões (Gráfico 9). Dinâmica observada nos quatro países da região, entre 2003 e 2011, em que o fluxo de IED elevou-se de US\$ 1,7 bilhão para US\$ 7,2 bilhões na Argentina; de US\$ 10,1 bilhões para US\$ 66,7 bilhões no Brasil, de US\$ 0,025 bilhão para US\$ 0,3 bilhão no Paraguai; e de US\$ 0,4 bilhão para US\$ 2,2 bilhões no Uruguai.

Do total de fluxos de IED em 2011 para a região, 9,5%, 87,3%, 0,4% e 2,9% foram destinados à Argentina, ao Brasil, ao Paraguai e ao Uruguai, respectivamente. Entre 2003 e 2011, a participação do IED total destinada aos países da região se elevou para o Brasil (de 82,9% para 87,3%) e para o Paraguai (de 0,2% para 0,4%), ao passo que a participação diminuiu para a Argentina (de 13,5% para 9,5%) e para o Uruguai (de 3,4% para 2,9%), segundo UNCTAD.

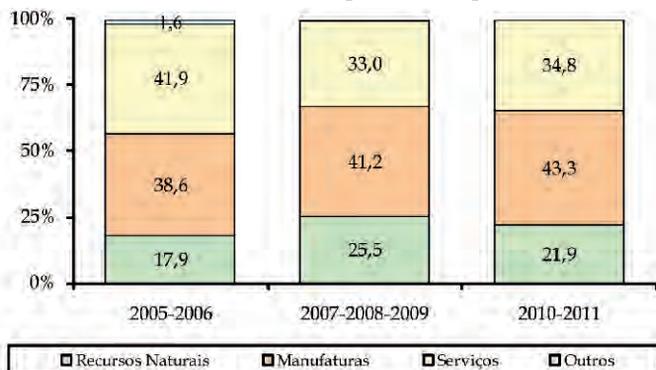
Gráfico 9 Mercosul: Investimento Estrangeiro Direto (Fluxo e Estoque) (US\$ bilhões), 2000-2011



Fonte: UNCTAD.

Entre 2005-06 e 2010-11, a participação do IED para o Mercosul destinada ao setor de atividade de recursos naturais e de manufaturas cresceu 22% (de 17,9% para 21,9%) e 12% (de 38,6% para 43,3%), respectivamente, ao passo que caiu para o setor de serviços (de 41,9% para 34,8%) (Gráfico 10). O crescimento do IED em recursos naturais na região dirigiu-se basicamente a expansão para o Brasil (de US\$ 1,8 bilhão para US\$ 12,3 bilhões) e para o Uruguai (de US\$ 0,3 bilhão para US\$ 0,4 bilhão), já que decresceu para a Argentina (de US\$ 2,4 bilhões para US\$ 2,3 bilhões) e para o Paraguai (de US\$ 0,019 bilhão para US\$ 0,003 bilhão).

Gráfico 10 Mercosul: Participação do IED (fluxo) por setor de destino, 2005-2011 (%; média anual para os sub-períodos)



Fonte: Cepal.

Esse novo ciclo de expansão do IED no Mercosul, iniciado a partir de 2003, vinculado à expansão das atividades baseadas em recursos naturais, tem como novidade o papel desempenhado pela China, que se tornou uma das principais origens do IED destinada aos países da região, especialmente Argentina e Brasil. Antes de avançarmos na análise da dinâmica do IED chinês na região, faz-se necessário traçar considerações sobre a estratégia chinesa, no intuito de identificar elementos sinalizadores das tendências e prioridades da política desse país para os países do Mercosul.

3.1.5.1. Expansão do IED chinês no mundo: características e estratégias

O processo de internacionalização das empresas chinesas por meio do investimento direto externo (IED) mostrou os limites explicativos das teorias tradicionais de internacionalização. Berning & Holtbrugge (2012), Deng (2012) e Wei (2010), entre outros autores, afirmam que estudos e as teorias de internacionalização não são aplicáveis ao IED chinês e que para compreendê-lo é necessário perceber que a internacionalização das empresas da China por meio de seu caráter institucional/político sob comando do Estado e de suas estratégias nacionais de desenvolvimento e de sua inserção geopolítica.

Nesse sentido, o governo chinês adotou em 2001 o programa “*Going Global*” que tinha como objetivos (1) expandir os investimentos chineses no exterior por meio da descentralização e relaxamento das concessões de autorização para saída de capitais chinesas; (2) melhorar o nível e a qualidade dos projetos de investimento externo; (3) diminuir os controles de capital e a criar novos canais de financiamento externo por meio do seu banco de desenvolvimento (China Development Bank); e, por fim (4) articular a política de internacionalização das empresas com as políticas industriais associada, por exemplo, a tentativa de criar e promover globalmente as marcas das empresas chinesas (Holland & Barbi, 2010; Acioly & Pinto & Cintra, 2011).

Esses estímulos (financeiros, fiscais, apoio informacional, assistência técnica e outros serviços, criação de *comfort zones* e acordos internacionais) configurados pelo Estado chinês resultaram numa forte expansão, entre 2000 e 2011, do fluxo e do estoque de investimento direto chinês no exterior que saltaram, respectivamente, de US\$ 0,915 bilhão para US\$ 65,1 bilhões e de US\$ 27,8 bilhões para US\$ 365,9 bilhões. Esse resultado é ainda muito maior se incorporamos os dados de Hong Kong –que é um paraíso fiscal e que recebe parte importante de recursos da China continental que podem voltar para o próprio continente (*round-tripping*) ou ir para diversos países do mundo– ao da China continental. Nesse caso, o estoque de IED chinês,

entre 2000 e 2011, saltou de US\$ 416,1 bilhões para US\$ 1.411 bilhões. A participação do estoque de investimento direto chinês (sem Hong Kong) no mundial ainda é pequena, entanto, verifica-se uma rápida expansão, sobretudo, nos países em desenvolvimento produtores de matérias-primas.

A expansão do IED chinês para o mundo é claramente fruto de uma estratégia nacional deliberada que articula, ao mesmo tempo, o controle dos fornecedores de energia e alimento e a expansão em setores em que as empresas industriais chinesas tem se desenvolvido (automóveis, informática, telecomunicações, etc.) (Holland & Barbi, 2010; Acioly & Pinto & Cintra, 2011). Em linhas gerais, Holland & Barbi (2010) identificam quatro fatores para a ampliação do IED chinês, mesmo quando ainda existe um forte potencial de expansão no seu mercado interno, a saber:

- 1) Garantir acesso as fontes de recursos naturais, bem como reduzir a volatilidade dos preços das *commodities*, que possibilitem manter taxas de crescimento do PIB entre 7% e 8% ao ano. Para tanto, o governo configurou uma política agressiva de investimentos externos do tipo resource seeking (orientado para recursos naturais) capitaneados pelas grandes empresas estatais. Com isso, o IED chinês voltou-se para as regiões produtoras de commodities (África, América Latina e Oceania);
- 2) Buscar maior competitividade para as firmas chinesas em virtude da entrada da China na OMC, já que isso provocou a elevação da concorrência internacional no mercado doméstico chinês;
- 3) Obter maior tecnologia por meio de aquisição de empresas estrangeiras, especialmente nos países que detêm maior base tecnológica (europeus e Estados Unidos);
- 4) Aumentar a influência política da China no mundo, sobretudo na Ásia, por meio da realização dos investimentos (e dos fluxos de comércio) chineses no exterior.

Em linhas gerais, a estratégia governamental chinesa de crescimento do produto articulada aos objetivos de política industrial e de sustentabilidade do balanço de pagamentos ditou o ritmo e a direção do IED chinês. Nesse sentido, na medida em que a restrição externa foi sendo aliviada por meio dos significativos superávits do balanço de pagamentos (proporcionando o acúmulo de reservas), a política de saída de investimento

direto chinês foi sendo flexibilizada. Além do que a direção setorial foi condicionada pelas prioridades da estratégia de desenvolvimento implementada pelo Estado.

3.1.5.2. Principais características do investimento chinês no Mercosul: investimento direto, fusões e aquisições e empréstimos

O investimento chinês na região expandiu-se de forma expressiva na década de 2000, especialmente na segunda metade. Esse novo papel desempenhado pela China não fica circunscrito apenas ao IED, pois também abrange o processo de aquisições e fusões realizadas por empresas da China na região e a ampliação de empréstimos de bancos chineses (notadamente o China Development Bank) para firmas e governos da região. Vejamos agora a dinâmica dessas três dimensões (IED, aquisições e fusões e empréstimos) do investimento chinês no Mercosul.

A Tabela 5 evidencia a dinâmica dos fluxos de IED, de IED chinês e sua participação no total destinados aos países do Mercosul. Entre 2003-06 e 2001-11, os fluxos de IED cresceram 161% para o Mercosul (de US\$ 21.937 milhões para US\$ 57.169 milhões); 50% para a Argentina (de US\$ 4.695 milhões para US\$ 7.055 milhões); 171% para o Brasil (de US\$ 16.606 milhões para US\$ 45.058 milhões); 511% para o Paraguai (de US\$ 45,6 milhões para US\$ 278,7 milhões); e 233% para o Uruguai (de US\$ 632 milhões para US\$ 2.106 milhões). Em 2011, foram registrados os maiores volume das séries históricas de IED dos países do Mercosul (com a exceção do Uruguai). Os níveis de dispersões do IED no Mercosul no período 2003-06 foram maiores do que os verificados em 2007-2011, exceto para o caso uruguaio. Isso se deveu ao fato de que nos anos de 2008 e de 2010 ocorreu uma significativa elevação do IED, para o conjunto de países, e uma abrupta queda em 2009 decorrente da crise internacional (Tabela 5). Em termos da participação setorial do IED verificou-se que um aumento das atividades vinculadas aos recursos naturais conforme apresentado anteriormente.

A taxa de expansão do IED chinês nos países do Mercosul foi ainda maior do que a observada para o IED total, entre 2003-06 e 2001-11. Assim como para o IED total, também se observou uma dispersão maior do IED chinês entre os anos de 2007-11 em relação ao período 2003-06 e 2010. Apesar desses expressivos crescimentos dos fluxos de IED chinês no Mercosul, a participação da China em 2011 ainda é muito baixa na região (2,6% na Argentina; 0,19% no Brasil; 9,1% no Paraguai; e 0,02% no Uruguai) pelos dados oficiais (ver Tabela 5).

Tabela 5 Mercosul: Fluxo de IED, de IED chinês e participação – 2003/2011 (US\$ milhões)

Ano/Região/País	Mercosul			Argentina			Brasil			Paraguai			Uruguai		
	Total	China	%	Total	China	%	Total	China	%	Total	China	%	Total	China	%
2003	12.239	8,2	0,07	1.652	1,0	0,06	10.144	6,7	0,07	27,4	0,0	0,0	416	0,6	0,13
2004	22.641	7,6	0,03	4.125	1,1	0,03	18.146	6,4	0,04	37,7	0,0	0,0	332	0,0	0,00
2005	21.232	15,4	0,07	5.265	0,4	0,01	15.066	15,1	0,10	53,5	0,0	0,0	847	0,0	0,00
2006	26.026	16,3	0,06	5.537	6,2	0,11	18.822	10,1	0,05	173,3	0,0	0,0	1.493	0,0	0,00
Média(03-06)	21.937	11,8	0,06	4.695	1,1	0,04	16.606	8,4	0,1	45,6	0,0	0,0	632	0,0	0,00
Desv. Padrão	5.885	4,6	0,02	1.771	2,7	0,05	3.954	4,0	0,0	67,7	0,0	0,0	531	0,3	0,07
2007	42.573	188,3	0,44	6.473	136,7	2,11	34.585	51,1	0,15	185,4	0,0	0,0	1.329	0,5	0,04
2008	57.168	38,0	0,07	9.726	10,8	0,11	45.058	22,4	0,05	278,7	4,8	1,7	2.106	0,0	0,00
2009	31.695	109,7	0,35	4.017	-22,8	-0,57	25.949	116,3	0,45	200,7	11,3	5,6	1.529	5,0	0,33
2010	58.197	554,1	0,95	7.055	27,2	0,39	48.506	487,5	1,00	346,9	39,1	11,3	2.289	0,4	0,02
2011	76.423	356,6	0,47	7.080	185,2	2,62	66.661	126,4	0,19	490,6	44,7	9,1	2.191	0,4	0,02
Média(07-11)	57.168	188,3	0,44	7.055	27,2	0,39	45.058	116,3	0,19	278,7	11,3	5,6	2.106	0,4	0,02
Desv. Padrão	16.996	207,5	0,32	2.033	88,9	1,36	15.406	187,8	0,39	124,5	20,5	4,8	430	2,1	0,14

Fonte: Cepal e MOFCOM.

Cabe destacar que os dados do fluxo de IED chinês no Mercosul são fortemente subestimados em virtude das empresas chinesas enviarem os seus recursos para os países da região a partir de bases em outros países, tal como Hong Kong. No caso brasileiro, por exemplo, muitas estimativas previram um IED chinês em 2010 da ordem de US\$ 14 bilhões, muito acima do valor de US\$ 487 milhões registrados.

As aquisições e fusões das empresas chinesas que operam no Mercosul totalizaram US\$ 30,8 bilhões no acumulado entre 2009 e junho de 2012 e passaram a ganhar maior vulto a partir de 2010. Em 2009, foram realizadas duas operações no valor de US\$ 0,9 bilhão, ao passo que em 2010 as operações elevaram-se para 10 totalizando US\$ 19,7 bilhões. Apesar da queda do número de operações (6) e no valor em 2011 (US\$ 9,0 bilhões) no cotejo com 2010, os resultados de 2011 representaram um elevado volume. Estas aquisições e fusões ficaram concentradas, sobretudo, no setor de energia (US\$ 22,8 bilhões; 74% do total acumulado entre 2009 e 2012), sendo que desse valor foi possível identificar que quase metade desse investimento foi direcionado ao sub-setor petróleo (US\$ 10,5 bilhões) e destinado, sobretudo, a exploração do pré-sal brasileiro. Os outros setores de atuação das empresas chinesas no Mercosul foram: US\$ 1,2 bilhão nas finanças; US\$ 2,1 bilhões na mineração e no aço; US\$ 2,9 bilhões na agricultura e US\$ 1,8 bilhão em outros setores (Quadro 2). Fica evidente a estratégia chinesa de garantir o acesso as fontes de recursos naturais e de tentar influenciar no preço dos setores baseados em recursos naturais.

Quadro 2 Aquisições chinesas de empresas que operam no Mercosul – 2009 e 2010

Ano/mês	Empresa compradora	Valor (US\$ milhões)	País da América do Sul	Empresa-alvo	Setor	Subsetor
2009.nov	Wuhan Iron and Steel	400	Brasil	MMX Mineracao	Metal	Aço
2009.dez	CIC	500	Brasil	CVRD (Vale)	Metal	Ferro
2009	Total Mercosul	900	Mundo (sem Mercosul)		52.190	
2010.mar	CNOOC	3.100	Argentina	Bridas	Energia	
2010.jun	Shaanxi Chemical subsidiary	1.010	Argentina		Química	
2010.dez	Sinopec	2.470	Argentina	Occid. Petrol.	Energia	
2010.fev	Sany Heavy Industry	200	Brasil		Bens imóv.	Construção
2010.mar	East China Min. Explor. and Development Bureau	1.200	Brasil	Itaminas	Metal	Ferro
2010.mai	State Grid	990	Brasil	Plena Transmis.	Energia	
2010.mai	Sinochem	3.070	Brasil	Statoil	Energia	Petróleo
2010.ago	Chery	400	Brasil		Transport.	Autos
2010.out	Sinopec	7.100	Brasil	Repsol	Energia	Petróleo
2010.dez	CIC	200	Brasil	BTG Pactual	Finança	Investimentos
2010	Total Mercosul	19.740	Mundo (sem Mercosul)		45.310	
2009-2010	Total Mercosul	20.640	Mundo (sem Mercosul)		97.500	
2011.fev	CNOOC	330	Argentina	ExxonMobil	Energia	Petróleo
2011.jun	Heilongjiang B. Nongken	1.510	Argentina	Cresud	Agricultura	
2011.jun	ICBC	680	Argentina	Standard Bank	Finança	Banco
2011.nov	ICBC	100	Argentina	Standard Bank	Finança	Banco
2011.mar	Chongqing Grain	1.410	Brasil		Agricultura	
2011.abr	ZTE	200	Brasil		Tecnologia	Telecom
2011.nov	Sinopec	4.800	Brasil	Galp Energia	Energia	

2011	Total Mercosul	9.030	Mundo (sem Mercosul)		61.550	
2012.mai	State Grid	940	Brasil	ACS	Energia	
2012.mai	CCB	200	Brasil	WestLB	Finança	Banco
2012	Total Mercosul	1.140	Mundo (sem Mercosul)		27.780	
2011-2012	Total Mercosul	10.170	Mundo (sem Mercosul)		89.330	

Fonte: Heritage Foundation.

Quanto ao aspecto espacial, as aquisições e fusões de maior valor monetário, entre 2009 e 2010, foram realizadas apenas na Argentina (US\$ 9,2 bilhões) e no Brasil (US\$ 21,6 bilhões). No Paraguai e no Uruguai não foram realizados esses tipos de aquisições e fusões por empresas chinesas.

Cabe observar ainda as investidas do capital chinês no Mercosul também estão ocorrendo na agricultura, mais especificamente na compra de vastas propriedades rurais agricultáveis. Não há dados disponíveis sobre a atual extensão das propriedades rurais em mãos dos chineses. Esse avanço chinês na compra de minas, áreas de exploração de petróleo e de terras para agropecuária vêm suscitando preocupações tanto nos setores empresariais quanto governamentais (Acioly, Pinto & Cintra, 2011).

Desde 2005, a China passou a ser o maior prestador para países da América Latina, superando o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A China tornou-se uma fonte adicional de financiamento para a região, notadamente para os países com dificuldades em acessar o mercado de crédito mundial. Os bancos de desenvolvimento chineses adotam, por um lado, condicionantes financeiros e políticos menos rigorosos do que os bancos ocidentais e, por outro, realizam exigências vinculadas as suas estratégias nacionais (Gallagher, IrwinRWIN Koleski, 2013).

O caso emblemático desse processo foi o empréstimo de US\$ 10 bilhões que o Banco de Desenvolvimento da China (BDC) concedeu à Petrobras exigindo em contrapartida a assinatura de um contrato com a estatal chinesa Sinopec que garante o fornecimento por dez anos de 150 mil barris/dia no primeiro ano e de 200 mil barris/dia nos anos seguintes (Acioly, Pinto & Cintra, 2011).

Os empréstimos concedidos pelos bancos chineses às empresas e aos governos no Mercosul totalizaram US\$ 23,8 bilhões destinados ao governo de Argentina (US\$ 12,1 bilhões) e às empresas brasileiras (US\$ 11,7 bilhões). A maior parte desses empréstimos foi destinada ao investimento em infra-

estrutua (no caso argentino) e a exploração de petróleo no pré-sal brasileiro realizado pela Petrobrás (Quadro 3).

Quadro 3 Empréstimos concedidos pelos bancos chineses às empresas e aos governos no Mercosul

Data	País	Mutuário	Credor	Valor (US\$ milhões)	Propósito
2005	Brasil	Gerdau Acominas	ICBc e BNPP	201	Equipamentos para siderurgia
2009	Brasil	Telemar Norte/Oi	BDC	300	Ampliação da rede de telecomunicações
2009	Brasil	Petrobras	BDC	10.000	Plano de negócios Pré-Sal
2010	Argentina	Governo	BDC e outros	10.000	Sistema ferroviário entre Buenos Aires, Rosário e Córdoba
2010	Brasil	Vale comp.	BDC e EX-IM	1.230	Barcos para transporte de minério de ferro para a China
2012	Argentina	Governo	BDC e EX-IM	2.100	Metrô e rodovia entre Argentina e Bolívia

Fonte: Gallagher, Irwin & Koleski (2013).

Em suma, a evolução do investimento direto, das fusões e aquisições e dos empréstimos da China realizados no Mercosul evidenciou uma forte expansão do investimento, sobretudo nas atividades baseadas em recursos naturais. Os dados não deixam nenhuma dúvida a respeito da relação entre esses investimentos e a estratégia chinesa de garantir acesso às fontes de recursos naturais e de reduzir a volatilidade dos preços das *commodities* para possibilitar taxas de crescimento de sua economia sem que se configurem desequilíbrios macroeconômicos associados aos preços das matérias-primas.

3.1.6. CONCLUSÕES

Ao longo deste capítulo procurou-se analisar a dinâmica das atividades baseadas em recursos naturais nos países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) na primeira década do século XXI. Foi analisada a evolução do valor adicionado, das exportações e do investimento estrangeiro. Os resultados mostram inequivocamente que ocorreu uma ampliação da participação dos recursos naturais nas atividades produtivas nos países do Mercosul, quer seja no valor adicionado ou nas exportações.

Na Argentina, o crescimento na adição de valor do setor intensivo em recursos naturais foi maior do que nas exportações em decorrência da recuperação do seu mercado interno, que se tornou importante demandador desses produtos, especialmente os da indústria de alimentos e bebidas. No Brasil, a dinâmica da participação do setor foi maior nas exportações do que na adição de valor. Isso pode ser explicado, tanto pela forte elevação dos preços das *commodities* que o Brasil exporta, como pela recuperação do mercado interno a partir de 2006, que possibilitou a expansão de outros setores produtivos. No Paraguai ocorreu uma expressiva expansão tanto da participação do setor produtor de recursos naturais no valor adicionado, como nas exportações, com especial destaque para o ramo agropecuário. Esta dinâmica foi impulsionada pelo positivo contexto externo que gerou a ampliação das exportações primárias paraguaias, funcionando como importante componente da demanda agregada. No Uruguai, verificou-se um avanço maior na participação das exportações do que na de valor adicionado do setor intensivo em recursos naturais.

A ampliação do setor intensivo em recursos naturais nos países do Mercosul foi, em boa parte, uma decorrência das mudanças da economia mundial nos anos 2000 provenientes do “efeito China”. Transformações estas que trouxeram efeitos positivos para o conjunto dos países do Mercosul, especialmente no âmbito das contas externas, abrindo espaço para que os governos da região adotassem políticas de demanda sem gerar graves desequilíbrios externos e internos.

Esse novo contexto internacional da década de 2000 produziu uma maior conexão comercial e produtiva dos países do Mercosul com a China, implicando, inclusive, em uma significativa expansão do investimento (direto, aquisições e fusões e empréstimos) chinês na região, sobretudo na Argentina e no Brasil. A partir de 2003, a região vivenciou um novo ciclo de expansão do investimento, atrelado à expansão das atividades baseadas em recursos naturais, tendo a China papel destacado.

É inegável hoje que as cadeias globais de valor baseadas em recursos naturais (em seu conjunto) têm capacidade de gerar desenvolvimento tecnológico, contudo ainda não é tão evidente que os países da região possam dinamizar suas economias a partir desse tipo de atividade. Os dados mostraram que os países da região aumentaram sua participação em setores primários –parte menos intensiva em tecnologia dessa cadeia global–, aos quais participam em posições inferiores das cadeias globais de recursos naturais, capturando baixo valor agregado localmente.

A questão que esta posta é se as cadeias globais de valor baseadas em recursos naturais são capazes de capitanear o desenvolvimento da região.

E quando a China tiver realizado seu *catch-up*? Será que a tendência de preços altos dos recursos naturais sobreviverá? Estas questões persistem em aberto na atual conjuntura e precisam ser cada vez mais compreendidas para que possamos construir o longo prazo para as sociedades que compõem os países de nossa região.

REFERÊNCIAS

- Acioly, L.; Pinto, E. C.; Cintra, M. (2011). "China e Brasil: oportunidades e desafios". En: Leão, R.; Pinto, E.; Acioly, L. (Org.). *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Editora: Ipea.
- Barbosa, A. (2011). "China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho". En: Leão, R.; Pinto, E.; Acioly, L. (Org.). *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Editora: Ipea.
- Berning, S.; Holtbrugge, D. (2012). "Chinese outward foreign direct investment— a challenge for traditional internationalization theories?", *Journal für Betriebswirtschaft*, 62(3-4), 169-224.
- Bielschowsky, R. (2000). "Cinqüenta anos de pensamento na Cepal: uma resenha". En: Bielschowsky, R. *Cinqüenta anos de pensamento na Cepal*, v. 1. Rio de Janeiro: Record.
- Bielschowsky, R. (2012). "Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual". *Economia e Sociedade* (edição especial), v. 21, p. 909-941
- Bugna, C.; Porta, F. (2008). "El crecimiento reciente de la industria argentina. Nuevo régimen sin cambio estructural". En *Crisis, recuperación y nuevos dilemas. La economía argentina 2002-2007*, CEPAL.
- Busato, M. (2012). *Crescimento econômico e restrição externa: um modelo de simulação pós-keynesiano*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue.
- Castro, A. B. (2011). "As novas tendências pesadas que estão moldando a economia mundial". En: Castro, A. C. & Castro, L. B. (Orgs.) *Antonio Barros de Castro: o inconformista - homenagem do Ipea ao Mestre*. Brasília: IPEA.
- Deng, P. (2012). "The internationalization of Chinese firms: a critical review and future research". *International Journal of Management Reviews*, vol. 14.
- Filgueiras, L.; Pinto, E. (2009). "Política econômica do governo Lula e os limites do crescimento". En: Gomes, F.; Pinto, E. (Org.). *(Des)ordem e regresso: o período de ajustamento neoliberal no Brasil, 1990-2000*. São Paulo: Mandacará: Hucitec, p. 252-284.
- Fiori, J. L. (2006). "Sistema mundial e América Latina: mudanças e perspectivas". *Projeto de História, (PUC-SP)*, nº 32, p. 55-77, jun. 2006.
- Fiori, J. L. (2011). "Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional". En: Acioly, L. & Cintra, M. *Inserção internacional soberana: temas de política externa*. Ipea: Brasília, livro 3, vol 1.
- Furtado, C. (1968). *Um Projeto para Brasil*. São Paulo: Editora Saga.
- Furtado, C. (1986). *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

- Gallagher, K; Irwin, A.; Koleski, K. (2013). "¿Un major trato? Análisis comparativo de los préstamos chinos en América Latina". *Cuaderno de trabalho del CECHI-MEX*. Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Economía, nº 1.
- Holland, M.; Barbi, F. (2010). "China na América Latina: uma análise da perspectiva dos investimentos diretos estrangeiros". En: Renato Baumann. (Org.). *O Brasil e os demais BRICS: Comércio e Política*. Brasília: CEPAL/IPEA.
- Kaldor, N. (1989). "Recollections of an economist". En: Kaldor, N., *Further Essays on Economic Theory and Policy*, N. York: Holmes & Meier.
- Kupfer, D. & Rocha, F. (2002). "Structural Changes and Specialization in Brazilian Industry: The Evolution of Leading Companies and the M&A Process". *The Developing Economies*, Japão, v. 40, n. 4.
- Kupfer, D. (2001). Transformações macroeconômicas e desempenho das empresas líderes brasileiras na década de 90 (Relatório de pesquisa).
- Pérez, C. (2010). "Dinamismo tecnológico e inclusão social en América Latina: una estrategia de desarrollo productivo basada en los recursos naturales". *Revista de la Cepal*, n. 100, abr.
- Lederman, D.; Maloney, W. (2008). "In search of the missing resource curse". *Policy Research Working Paper Series*, nº 4766, The World Bank.
- López, A. (2012). "Los recursos naturales y el debate sobre la industrialización en América Latina". En: Albrieu, R.; López, A.; Rozenwurcel, G. *Los recursos naturales como palanca del desarrollo en América del Sur: ¿ficción o realidad?* Red Mercosur.
- Marin, A.; Navas-Aleman, L.; Pérez, C. (2009). "The possible dynamic role of natural resource-based networks in Latin American development strategies. Prepared for the CEPAL-SEGIB Project". Disponível em: <www.carlotaperez.org>
- Mais, F.; Dias, F. (2013). "Lineamentos para una estrategia de crecimiento económico". *Serie Notas de Política*, nº 3, CADEP.
- Medeiros, C. (2006). "A China como duplo polo na economia mundial e a recentralização asiática". *Revista de Economia Política*, julho, 2006.
- Pinto, E. (2010). *Bloco no poder e Governo Lula: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano*. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Pinto, E. (2011). "O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial". En: Leão, R.; Pinto, E.; Acioly, L. (Org.). *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Editora: Ipea, 2011.
- Pinto, E.; Balanco, P. (2012). "Transformações do capitalismo contemporâneo e os impactos para a América Latina: retrospectivas, mudanças e perspectivas". *Revista Olho da História*, nº 19, dez.
- Prebisch, R. (2000a). "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns

- de seus problemas principais". En: Bielschowsky, R. Cinquenta anos de pensamento na Cepal, v. 1. Rio de Janeiro: Record.
- Prebisch, R. (2000b). "Estudo econômico da América Latina, 1949". En: Bielschowsky, R. Cinquenta anos de pensamento na Cepal, v. 1. Rio de Janeiro: Record.
- Rodríguez, O. (2009). O estruturalismo latino-americano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Rowthorn, R.; Ramaswamy, R. (1997). "Deindustrialization: causes and implications". *IMF (Working Paper)*, n. 97/42.
- Rowthorn, R; Ramaswamy, R. (1999). "Growth, trade and deindustrialization". *IMF Staff Papers*, v. 46, n. 1.
- Sachs, J.; Warner, A. (1995). "Natural Resource Abundance and Economic Growth". *Cambridge: NBER (Working Paper)*, n. 5.398.
- Sachs, J.; Warner, A. (1997). "Natural Resource Abundance and Economic Growth". *Cambridge: NBER (Working Paper)*, n. 5.398.
- Squeff, G; Pinto, E.; Yannick, K. (2012). Concentração produtiva e baixo dinamismo da produtividade: mudanças na estrutura econômica brasileira na década de 2000. Ipea/UFRJ: Brasília/Rio de Janeiro (mimeo).
- Sturgeon, T. (2002). "Modular production networks: a new American model of industrial organization". *Industrial and Corporate Change*, vol. 11, nº 3, pp.451-496.
- Teixeira, R.; Pinto, E. (2012). "A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico". *Economia e Sociedade (edição especial)*, v. 21, p. 909-941.
- Wei, Z. (2010). "The literature on chinese outward FDI". *Multinational Business Review*, vol. 18, p, 73-112.
- Whittaker, D. & Zhu, T. & Sturgeon, T. & Tsai, M. & Okita, T. (2008). "Compressed development". Working Paper Serie, nº 08-005, IPC/MIT.

3.2. SECTOR MINERO EN EL PERÚ: ROL DE LAS INVERSIONES CHINAS

Alan Fairlie Reinoso (PUC, Perú)

3.2.1. INTRODUCCIÓN

La presencia económica china tiene un rol protagónico en América Latina. No solo en el comercio sino también en la inversión, principalmente en recursos naturales y sectores extractivos. En el Perú, se ha concentrado fundamentalmente en la minería y ha contribuido al boom que tiene el país en los últimos años.

El presente trabajo busca reflexionar sobre las características y el impacto de la inversión china en la minería peruana, para lo cual se analiza primero el entorno y al final se hace un análisis más desagregado sobre las empresas chinas y su diferente desempeño.

Se encuentra que la inversión china tiene un carácter dual. De un lado, empresas que no han cumplido con las pautas de inversión, que han tenido conflictos medioambientales, laborales, tributarios, que guardan cierta semejanza con lo que se reporta de la experiencia de la presencia china en África. De otro lado, empresas que han buscado una relación armoniosa con sus trabajadores, el medio ambiente y las diferentes comunidades locales y actores relevantes del país.

Se evalúa entonces la presencia china en el sector minero peruano, en el entorno de conflictos que se reportan en el país. Asimismo, se hace referencia a la consolidación de una estrategia primario exportadora, y el debate que se presenta en torno a este tipo de estrategias.

Este trabajo tiene conclusiones matizadas, que se alejan de las interpretaciones extremas sobre las características de la inversión china en América Latina y otras regiones.

3.2.2. COMERCIO PERÚ-CHINA

China es el segundo socio comercial más importante de Perú, después de EEUU, tras la suscripción del Tratado de Libre Comercio (TLC) en 2009. La evolución del comercio ha aumentado progresivamente en el periodo 2007-2011.

En el caso específico del comercio bilateral Perú-China, las exportaciones dominantes son el hierro y el cobre, áreas en que se reproduce el patrón de IED en industrias extractivas, entre las que se destaca la mina Marcona, donde la empresa china Shougang ha invertido 250 millones de dólares. Durante el periodo 2004-2011, la evolución comercial presentó una tendencia creciente, puesto que el intercambio comercial para el 2004 fue de US\$ 2.002 millones de dólares, mientras que para el año 2011, la cifra ascendió a US\$ 13.287 millones de dólares. Es importante mencionar también que durante este periodo casi todos los años hubo un superávit comercial de Perú respecto a China, excepto en 2008, periodo de la recesión económica mundial.

Perú también ha desarrollado una estrecha relación con China a partir de la venta de alimentos y materias primas. La harina de pescado, utilizada en China para la alimentación animal, representa casi las dos terceras partes del valor de las exportaciones peruanas a ese país. Aquí también aparece la complementariedad: mientras Perú es el principal productor de harina de pescado del mundo, China es el principal centro de consumo, y adquiere más de 50% de la producción peruana.

Entre los sectores más dinámicos en el comercio Perú-China destacan las exportaciones tradicionales, aunque en los últimos años el flujo de las exportaciones no tradicionales ha ido aumentando.

El intercambio comercial de bienes es la relación económica que más se ha desarrollado entre Perú y China. El comercio total entre ambos países (exportaciones más importaciones) pasó de US\$ 231 millones en 1993 a US\$ 7.340 millones durante 2009; es decir, se multiplicó 32 veces. Durante 2009, China consolidó su importancia como el segundo socio comercial peruano, con una participación relativa que subió a 15,2%, en tanto que la participación de EE.UU. se ubicó en 18,2%. Al 2012, el 0,7% de stock de IED en Perú provenía de China. Estas cifras solo son aproximadas, puesto que Proinversión solo considera la IED registrada por las empresas chinas.

Según Putzel (2009), la industria maderera se puede ver afectada por las inversiones extranjeras chinas, las cuales han ido adquiriendo un peso significativo en la amazonia peruana. Éstas pueden reducir el valor añadido, pues exportan madera del Perú y la procesan en China (Cepal, 2010).

Cuadro 1 Evolución del comercio Perú-China y con el Mundo, 2007-2012 (US\$ millones)

	2007	2008	2009	2010	2011	Ene-Jun 2012
Comercio China - Mundo						
Exportaciones (FOB)	1 217 795	1 428 657	1 201 786	1 578 269	1 899 182	n.a.
Importaciones (CIF)	956 233	1 131 619	1 004 175	1 396 195	1 742 071	n.a.
Saldo Comercial (X-M)	261 562	297 038	197 611	182 074	157 111	n.a.
Comercio Perú - Mundo						
(A) Exportaciones (FOB)	28 084	30 628	27 073	35 806	46 270	21 840
(B) Importaciones (CIF)	20 430	29 882	21 818	29 972	37 822	20 059
Saldo Comercial (X-M)	7 655	746	5 256	5 834	8 449	1 781
Comercio Perú - China						
(C) Exportaciones (FOB)	3 040	3 567	4 079	5 436	6 969	3 558
(C)/(A)	10,8%	11,6%	15,1%	15,2%	15,1%	16,3%
(D) Importaciones (CIF)	2 474	4 065	3 267	5 140	6 344	3 526
(D)/(B)	12,1%	13,6%	15,0%	17,2%	16,8%	17,6%
Saldo Comercial (X-M)	566	-498	811	296	625	32

Fuente: Reporte de Comercio Bilateral Perú-China. II trimestre 2012, 3 pp. MINCETUR.

En el largo plazo, se han acumulado permanentes superávits comerciales con el gigante asiático, tendencia que se interrumpe en 2008, durante el tramo más agudo de la crisis internacional, pero que se retoma durante 2009. Estos saldos favorables se explican, casi exclusivamente, por la exportación de metales y harina de pescado; en todos los demás sectores la balanza comercial es deficitaria, sobre todo en maquinaria eléctrica y no-eléctrica; textiles y ropa; sustancias químicas y accesorios fotográficos; cuero, caucho y calzado; y otros bienes manufacturados. Es decir, el actual comercio bilateral reproduce el tradicional vínculo económico entre una economía primario-exportadora y otra industrializada (Cepal, 2012).

Gráfico 1 Saldo comercial Perú - China, 2007 - 2011 (US\$ millones)

Fuente: Reporte de Comercio Bilateral Perú-China. II trimestre 2012, 3 pp. MINCETUR.

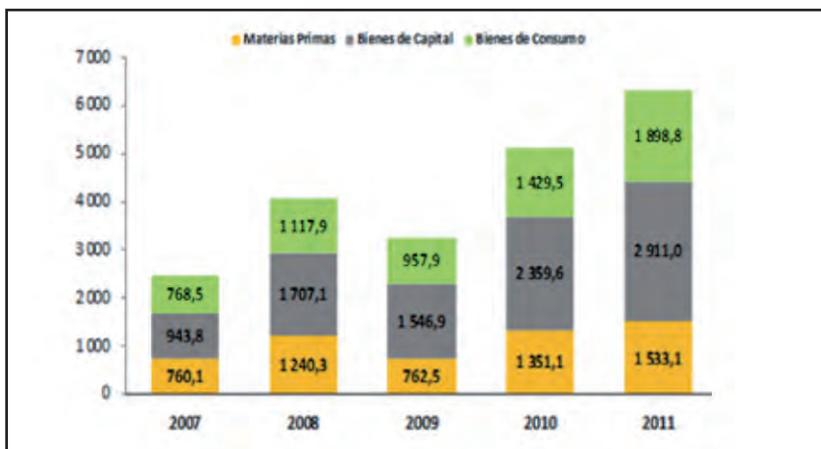
Según los datos de la Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria (SUNAT), las exportaciones de Perú hacia China en el periodo 2007 a 2012, en términos generales, tuvieron una tendencia creciente. En 2007 las exportaciones de Perú hacia China representaron 10,8% del total de las exportaciones peruanas y las importaciones representaron el 12,1% del total. Hacia el primer trimestre de 2012 las exportaciones hacia China fueron 16,3% de las exportaciones peruanas hacia el mundo y las importaciones desde China representaron el 17,6% del total. Además, según los datos, excepto en 2008, en el periodo observado se ha producido un superávit comercial respecto a China.

La composición de las exportaciones de Perú hacia China fueron más del 90% en productos tradicionales y el resto no tradicional, dentro del periodo 2007 a 2011. Diferente es la estructura de las importaciones peruanas desde China para dicho periodo, las cuales se concentraron en bienes de capital y de consumo. Es evidente que, al igual que en el caso de los países vecinos, el comercio entre Perú y China es interindustrial.

Gráfico 2a Exportaciones Perú - China, 2007 - 2011 (US\$ millones)



Gráfico 2b Importaciones Perú - China, 2007 - 2011 (US\$ millones)



Fuente: Reporte de Comercio Bilateral Perú-China. II trimestre 2012, 4 pp. MINCETUR.

Como se mencionó al principio, el Perú posee un TLC con China, el cual se suscribió en el año 2009 y entró en vigencia en el año 2010. Este comprende comercio de bienes, servicios e inversiones. Igualmente, contiene un Acuerdo de Cooperación Aduanera y un Memorándum de Entendimiento sobre Cooperación Laboral y Social.

Según el Reporte Comercial Perú-China 2011, documento elaborado por la Gerencia de Comercio Exterior de la Cámara de Comercio Peruano China

(CAPECHI), el primer mercado de exportación de Perú entre 2010 y 2011 fue China¹ tal y como volvió a suceder en el tercer trimestre de 2012², ya que hasta octubre, China se mantuvo como el principal destino de las exportaciones peruanas (US\$ 731 millones); en segundo lugar se ubicó Estados Unidos (US\$ 502 millones), luego Suiza (US\$ 374 millones), Canadá (US\$ 287 millones) y por último, Alemania con US\$ 215 millones. El mismo patrón se registró en la evolución de enero-octubre de 2012 de las exportaciones a Asia (31% del total), que registraron un incremento de 11%, explicado, principalmente, por el aumento de envíos a China (33%), India (25%) y Corea del Sur (18%), que contrarrestó la contracción de las exportaciones hacia Tailandia (86%) y Japón (32%). Según el último reporte del Ministerio de Comercio Exterior de Exportaciones (octubre 2012), el 95% de las exportaciones peruanas están cubiertas por acuerdos comerciales vigentes, como el suscrito con China.

En el sector tradicional, el rubro agrícola registró una caída de 31%, mientras que las exportaciones del sector minero disminuyeron 8% (del total). De otro lado, los rubros petróleo/gas natural/derivados y pesquero registraron incrementos de 7,9% y 7,3%, respectivamente.

En el sector no tradicional, los rubros más dinámicos fueron: varios/joyería (84%), minería no metálica (54%), metal-mecánico (15%), textil (13%), sidero-metalúrgico (8%), agropecuario (8%) y maderas y papeles (7%).

El número de productos exportados ascendió a 4.562, lo que representó un aumento de 4% con respecto a enero-octubre 2011. Por otro lado, el número de empresas exportadoras ascendió a 7.548, mostrando un aumento de 3% respecto a enero-octubre 2011 (MINCETUR, 2011).

Con respecto a las exportaciones a principales mercados destino por sector a China, dentro del sector tradicional, los principales rubros son el minero con 4.477 millones de dólares en el periodo enero-octubre de 2011, mientras que para el mismo periodo de 2012 alcanzó el monto de 5.270 millones, obteniendo una variación entre ambos años del 18%. La minería no metálica, en el mismo periodo, registró US\$ 1,52 millones, mientras que en 2012 las ventas fueron de 0,57 millones de dólares.

En relación a la estructura de las exportaciones peruanas a China, no han diferido mucho puesto que el sector tradicional, específicamente el mi-

1 Perú: principales mercados destinos de exportaciones 2011/2010, reporte elaborado por la Cámara de Comercio en base a datos estadísticos de SUNAT y Aduanas expresados en millones de dólares americanos: http://www.capechi.org.pe/_5_1.html

2 Cfr. http://www.acuerdoscomerciales.gob.pe/images/stories/exportaciones/np_oeei_x_octubre_2012.pdf

nero, sigue representando el grueso de las exportaciones peruanas a China para el periodo 2010-2012. Sin embargo, en este último periodo las exportaciones no tradicionales han ido aumentando en importancia, puesto que la minería no metálica, las exportaciones de pieles y cueros, y pesquero han crecido a tasas considerables, sobre todo entre el periodo 2010-2011.

Por otra parte, en noviembre de 2012 las importaciones peruanas llegaron a 3.692 millones de dólares, lo que representa un incremento de 10% con respecto a similar mes de 2011. Las importaciones de Bienes de Consumo (US\$ 834 millones) se incrementaron 19%; las de Materias Primas y Productos Intermedios (US\$ 1.683 millones), 6%; y las de Bienes de Capital y Materiales de Construcción (US\$ 1.174 millones), 10%. En cuanto a la evolución del rubro de Bienes de Consumo (24%), las importaciones de bienes de consumo duradero, en el periodo enero-noviembre 2012, fueron las más dinámicas (29%), especialmente las importaciones de vehículos de transporte particular (39%) y de objetos de uso personal, instrumental musical y otros (32%).

En cuanto a las importaciones de Materias Primas y Productos Intermedios (7%), todos los rubros influyeron en la expansión registrada en este periodo: las materias primas y productos intermedios para la agricultura (19%), los combustibles, lubricantes y productos conexos (8%) y las materias primas y productos intermedios para la industria (6%). De otro lado, el desempeño de las importaciones de Bienes de Capital y Materiales de Construcción (14%) estuvo asociado al aumento de todos los rubros: bienes de capital para la agricultura (29%), equipos de transporte (25%), bienes de capital para la industria (11%) y materiales de construcción (5%).

Las importaciones desde Asia (33% del total) registraron una expansión de 17%. Los países con mayor incidencia en este resultado fueron India (25%), China (23%), Japón (16%), Corea del Sur (10%) y Taiwán (7%) asociados a mayores compras de materias primas y productos intermedios para la agricultura, de bienes de capital para la agricultura y de bienes de consumo no duradero.

En cuanto al comportamiento de las importaciones peruanas por mercados de origen, se destaca el crecimiento de las compras desde el continente americano en 7%, con respecto a noviembre de 2011. En particular, las compras desde Norteamérica (25% del total) aumentaron 2%, por efecto de mayores compras desde Estados Unidos (7%); sin embargo, las importaciones desde Asia (33% del total) registraron una expansión de 17%. Los países con mayor incidencia en este resultado fueron India (25%), China (23%), Japón (16%), Corea del Sur (10%) y Taiwán (7%), aso-

ciados a mayores compras de materias primas y productos intermedios para la agricultura, de bienes de capital para la agricultura y de bienes de consumo no duradero.³

El reporte de comercio exterior presentado por el MINCETUR presenta un anexo sobre las exportaciones por principales acuerdos comerciales. La variación de las exportaciones entre 2010 y 2011 fue de 28%, mientras que para el periodo enero-octubre del año 2012, la variación fue 9%. El informe también incluye un anexo sobre las importaciones por acuerdos comerciales, en el cual se muestra que del año 2010 al 2011, las importaciones crecieron 23%, y en período enero-noviembre de 2012 se incrementaron 23%. Los datos sugieren que en 2011 hubo superávit comercial en relación a China; aunque en el periodo enero-octubre de 2012 el superávit comercial disminuyó. Las cifras muestran que, en términos generales, el comercio entre Perú y China ha aumentado en los tres primeros años de vigencia del acuerdo comercial entre dichos países.

Con respecto a la estructura comercial que se mantiene con China, se puede decir que “sustancialmente no ha variado desde las últimas décadas, pues el panorama básico es la exportación de recursos mineros o manufactura de escasa elaboración procedente de las actividades extractivas como la minera o pesquera; mientras que se importa manufacturas de alcance tecnológico mediano y altamente elevado”. Vale decir, que el acuerdo bilateral principalmente reproduce, al igual que en la mayoría de los países latinoamericanos, el tradicional vínculo económico de un país norte-sur, cuya relación es la de una economía industrializada y primario-exportadora, respectivamente (Cepal, 2012).

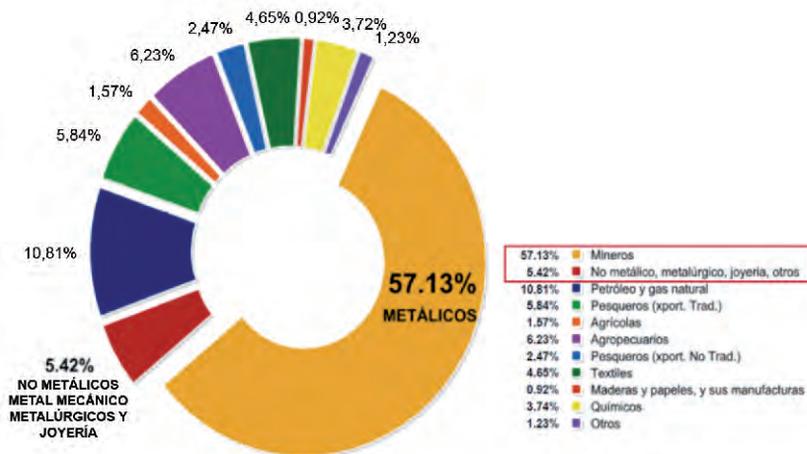
Las exportaciones durante la última década han crecido significativamente; sin embargo, el número de partidas no tiene un peso significativo en términos de valor exportado, por lo que no se puede decir que haya una diversificación de las exportaciones al mercado chino.

La participación de los productos mineros en el total de las exportaciones nacionales para la primera mitad de 2012 fue de 57,13% en minerales metálicos y 5,42% en no metálicos; con estos datos podemos tener en claro que las exportaciones del sector minero representan un rubro importante, así como también el sector energético (petróleo y gas natural), con una participación relativa del 10,48%.

3 Cfr. http://www.acuerdoscomerciales.gob.pe/images/stories/importaciones/importaciones_noviembre_2012_final.pdf

Según el Gráfico 3, en el periodo enero-julio de 2012 China ha sido el principal país de destino de cobre⁴ en el rubro de exportaciones metálicas, seguido por Japón y Alemania. Por otro lado, Suiza, Canadá y Estados Unidos ocupan los tres primeros puestos en cuanto a destino de oro, mientras que Italia y China se encuentran en el cuarto y quinto puesto respectivamente como destinos de exportación para el mismo periodo. Con respecto al zinc, los destinos se disputan mayormente entre países asiáticos, mientras que para la plata, los destinos son principalmente occidentales, con excepción de Corea del Sur y China que se ubican en el primer y quinto puesto respectivamente. Por lo tanto, China ha sido uno de los destinos más frecuentes a los cuales van dirigidas las exportaciones de minerales; por ejemplo, tuvo 44,52% de participación relativa en cuanto al plomo.⁵

Gráfico 3 Participación de los productos mineros en el total de exportaciones nacionales ENE - JUL 2012



Fuente: Boletín Estadístico de Minería, MEM, N° 10-2012, Lima, Perú, pp. 12-13.

En el ranking de empresas que más exportaron a China en 2011 se encuentran tanto mineras como pesqueras; no obstante, son las empresas mineras las que explican mejor el volumen de las exportaciones hacia el mercado chino. Es el caso de Compañía Minera Antamina, con una par-

4 Incluye los productos cobre refinado, cobre blister, concentrado y Min.

5 Boletín Estadístico de Minería, MEM, N° 10-2012, Lima, Perú, pp. 12-13.

ticipación de 1.044,74 millones de dólares, Shougang Hierro Perú S.A.A. con US\$ 989,58 millones y Consorcio Minero S.A Cormin con 812.82 millones de dólares. Shougang Hierro Perú S.A.A. es de capitales chinos.

Por el contrario, las importaciones que provienen del mercado chino muestran una mayor diversificación. Entre las principales empresas importadoras se destacan las tiendas por departamento como Ripley S.A. y Saga Falabella, otras que se dedican a la venta de productos electrónicos y de comunicación como LG Electronics Perú S.A, Sony Sucursal Perú, Tech data Perú y Deltron International S.A, que importó desde China por la suma de 181.14 millones de dólares. Fue la primera empresa peruana, fabricante de computadoras y comerciante mayorista de equipos de cómputo, componentes y suministros, que se ha consolidado como líder del mercado de la tecnología de la información en el país. De las principales empresas importadoras, es de inversiones chinas Huawei del Perú SAC.

3.2.3. INVERSIONES CHINA-PERÚ

Las inversiones chinas en el Perú se dieron con el proceso de privatización iniciado en los años noventa, con la entrada de Shougang mediante la compra de Hierro Perú.

Según los datos provistos por el Ministerio de Comercio Exterior y Proinversión, la evolución de la inversión extranjera directa entre los años 2006 y 2011, no ha crecido al mismo ritmo que las exportaciones; en promedio, la tasa de crecimiento anual del flujo de capitales chinos ha sido alrededor de 0,3% entre los años 2010 y 2011, pero se mantuvo constante durante 2006 y 2009 (Cuadro 2). Además, esta es aún muy pequeña, puesto que según datos para el año 2011, la inversión china representó solo el 0,7% de la IED del Perú.

Cuadro 2 Stock de inversión Extranjera Directa en el Perú por Países de Domicilio* (Mill. US\$): 2006-2011

Países	Anual						Var.% 11/10	Part.% 2011
	2006	2007	2008	2009	2010	2011		
España	3,682.0	3,734.0	4,198.3	4,303.3	4,456.4	4,458.5	0.0	20.2
Reino Unido	2,883.4	3,029.4	3,552.1	3,894.1	4,087.4	4,450.8	8.9	20.2
EE.UU.	2,648.9	2,654.1	2,655.4	3,066.1	3,166.4	3,166.4	0.0	14.4
Holanda	1,179.6	1,179.7	1,181.3	1,349.9	1,520.0	1,532.8	0.8	7.0
Chile	465.8	472.0	1,122.8	1,315.4	1,335.3	1,348.0	0.9	6.1
Colombia	666.4	734.9	741.6	781.6	1,048.7	1,048.7	0.0	4.8
Brasil	332.9	337.4	342.2	493.2	1,016.4	1,021.9	0.5	4.6
Panamá	839.9	887.7	930.1	932.0	934.3	924.0	-1.1	4.2
Canadá	274.6	274.6	684.0	684.0	705.2	845.2	19.9	3.8
México	439.2	447.7	454.8	454.8	464.8	464.8	0.0	2.1
Suiza	308.9	319.1	335.3	376.9	422.4	436.6	3.4	2.0
Singapur	123.5	123.5	123.5	365.5	365.5	365.5	0.0	1.7
Luxemburgo	72.8	101.3	98.3	97.5	272.4	272.4	0.0	1.2
Japón	116.8	116.8	168.4	187.4	227.4	233.8	2.8	1.1
Francia	53.0	53.0	201.0	208.0	208.0	208.0	0.0	0.9
Alemania	107.9	109.4	173.3	173.3	173.3	173.3	0.0	0.8
Uruguay	138.9	138.9	133.3	160.2	160.2	160.2	0.0	0.7
China	122.8	147.3	147.3	147.3	147.3	147.8	0.3	0.7
Otros	773.6	726.7	702.8	708.5	749.3	761.0	1.6	3.5
Total	15,230.7	15,587.4	17,945.5	19,708.9	21,460.5	22,019.5	2.6	100.0

Fuente: Proinversión.

*Inversión de empresas de destino y subsidiarias de terceros países domiciliada.

Según Proinversión (cuadro 3), la inversión de China en el Perú, desde 1980 al año 2011 fue de 736.18 millones de dólares. La inversión china derivada de los residentes, de empresas chinas y subsidiarias resididas en China es de 147 millones de dólares, de los cuales, alrededor del 99% ha sido destinado al sector minero, preferencia que se mantuvo desde los años ochenta. El grueso de la IED china de no residentes, procedente de subsidiarias en terceros países, como en los destinos fiscales, fue de 588 millones de dólares y casi en su totalidad tuvo como destino al sector minero a partir del año 2006, puesto que para el periodo comprendido entre los años 1995 y 2005, la inversión china extranjera china sólo estuvo dirigida al sector turismo. Como se exhibe en el Gráfico 4, la minería constituye el 99% del stock de inversión registrada de China en Perú, dirigido a Shoungang Perú como empresa receptora de estas inversiones durante 1980-2011. El apartado que aparece como Otros representa al sector comercio, el cual solo captó el 0,2% de dichas inversiones.

**Gráfico 4 Stock de inversión de China en el Perú 2011:
Part.%(millones de US\$)**



Fuente: Proinversión.

Esta tendencia se ha reproducido desde la llegada de las IED china al Perú, aunque como se muestra en el cuadro 3, el Ministerio de Comercio Exterior de China señala que también ha habido inversiones en el sector de las telecomunicaciones y gas. Como los datos indican, el 20% de la inversión total de China en el Perú procedió de residentes y el 80% de no residentes. Es preciso indicar que las estadísticas de inversión en el Perú no son exactas, puesto que solo se considera los montos que las empresas reportan, además de que las diferentes fuentes estadísticas difieren en los métodos y por lo tanto en los montos que señalan como oficiales.

Cuadro 3 Inversión total china en el Perú

A - INVERSIÓN DE CHINA COMO PAÍS DE DOMICILIO 1/

SECTOR	1980-2000	2002	2005	2007	2009	2011	TOTAL
MINERÍA	122.13	0.44	0.15	24.52	0.03	0.51	147.78
COMERCIO	0.02	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.02
SERVICIOS	0.01	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.01
INDUSTRIA	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
TOTAL	122.16	0.44	0.15	24.52	0.03	0.51	147.81

1/ Inversión de empresas chinas y subsidiarias de terceros países domiciliadas en China.

* Actualizado al 30 de junio de 2012.

B - INVERSIÓN DE CHINA COMO PAÍS DE LA CASA MATRIZ 2/

SECTOR	1995-2005	2006	2007	2009	2010	2011	TOTAL
MINERÍA	0.00	18.71	30.67	31.45	43.67	355.00	479.50
PESCA	0.00	103.50	0.00	0.00	0.00	0.00	103.50
TURISMO	-4.88	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	4.88
PETRÓLEO	0.50	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.50
TOTAL	5.38	122.21	30.67	31.45	43.67	355.00	588.38

2/ Subsidiarias de empresas chinas, domiciliadas en terceros países.

* Actualizado al 30 de junio de 2012.

C. INVERSIÓN TOTAL DE CHINA

US\$ 736.18 millones

Fuente: Proinversión.

Si bien más del 90% de la inversión se dirige a la minería, como se mencionó, las inversiones chinas también se encuentran en el sector agrícola. Por ejemplo, en 2006, la empresa distribuidora China Fisheries Group, incurrió en la industria de la pesca peruana con la compra de una pesquera. Según el Diario de Fusiones y Adquisiciones, esta firma, la cual hasta el 2010 adquirió mediante su subsidiaria en Perú (CFG Investment) 33 empresas pesqueras, ha llevado a cabo una inversión total aproximada de 235 millones de dólares. Estas adquisiciones se encuentran en línea con la estrategia de la mencionada empresa de incrementar, su presencia en Perú.

De las inversiones chinas con domicilio en China, según la información registrada por Proinversión, en el sector del comercio invirtió Chen Kuo Ksiung en la empresa Astor S.R. Ltda. En la empresa centro comercial del lejano oriente invirtieron las firmas chinas Lorenzo Wanf Liu, Jeffrey Liu, Chen Shiu Kuo, Wang Chyi Jye y Sun Ta Chen. En la empresa Huang's Industria y Comercio Ultramar invirtieron Feng Yi Li, Zhi Tao Huang y Zhi Hao Huang. Por último, en la empresa importadora Asia invirtió Hsiang Sheng Hijo.

En el sector servicios, la empresa china National Import and Export Commodities Inspection Corp. invirtió en la empresa Servicios de Inspección Internacional Lima. En ella también invirtieron Qixin Su y Lin Zhang.

En el sector industrial, en la empresa Huang's marca sello invirtieron Zhi Hao Huang, Zhi Tao Huang y Feng Yi Li. Por último, en la empresa Compañía Cervecera del Sur del Perú se recibió inversiones de Carlos Koc Tek. Respecto a las empresas mineras, se analizará con mayor detalle en el capítulo dedicado a la minería en el Perú.

Respecto a las inversiones chinas provenientes de las empresas subsidiarias con domicilio en otros países, en el sector pesquero se encuentra la empresa CFG Investment; la subsidiaria de la inversionista se encuentra en Singapur.

En el reporte de Proinversión sobre la IED de China a Perú a junio de 2012, se menciona también la inversión realizada por CST Mining Group Limited en la empresa minera Marcobre, pero a finales del mismo año, la empresa de origen chino vendió su participación accionaria a la empresa Cumbres Andinas S.A.

En el caso del sector minero, la minera Majaz, subsidiaria de Rio Blanco Copper Limited, se encuentra domiciliada en el reino unido. En el caso de Peru Copper Syndicates Ltd., inversionista de minera Chinalco Perú, se sitúa en las Islas Caimán.

En el sector turismo se encuentra la empresa Bruce Grupo Diversión, que recibió capital de la principal Bruce Group Limited–USA, que se encuentra en Estados Unidos también. En el sector petrolero, la empresa Sapet Development Peru Inc., con subsidiaria en Estados Unidos, invirtió en la empresa Sapet Development Peru Inc. Sucursal del Perú.

Esta empresa fue acusada de contaminación en 2010, debido al ingreso repentino de la petrolera Sapet a la zona intangible del distrito de Lobitos, en Talara. En 2010, El Organismo Supervisor de la Inversión en Energía y Minería (Osinergmin) cerró 48 pozos de la empresa Sapet durante las visitas que dicha institución realizó a Lobitos. En la playa Lobitos se observó que en las pozas de desechos de fluidos de perforación, la empresa Sapet no cumplió con el *Energy Information Administration* (EIA) y la normativa legal vigente. Osinergmin abrió una inestructiva preliminar de sanción por los posibles incumplimientos de la empresa Sapet al EIA aprobado para la perforación de 115 pozos en el Lote VI/VII.⁶

La empresa fue multada por diferentes incumplimientos a normativas. En 2011, de acuerdo al diario El Comercio, el Osinergmin informó que se estaba supervisando los pozos petroleros de la compañía Sapet. Otro incidente relacionado con la empresa Sapet ocurrió en 2006, puesto que se le cedió la concesión del lote 113, que pertenece a un área de reserva en Madre de Dios, habitada por nativos aislados, lo cual también generó un amplio rechazo.

Entre las inversiones se encuentra la del Industrial and Commercial Bank of China (ICBC), que inició sus operaciones en enero de 2013. Esta empresa pretende financiar proyectos de infraestructura e ingresar al mercado *retail*, además de ofrecer servicios financieros a las empresas chinas que realizan negocios en el Perú. Es el banco más grande del mundo y el primer banco chino en Sudamérica. Otra empresa financiera que ha mostrado su interés por abrir una subsidiaria en el Perú es China Development Bank (CDB), luego de haber suscrito préstamos con entidades locales como el BCP y BBVA. En el cuadro 4 que se presenta a continuación se describen los proyectos de inversión reportados en los

6 Cfr. <http://www.biodiversityreporting.org/article.sub?docId=31672&c=Peru&cRef=Peru&year=2010&date=February%202010>.
http://elcomercio.pe/peru/699379/noticia-pobladores-lobitos-sufren-estragos-petroleo-sus-aguas_1.
<http://elcomercio.pe/peru/700816/noticia-osinergmin-evalua-dano-ecologico-lobitos>.
<http://fenamad.org.pe/principales-amezanas.php>

medios, como iniciativas de inversión china en el Perú. Como se observa, hay una intención de ingresar a nuevos sectores en el mercado peruano.

Cuadro 4 Proyectos de inversión reportados en los medios, 2012

Inversionista	Sector	Proyecto	Inversión (Millones de US\$)
Bank of China	Finanzas	Instalar una subsidiaria	-
Huawei	Industria	Fábrica de bienes de alta tecnología	-
China Development Bank (CDB)	Finanzas	Instalar una subsidiaria	-
Pacifican Andes / China Fishery Group Limited	Energía	Operar una central térmica en Ica	-
Tiens Group	Minería	Proyectos mineros	1,000
Industrial and Comercial Bank of China	Finanzas	ICBC Bank Perú	50
Sinopec Lubricants	Industria	Ingresar al mercado de lubricantes, bajo la representación de Autorex Peruana	-
Las Mellizas	Minería	Exploración y explotación de un yacimiento de cobre, en la provincia de Caravelí, región Arequipa.	10
JINZ-HAO MINING PERÚ	Minería	Proyecto minero en Arequipa	133
Xinjiang Zhonghao Building Materials Group	Industria	Busca socio para invertir en una planta productora de cemento	260.00

Fuente: Proinversión.

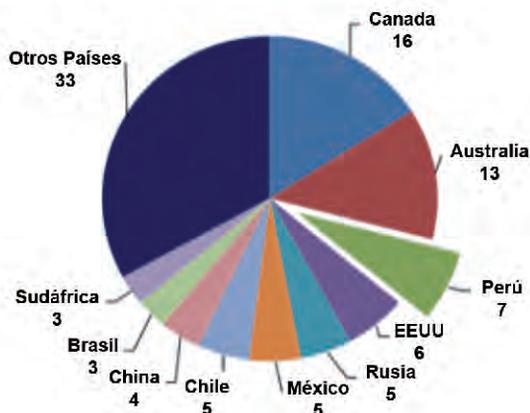
3.2.4. INVERSIONES CHINAS EN EL SECTOR MINERO LATINOAMERICANO⁷

La inversión china en el sector minero se ha convertido en una de las más dinámicas después de la crisis de 2008. Parte de este resultado se explica por la autonomía financiera que le brinda el fondo denominado China Investment Corp (CIC). Las empresas chinas han avanzado en el control de importantes proyectos mineros en todo el mundo, también lo han hecho en el proceso de adquisiciones y en la participación en empresas mineras de talla mundial, fortaleciendo su presencia a nivel global (Echave, 2011).

Cerca del 24% de la inversión extranjera directa china se dirige al sector extractivo. Además, la tendencia de las empresas mineras ha sido la adquisición de activos durante la última crisis económica (González, 2011).

7 En el Anexo 1 hay una nota sobre la inversión china en África.

Gráfico 5 Destino de las inversiones para exploración, los diez principales países: 2009 (Part.%)



Fuente: Metals Economics Group 2010.

Entre los países donde hay una mayor participación de inversión china en proyectos de exploración destacan Perú, México, Chile y Brasil en 2009. Pero, según los proyectos establecidos considerando el periodo 2000-2010, sólo Perú y Ecuador son los países latinoamericanos que tienen proyectos mineros concretos. En el caso de Perú, el número de proyectos es seis, y en el caso de Ecuador, cuatro.

Cuadro 5

Table 2: Top Destinations for Chinese Mining FDI 2000-2010 (by number of controlled projects)

Country	Chinese Projects	Percentage of Chinese Projects	2000-2010 non Chinese FDI M&Q (Percentage of world's total)	Country's total mining projects
1. Australia	37	33.04%	15.30%	1046
2. Canada	13	11.61%	13.20%	540
3. Tajikistan	7	6.25%	0.10%	27
4. Perú	6	5.36%	3.30%	188
5. Ecuador	4	3.57%	0.10%	29
5. Zimbabwe	4	3.57%	1.60%	59
7. Laos	3	2.68%	0.30%	8
7. Myanmar	3	2.68%	0.00%	12
TOTAL	112	100.00%		6643

Source: Raw Materials Database (2011) and various media. Author's elaboration.

Fuente: González (2011).

En el ranking de los 20 mayores proyectos mineros de capitales chinos (cuadro 5) aparecen proyectos ubicados en Perú, Ecuador y Chile, citando solo los países latinoamericanos. Para el caso de Perú los recursos minerales objetivo de estos proyectos son cobre, mineral de hierro y oro. En Ecuador estos proyectos buscan cobre y oro, mientras que en Chile se centran en la extracción de mineral de hierro.

La presencia de la empresa minera Wuhan Steel en Brasil, que se dedica a la extracción de hierro, también es una de las principales inversiones en minería en América Latina. Otra inversión importante en la región es la de la empresa Bosai Minerals, que se desempeña en el rubro de la extracción de bauxita.

Hay un punto de vista que señala que la inversión china está predispuesta a operar en unión a gobiernos autoritarios por comodidad, lo cual permite que actúen con bajos estándares laborales y ambientales (Alden, 2012). Ante este argumento González (2011) indica que la asignación de la inversión minera china en el exterior no refleja exactamente la base de este punto, puesto que tal como lo muestra el cuadro 6, gran cantidad de empresas mineras chinas operan en países con regímenes liberales democráticos.

Cuadro 6

Table 3: Top 20 Chinese Overseas Mining Projects By Acquisition Price and Promised Investment (2000-2010)

Rank	Company	Project	Mineral	Country	Acquisition Price ¹	Estimated or Promised Investment ²
1	Nanjinzao Group	Pampa de Pongo	Iron Ore	Peru	200	3280
2	China Metallurgical Group	Aynak Project	Copper	Afghanistan		3000
2	China Railway Engineering & China's Sinohydro	Dikuluwe & Mashamba Mines	Copper & Cobalt	Congo (Dem Rep)		3000
4	China Minmetals	Galeno, Hilorico & Pashpap	Copper & Gold	Peru	436	2500
5	Chinalco	Toromocho Deposit	Copper	Peru	762	2150
6	China Union Investment	Bong Mine	Iron Ore	Liberia		2690
7	Shunde Ribin Development	Vallenar Mine	Iron Ore	Chile		1900
8	Zijin Mining Group	Rio Blanco Deposit	Copper	Peru	182	1446
9	China Metallurgical Group	Ramu Mine	Nickel & Cobalt	Papua New Guinea		1370
10	Tongling Nonferrous Metals	Panantza Deposit	Copper	Ecuador	652 ²	1300
11	Shougang Corporation	Marrona Mina	Iron Ore	Peru		1000
12	Norico	Momywa Mine	Copper	Myanmar		997
13	China Metallurgical Group	Cape Lambert Deposit	Iron Ore	Australia	400	550
14	China Nonferrous Metal Mining	Taguang Taung Mine	Nickel	Myanmar		850
15	Tongling Nonferrous Metals	Mirador Mine	Copper & Gold	Ecuador	652 ²	418
16	China National Machinery Import & Export Corporation	Belinga Project	Iron Ore	Gabon		790
17	Sinosteel Corporation	Weld Range Deposit	Iron Ore	Australia		655
18	China Minmetals	Izok Lake Metal Deposit	Zinc, Lead, Silver, Copper	Canada		539
19	Shougang Corporation	Mount Gibson Deposit	Iron Ore	Australia		
20	Luneng Group	Berezov Deposit	Iron Ore	Russia		

Sources: Raw Materials Database (2011), Media Reports, Author's elaboration.

¹ Amounts in million US dollars

² Paid to buy Canada's Corrente Resources

Fuente: González (2011).

Del cuadro 5 también se desprende que Perú ocupa el cuarto lugar en la lista por número de proyectos, pero el tamaño de los proyectos mineros que las empresas chinas están llevando a cabo en el país andino es mucho más grande que las de Tayikistán. En el capítulo posterior se analizará con detenimiento los distintos proyectos mineros en el Perú.

En el caso de Ecuador, también hay un elevado número de proyectos mineros chinos. Recientemente los recursos de Canadá Corriente fueron adquiridos por una empresa conjunta formada por Tongling Nonferrous Metals Group y China Railway Construction Corporation; esta última empresa conjunta controla 17 depósitos organizados en cuatro proyectos mineros en el cinturón de cobre corriente en el sureste de Ecuador. Ecuador es un país que también se ubica geográficamente en la costa del pacífico, con una industria de extracción de aceite consolidado y un sector minero con potencial de desarrollo, a pesar de que la resistencia social a la expansión de la minería sigue siendo alta. Por otra parte, la inversión minera china en el país fue precedida por importantes inversiones en el sector petrolero realizadas por Sinopec y CNPC (González, 2011).

El documento de González (2011) recalca asimismo que, aunque Perú y Ecuador reciben el grueso de la inversión minera china en América Latina, también las empresas mineras chinas han adquirido los derechos de explotación minera en países como Argentina, Chile, Guyana y México, durante el período 2000-2010. El hecho de que todos estos proyectos fueron adquiridos de otras empresas mineras transnacionales, indica la preferencia otorgada por las empresas mineras chinas en América Latina a los mecanismos de mercado, eludiendo el trato directo con los gobiernos nacionales para la adquisición de derechos mineros. Por otra parte, Chile (donde la estatal Codelco tiene también una importante empresa conjunta con Minmentals) y Brasil son los principales exportadores de minerales a China. Recientemente se destaca el interés de las compañías chinas por invertir en Colombia. Sin embargo, los países con reservas de minerales importantes, como Bolivia y Brasil, no tienen en la actualidad sede de proyectos chinos controlados.

A pesar de que las inversiones chinas en minería en América Latina en su mayoría son realizadas en países con altas calificaciones, no están exentas de conflictos de diferente magnitud, y administrados con diferentes niveles de éxito. González (2011) indica que las inversiones chinas tienden a actuar o no están lejos de operar al igual que otras transnacionales. Pero como recalcan Irwin y Gallagher (2012), la mayoría de la literatura concluye que las compañías chinas operan de manera irresponsable en América La-

tina porque los países de la región están predispuestos a pobres estándares medioambientales y laborales.

El artículo de Ellis (11/2012) apunta a que, a partir de la profundización de la relación China-América Latina, las empresas y aparatos diplomáticos de origen chino están influyendo en los negocios, condiciones sociales y políticas e incluso, en casos particulares, en beneficio de sus intereses.

Empresas chinas impulsadas por factores comerciales y con el propósito de escalar en la cadena de valor agregado y mayor proyección internacional, han ingresado en nuevos mercados como el de la construcción mediante lazos con el Estado respaldado por préstamos, vinculados a desarrollar los activos adquiridos en el sector de productos primarios por subcontratistas chinos.

Las primeras grandes adquisiciones chinas en Latinoamérica, como Peregrino en Brasil o Bridas en Argentina, entre otras, no influyeron significativamente la relación comercial con América Latina: el capital fluía desde bancos chinos hacia los accionistas occidentales (CEPAL, 2012 y Ellis, 2012).

En parte, las diferencias socioculturales entre ambas regiones han dificultado la inserción y la aceptación de la inversión china en países latinoamericanos.

La creciente entrada de productos chinos en la región ha causado que países como Brasil, Argentina y México hayan buscado la manera de salvaguardar y proteger a sus sectores manufactureros mediante medidas anti-dumping y el incremento de las tarifas.

Las empresas chinas que entraron al sector extractivo latinoamericano han enfrentado diversos problemas relacionados a la adquisición de derechos mineros y al desenvolvimiento de las actividades de los bienes que ya poseen. En Chile, por ejemplo, la empresa china Minmetals fue frustrada en su tentativa de adquirir participación en la mina de cobre Gabriela Mistral, ya que era parte del acuerdo con la empresa Codelco.

La empresa Zijin tuvo una gran oposición al comprar la empresa Montecristo Metals PLC, en el 2007, incluidos los derechos de un depósito de cobre y molibdeno en Piura. La resistencia fue tal que se ha suspendido el proyecto de manera indefinida hasta la actualidad.

En Argentina, en 2001 se aprobó una ley sobre la propiedad de las tierras que restringió la cantidad de tierras en manos de extranjeros, además de establecer algunas condicionalidades sobre su uso. Dicha ley fue motivada por la preocupación de compras de tierras por parte de las empresas chinas y sus intereses financieros.

La falta de experiencia de las empresas chinas en Latinoamérica ha dificultado en parte la entrada de estas inversiones al mercado. En el sector construcción también se ha expresado oposición hacia las empresas chinas ante la importación de trabajadores chinos, y cuestiones ambientales y de corrupción. En el caso de Centroamérica, los detalles de los contratos chinos respecto al número de trabajadores es un tema controversial, ya que ha generado contrabando de personas desde China.

Respecto a los derechos de la tierra y el medioambiente, está el caso de la empresa de construcción Tiejisu, a la cual se contrapuso la resistencia local por la construcción de una presa en Ecuador; en el caso de la presa en Belo Monte, Brasil, también se gestó gran oposición tanto a nivel local como internacional.

En junio de 2012, se acusó de prácticas de corrupción a la compañía matriz de China Harbour Engineering, la cual había planeado un proyecto de puerto en las Islas Caimán y la expansión del aeropuerto internacional de Guyana.

China prefiere establecer relaciones de gobierno a gobierno, con la predisposición a llevar a cabo negocios juntos y definir el diseño de los proyectos que se realizan. Este es el caso de los proyectos hidroeléctricos en Colombia.

En el caso de los países pertenecientes a ALBA, la inversión china es bien recibida, e incluso ha logrado imponer condiciones de inversión respaldada por los préstamos, financiamiento que ofrece en contraparte; un ejemplo de ello es Venezuela. Según estos acuerdos los bancos chinos proporcionan líneas de créditos a dichos países para proyectos relacionados con servicios y equipos que son prestados por empresas chinas. Este tipo de financiamiento ha sido empleado en el Caribe, como el programa de infraestructura en Jamaica; de esta forma se eluden los procesos tradicionales de licitación. En los países que ha tenido que participar en la licitación, como en Chile y Colombia, debido a la calidad y el detalle técnico de las propuestas chinas no han logrado ser competitivas, por lo tanto les ha ido mal (Ellis, 2012).

Además de los procesos técnicos, también se presentan otros retos: en Argentina la empresa China Metallurgical Group, con participación en la mina Sierra Grande, tuvo que dejar de operar puesto que las autoridades locales se opusieron a que esta accediera a los derechos del agua.

Problemas con respecto a conflictos laborales no solo han acontecido en el caso de Shougang, también sucedieron en Sierra Grande- Argentina y en la fábrica de automóviles Chery en Uruguay. En Guyana, los trabajadores locales protestaron de forma violenta contra China Harbour Engineering respecto a la cobranza de salarios pendientes.

3.2.4.1. El sector minero del Perú

La minería es una actividad crucial en la economía peruana por medio del aporte en el valor agregado, en la recaudación de impuestos, en la inversión y en la generación de empleo. La minería ha tenido un crecimiento explosivo en las últimas décadas. Para el periodo 2001-2010, el sector minero representó aproximadamente el 9% del PIB; fue el sector más dinámico y constituye casi el 60% de las exportaciones peruanas. En lo que respecta a los ingresos tributarios, el sector minero es uno de los que más aporta a los ingresos tributarios corporativos (20%) y tributa 40% del impuesto a la renta corporativo (Cuadro 7).

Cuadro 7

El Sector Minero en el Perú (2001-2010)	
9%	Del PIB nacional
18%	Del PIB Regional (Perú menos Lima)
59%	Exportaciones Nacionales
20%	De los ingresos tributarios corporativos
40%	Del impuesto a la renta corporativo
3%	Del PBI nacional es equivalente a sus compras

Fuente: INEI.

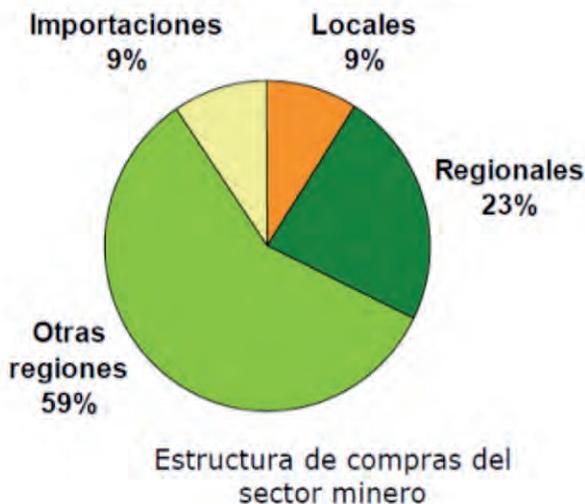
En general, según el Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI), en base a la matriz insumo-producto de 2007, el sector minero es el que más aporta al Valor de Producto Bruto (VPB), ya que representa el 9,6%. Según Macroconsult (2012), el sector minero en el Perú representa cerca de 11,6% del PIB si se considera las actividades posteriores de refinación incluidas en el sector de manufacturas.

Dicho sector absorbe el 1,1% de las importaciones. Además, es el sexto sector que proporciona insumos locales, puesto que suministra el 4,6% de los insumos utilizados en la producción nacional. Por otro lado, las remuneraciones en el sector minero son siete veces superiores al promedio salarial gracias a su alta productividad. Constituye el 8,5% de las remuneraciones mientras que sólo representa el 1,3% del empleo total. En relación a los productos y servicios que demanda, corresponden a 35 sectores productivos, esencialmente el sector transporte, el cual representa el 16,7%;

petróleo refinado con 15%; el propio sector (13,2%); y el sector sustancias químicas básicas y abonos con 9,1% (Macroconsult, 2012).

La minería ha demostrado que puede convivir con éxito con otros sectores como la agricultura, mediante el compromiso medioambiental que se asume a través de, por ejemplo, el represamiento de agua, que busca abastecer en periodos de sequías, lo que le permite ofrecer agua a la agricultura de las comunidades vecinas. Asimismo, genera el desarrollo de industrias proveedoras de bienes y servicios. Durante 2009, las adquisiciones totales de bienes y servicios superaron los s/. 19 mil millones. Solo el 9% de las compras realizadas por el sector minero representaron las importaciones, ya que otro 9% fueron compras locales, 23% compras de la región donde funciona el proyecto y el resto compras a otras regiones (Gráfico 6).

Gráfico 6 Existe una estrecha relación entre el sector minero y la economía peruana



Fuente: Sociedad Nacional de Minería, Petróleo y Energía.

El encadenamiento de la minería con las demás actividades resulta decisivo. Por ejemplo, la consultoría especializada es un sector muy ligado a la minería, puesto que casi 10% de la inversión en un proyecto minero se destina a la ingeniería. Pero ante la capacidad limitada de las consultoras

nacionales de llevar a cabo este tipo de trabajo, empresas extranjeras, como la multinacional Flour, son las principales encargadas de elaborar estos estudios de ingeniería, los cuales resultan por lo general más costosos que los EIA fabricados en el Perú.

Asimismo, la gerencia de Estudios Económicos del BCP indica que ante los eslabonamientos anteriores, por cada un millón de dólares invertidos en minería, se originan más de dos millones de dólares de valor agregado adicionales.⁸

La tabla insumo-producto 2007 también presenta que el 95% de los insumos consumidos por el sector minero son de origen local, mientras que los insumos manufacturados obtenidos en el Perú equivalen al 14% de la producción del sector industrial. Igualmente exhibe que los encadenamientos del sector minero son tales que cada empleo minero fomenta nueve empleos en los otros sectores. Al ser dicho sector poco intensivo en trabajo directo sólo explica el 10% del incremento en el empleo.⁹

Al revisar la evolución de la producción del sector minero, se observa que en los últimos años el dinamismo de la producción ha crecido por debajo de la producción nacional. Como se muestra en el cuadro 8, el PIB nacional creció a una tasa de 8,8% en 2010 y 7% en 2011. Mientras la producción nacional siguió una tendencia creciente, el desempeño del sector minero siguió la tendencia inversa; arrastró una tasa decreciente para los años 2009-2011. La tendencia decreciente en la producción del sector minero en los últimos seis años se debe a que aún no han entrado en vigencia nuevos proyectos mineros (Macroconsult, 2012).

La situación ha sido diferente para los primeros meses de 2012. Según datos del Ministerio de Energía y Minas (MEM), a partir de enero de 2012 el PIB minero creció de enero a agosto a una tasa promedio de 4%. MEM reportó que la producción minera creció 0,1% en agosto, aunque llegó a un pico de 8,7% en abril, manteniendo su trayectoria ascendente por ocho meses consecutivos. El subsector minería reanudó su dinamismo desde enero de 2012, sustentado en la mayor producción de cobre, zinc, hierro y plomo (Cuadro 8).

8 cfr. <http://semanaeconomica.com/articulos/75379-la-mineria-como-motor-sectorial>

9 <http://ipe.org.pe/comentario-diario/24-8-2012/el-impacto-economico-de-la-mineria>
<http://www.snmpe.org.pe/informes-y-publicaciones-snmpe/efecto-de-la-mineria-sobre-el-empleo-el-producto-y-recaudacion-en-el-peru/presentacion.html>

Cuadro 8

PRINCIPALES INDICADORES ECONÓMICOS																	
INDICADORES	ANUAL					2012											
	2007	2008	2009	2010	2011	Ene.	Feb.	Mar.	Abr.	May.	Jun.	Jul.	Ago.	Sic.	Oct.	Nov.	Dic.
PIB (var. % Real)	8,9%	9,8%	0,9%	8,8%	7,0%	5,6%	7,0%	5,7%	4,5%	6,8%	7,5%	7,2%	-	-	-	-	-
PIB Minero (var. % real)	1,7%	7,3%	-1,4%	-4,9%	-3,6%	1,3%	3,3%	5,6%	8,7%	1,6%	4,5%	4,3%	0,1%	-	-	-	-
Inflación (Var. IPC)	3,0%	6,7%	0,2%	0,3%	0,4%	-0,10	0,32	0,77	0,53	0,04	-0,04	0,09	0,51	-	-	-	-
Tipo de Cambio Promedio (\$. por US\$)	3,13	2,92	3,01	2,83	2,75	2,69	2,68	2,67	2,66	2,67	2,67	2,63	2,62	-	-	-	-
Exportaciones Mineras (US\$MM)	17,238	18,657	16,361	21,223	27,361	2,294	2,324	2,397	1,685	2,145	1,965	1,781	-	-	-	-	-
Importaciones (US\$MM)	19,595	28,439	21,011	28,815	36,967	3,304	2,866	3,402	3,203	3,582	3,207	3,200	-	-	-	-	-

1. Fuente: Instituto de Estadística y Censos del Perú.
 2. Cifras disponibles al 4 de octubre de 2012.
 Fuente: INEC, BCRP, MEM

IPC = Índice de Precios al Consumidor

Fuente: BCRP, MEF, MEM

Cifras disponibles al 4 del octubre de 2012.

En relación a la diversificación de la producción minera, el Perú destaca por la producción de minerales metálicos para la exportación. La producción minera, actualmente, tiene como principales metales cobre, oro, zinc, plata, plomo, hierro, estaño, molibdeno, tungsteno, entre otros. En agosto de 2012, la producción de cobre en el Perú aumentó en 7,74% con respecto al mismo mes del año anterior al incrementarse a 113.067 toneladas métricas finas (TMF), mientras que la de hierro creció 34,95%, la de zinc 18,29% y la de plomo 10,29%, según el Ministerio de Energía y Minas.

Según el ranking de producción minera de 2010, tanto a nivel de América Latina como a nivel mundial, Perú es uno de los mayores productores de plata, zinc, telurio bismuto, estaño, plomo, oro, cobre y molibdeno. A nivel mundial su posición relativa se encuentra entre el segundo y sexto puesto como productor de los productos anteriormente mencionados. En el mismo ranking pero para el 2011, Perú se ubica como el primer productor latinoamericano de zinc, estaño, plomo y oro, segundo productor de cobre, plata, molibdeno, mercurio, selenio, cadmio y roca fosfórica; por último ocupa el quinto lugar como productor de hierro (Cuadro 9).

Cuadro 9

2011 : POSICIÓN DEL PERÚ EN EL RANKING MUNDIAL DE PRODUCCIÓN MINERA

PRODUCTO	LATINOAMÉRICA	MUNDO
Zinc	1	3
Estaño	1	3
Plomo	1	4
Oro	1	6
Cobre	2	2
Plata	2	2
Molibdeno	2	4
Mercurio	2	4
Selenio	2	9
Cadmio	2	10
Roca Fosfórica	2	13
Hierro	5	17

U.S. Geological Survey - USGS-; The Silver Institute; Gold Fields Minerals Services-GFMS- International Copper Study Group -ICSG-; International Lead and Zinc Study Group -ILZSG- International Tin Research Institute -ITRI-; International Molybdenum Association -IMOA- Instituto Latinoamericano del Hierro y el Acero - ILAFA-
Fuente: MEM

Los resultados en la producción de cobre se explican por la mayor producción de compañía minera Milpo (64%), compañía minera Antamina (40%) y minera Los Quenuales (38%), de acuerdo al informe de la Dirección de Promoción Minera, de la Dirección General de Minería. En el país los mayores productores de metal rojo son Antamina S.A., Southern Perú Copper Corporation y Sociedad Minera Cerro. Por otro lado, la explotación de hierro superó en 34,95% a la del año anterior en el mismo periodo, que fue de 420.460 TLF. Shougang Hierro Perú es la única empresa en este rubro, que está ubicada en Ica. La producción acumulada de hierro en el periodo comprendido entre enero y agosto de 2012 fue de 4.478.756 TLF, menor en 6,20% a la de 2011 (4.774.895 TLF).

Empleo Minero

En el Perú, según el MEM, alrededor de 2,5 millones de personas se desenvuelven en el sector minero, de los cuales 126 mil obtienen empleo directo, 503 mil empleos indirectos y 1,9 millones de personas dependen de los trabajadores. Las regiones que cuentan con más trabajadores mineros son La Libertad, Junín, Arequipa, Pasco, Cajamarca, Lima y Puno. El conjunto de dichas regiones acaparan el 70% del total general del empleo en el sector. De acuerdo a los estratos en el sector minero, la gran y mediana minería concentra la mayor cantidad de trabajadores, seguida por los pequeños productores mineros, pero es el sector de pequeño productor minero el que creció significativamente en número de trabajadores en 2009, casi duplicando el número respecto a 2008 (Cuadro 10).

Cuadro 10 Número de trabajadores por estrato

Estrato	2008	2009
Gran y mediana minería	117.377	110.093
Pequeño productor minero	8.472	14.659
Productor minero artesanal	1.175	1.224
Total general	127.024	125.976

Fuente: Ministerio de Energía y Minas.

La contratación de trabajadores se da mediante la contratación directa, empresa minera-trabajador, o por la mediación de una empresa contratista, la cual se encarga de esa función. Si bien el empleo en el sector minero ha evolucionado con una tendencia creciente, generando nuevos empleos, la propensión también ha sido a que cada vez más los contratistas se encarguen de la labor de captar a los nuevos trabajadores (Gráfico 7).

Gráfico 7 Evolución mensual del Empleo en Minería (2000 - 2011)



Fuente: Sociedad Nacional de Minería, Petróleo y Energía.

Cuadro 11

Personal ocupado en minería

		Anual											
Año		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	Nº DE TRABAJADORES DE LA COMPAÑÍA	29,433	31,643	32,856	34,164	36,401	37,839	40,632	54,613	40,783	58,987	62,575	65,929
	Nº DE TRABAJADORES DEL CONTRATISTA	41,711	33,221	35,004	37,158	54,408	60,964	67,360	50,268	66,242	67,096	97,956	111,511
		71,144	64,874	67,860	71,322	90,809	98,793	108,493	134,881	127,026	126,083	160,531	177,431

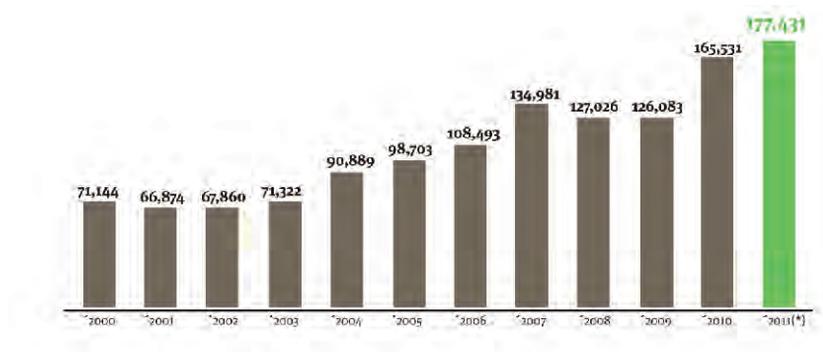
* Promedio estimado
(p) cifras preliminares

Fuente: MEM

2006-2008 Declaración Anual Consolidada

2009-2010 Declaración Estadística Mensual

La minería crea cerca de 400.000 empleos indirectos, según la Sociedad Nacional de Minería, Petróleo y Energía del Perú. En 2012, 2.838.896 personas se desarrollaron en torno a la actividad minera, de las cuales 177.431 obtuvieron empleo directo, mientras que 709.124 ocuparon empleos indirectos (Gráfico 8).

Gráfico 8 Empleo directo en el sector minero (2000 - 2011)

Fuente: MEM/DGM/DPM (Declaración Anual Consolidada)

* Datos preliminares. Declaración Estadística Mensual (ESTAMIN).

Durante enero-agosto de 2012, el sector minero ha ido captando mayor personal, ya sea de manera directa o indirecta. Respecto a la distribución de los empleos por regiones, Cajamarca, Arequipa, Junín, Lima y Pasco son donde se ha concentrado el empleo directo en minería.

3.2.4.1.1. Inversiones chinas en el sector minero peruano

Las inversiones de China en Perú han asumido un rol expectante y se han concentrado especialmente en el sector minero. Las inversiones chinas han llegado en dos oleadas al país, que se han ajustado con la evolución de la economía china y la regulación interna de sus salidas de capital, las cuales han contribuido en los últimos años al aceleramiento de ingreso de los capitales chinos en el mercado internacional, entre ellos a destinos como el Perú. En relación al plano nacional, esto contribuyó a la inversión extranjera y al proceso de privatización principalmente en la primera mitad de la década de los noventa. Una primera oleada de inversiones chinas se produjo con las inversiones de Shougang Corporation en la minería metálica y de China National Petroleum en la extracción de petróleo, y una segunda oleada comenzó con las inversiones de transnacionales mineras como Chinalco, Minmetals, Jiangxi y Zijin Consortium (Sanborn y Torres, 2009: 178).

Cuadro 12

CHINA: PRINCIPALES INVERSIONES EN MINERÍA EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 1992-2010
(En millones de dólares)

Empresa	Rubro	Año de entrada	Inversión ejecutada	Inversión anunciada	Estado
Perú					
Shougang	Hierro	1992	253	1 000	En funcionamiento, con ampliación anunciada
Chinalco	Cobre	2007	830	2 200	En estudio de impacto ambiental, la producción comenzará en 2013
Zijin (45%), Tongling (35%) y Xiamen (20%)	Cobre	2007	190	1 440	En estudio de factibilidad, sin fecha de comienzo de producción
Minmetals (60%) y Jiangxi (40%)	Cobre	2008	543	2 500	En estudio de impacto ambiental, la producción comenzará en 2014
Nanjinzhao	Hierro	2009	100	1 500	En fase de exploración
Brasil					
Wuhan Steel	Hierro	2010	400	5 000	Extracción de hierro en ejecución; planta siderúrgica anunciada, sin fecha de comienzo de operaciones
ECE	Hierro	2010		1 200	Anunciada, por confirmar
Guyana					
Bosai Minerals	Bauxita	2008	1 000	...	En funcionamiento

Fuente: CEPAL (2010).

Según la publicación de la revista especializada Minería del Perú (2012), China aparece como el principal país de origen de inversión en proyectos en el Perú, con una inversión aproximada de 10.680 millones de dólares. Entre los 25 proyectos de inversión de minería en el Perú 2011-2016¹⁰, seis son de procedencia china. Las transnacionales como Nanjinzhao Group, Minmetals/Jiangxi Copper, Chinalco-Aluminum, Zijin Mining Group, Shougang, CCT Mining invertirán más de 3.100 millones de dólares en el mencionado periodo de tiempo. El primer lugar lo ocupa el grupo Nanjinzhao, cuyas operaciones están dedicadas a la extracción de hierro en Pampa de Pongo, Arequipa; el segundo lugar lo ocupa Lumina Copper, del grupo chino Minmetals, con 2.500 millones de dólares en el proyecto El Galeno, en Cajamarca, cuyas inversiones en cobre se proyectan al 2014. En tercer lugar, como se mencionó anteriormente, se encuentra la minera Chinalco, con el proyecto Toromocho (Junín) en la extracción de cobre. Shougang cuenta con una inversión de 1.000 millones de dólares. Su operación se inició en 2011. Finalmente, Marcobre SAC CCT Mining, en Ica, cuyo inicio de operaciones se marcó en 2012, con una inversión de 744 millones de dólares, también destinada a la extrac-

10 Cfr. <http://mineriadelperu.com/wp-content/uploads/2011/07/demo-proyectos-mineros-del-futuro.pdf>

ción de cobre. En consecuencia, las compañías controladas por capital chino ocupan los primeros lugares en cuanto a proyectos mineros en exploración, dejando de lado otros rubros, como se puede apreciar en los cuadros elaborados por el MEM, donde solo minera Chinalco se coloca en los tres últimos años en alguno de estos rubros de inversión.

Por otro lado, en enero de 2008, Minmetals anunciaba la adquisición del 93,9% de las acciones de Northern Peru Copper Corporation (NPCC), que opera en minas de oro y cobre en el norte del país. A través de esta compra China Minmetals tomó control de los proyectos El Galeno, y otro de oro conocida como Hilorico, también situado en Cajamarca. La operación, que contaba con la aprobación del Gobierno de China, se llevó a cabo a través de Copper Bridge Acquisition Corp. (CBAC), empresa mixta entre China Minmetals y la sociedad Jiangxi Copper Corporation (Gestión s/f)¹¹.

En consecuencia, Jiangxi Copper Co Ltd, la principal productora de cobre de China, es propietaria del 40% del proyecto de cobre El Galeno, ubicado en la provincia de Celendín, Cajamarca, con el 60% restante en manos de China Minmetals Non-Ferrous Metals. Es un proyecto polimetálico que operará como una mina a tajo abierto y que se estima producirá concentrados de cobre-oro-molibdeno. El proyecto está en una etapa avanzada en base a un Estudio de Impacto Ambiental previo.

Otras empresas de capital chino en minería, además de las anteriores, las cuales han tenido mayor perfil en la economía peruana, son las que han mostrado un evidente interés en la exploración. Según el registro de petitorios mineros¹² solicitados hasta setiembre de 2012, con el ingreso de cinco nuevos participantes en exploración, entre ellas HBDK Eper Takpachines SAC, Xinjian Qu, Yinwa SAC y Xin Yico Ltd SAC, se tendría por lo menos diez empresas chinas en este rubro, pues otras que operan actualmente son Junefield Group, Jinzhao Mining y Golden Ideal Gold Mining, con exploraciones en proyectos de hierro.

En el caso de Jinzhao Mining, su proyecto emblema es Pampa del Pongo, y cuenta con otras empresas vinculadas en el rubro minero (Bao Tong Resources); mientras que Junefield Group pertenece a un conglomerado que abarca a Junefield Mining, así como a la exploradora Super Strong Mining.

11 Cfr. <http://gestion.pe/noticia/279854/china-minmetals-ejecutara-proyecto-galeno-explorar-oro-cobre>

12 Según el Ministerio de Energía y Minas, la solicitud de concesión minera en trámite se conoce como "Petitorio Minero". "La concesión minera otorga a su titular el derecho a la exploración y explotación de los recursos minerales concedidos".

Otras empresas con petitorios vigentes son Inversiones Weiteng y Jidi Mining S.A.C. (Gestión 25/09/2012)¹³. Para dicho proyecto hay una inversión estimada de 3.280 millones de dólares. Pampa del Pongo es el segundo proyecto de hierro más grande en el Perú, después del proyecto Apurímac Ferrum de Strike Resources en Apurímac. Actualmente, el EIA semidetallado ha sido aprobado.

Según el Informe de cartera estimada de proyectos mineros, realizado por el Ministerio de Energía y Minas (MEM), la empresa Shougang está realizando el proceso de ampliación de la mina Marcona, la cual se llevará a cabo con una inversión estimada de 1.200 millones de dólares, asimismo, tiene el EIA aprobado. En el caso del proyecto de Toromocho, perteneciente a la empresa Chinalco, también tiene el EIA aprobado.

Otros proyectos en estado de exploración son los siguientes:

- LLAMA TY01, cuyo mineral a explotar es oro, ubicado en Pisco-Ica, a cargo de la empresa Jintong Mining (Perú) S.A.C., subsidiaria de la empresa china Beijing Rich Gold Investment Co. La inversión estimada se está por definir. Respecto a su situación ambiental, se encuentra con el plazo vencido para la Declaración de Impacto Ambiental (DIA).
- El proyecto minero cuprífero La Cercana, ubicado en Yarabamba, Arequipa, en manos de la empresa de capitales chinos Junefield Group. La inversión en dicho proyecto no está definida. Para dicho proyecto el EIA semidetallado ha sido aprobado.
- Proyecto el Galeno, un yacimiento de cobre ubicado en Celendin, Cajamarca. La empresa a cargo de dicho proyecto es Lumina Cooper, empresa de la cual Minmetals posee una participación accionaria del 60% y Jiangxi Copper el 40% restante. La inversión estimada destinada a dicho proyecto es de 2.500 millones de dólares. La modificación del EIA semidetallado de dicho proyecto ha sido aprobada.
- Proyecto Río Blanco en Huancabamba, Piura. Se estima una inversión de 1.500 millones de dólares por parte de la empresa Zijin Consortium. En dicho proyecto se pretende llevar a cabo la explotación de cobre y molibdeno. Es

13 Cfr. <http://gestion.pe/economia/mas-empresas-chinas-solicitan-petitorios-mineros-explorar-2013079>

importante señalar que Zijin Consortium está conformado por Zijin, la segunda productora de oro más grande de China; Tongling, especialista en refinación de cobre; y Xiamen C&D, un conglomerado de inversión diversificada. El plazo para la presentación de EIA semidetallado ha vencido (Cuadro 13).

Cuadro 13

Empresa	Proyecto	Tipo	Región	Situación Ambiental	Inversión (millones US\$)	Inicio de operación
Shougang Corporation	Ampliación Marcona (Hierro)	Ampliación	Ica	EIA Aprobado	1,200.0	2012
Chincoec Aluminium Corp. of China	Toromocho (Cobre)	Construcción	Junín	EIA Aprobado	2,200.0	2013
Beijing Rich Gold Investment Co.	Llama Yari (Oro)	Exploración	Ica	DIA (Plazo Vencido)	n.d.	n.d.
Nanfuzhao Company Limited	Pampa de pongo (Hierro)	Exploración	Arequipa	EIASD Aprobado	3,286.0	2015
Junefields Company Limited	Cevara (Cobre)	Exploración	Arequipa	EIASD Aprobado	n.d.	n.d.
Mimimicals 60% / Jiangxi Copper	Galeno (cobre)	Exploración	Cajamarca	EIASD Modificación	2,500.0	2016
Zijin Mining Group	Río Blanco (Cobre)	Exploración	Piura	EIASD (Plazo Vencido)	1,500.0	2019
Total					10,680.0	

Fuentes: MEM

Elaboración: Propia

Fuente: Elaboración propia con datos del MEM.

Como se muestra en el cuadro 14, el Perú es el cuarto destino de la inversión china en minería en el periodo 2000-2010, con una participación de más del 5% del total de sus inversiones mineras. El Perú es el primer productor latinoamericano de oro, plomo, plata, telurio, estaño y zinc, el segundo productor regional más grande de cobre, y siendo un país con régimen abierto a la inversión de capital extranjero, es el anfitrión de una serie de empresas mineras extranjeras.

Cuadro 14

PRODUCCIÓN	ANUAL					AGOSTO			ENERO-AGOSTO		
	2007	2008	2009	2010	2011	2011	2012	VAR/%	2011	2012	VAR/%
Cobre TMF	1,190,274	1,287,887	1,278,249	1,247,136	1,235,198	104,942	113,067	7.4%	795,195	834,297	4.9%
Oro Gt Finas	170,225,664	173,830,473	183,994,692	163,400,376	164,013,489	15,712,759	12,654,809	-19.46%	109,959,928	111,342,723	1.26%
Zinc TMF	1,446,361	1,603,597	1,512,931	1,478,530	1,255,899	96,219	113,815	18.39%	859,018	965,931	12.65%
Plata Kg Finas	3,581,462	3,685,911	3,022,706	3,637,413	3,414,410	306,412	287,555	-6.85%	2,242,140	2,296,562	2.46%
Plomo TMF	329,165	345,189	302,459	261,962	230,819	21,134	23,389	10.95%	149,373	168,712	12.9%
Hierro TLF	5,182,597	5,166,707	4,418,788	8,042,644	7,070,938	430,460	367,403	-14.97%	4,774,895	4,476,758	-6.26%
Estaño TMF	39,819	39,037	37,503	33,846	28,862	2,662	2,165	-16.69%	16,565	17,371	4.83%
Molibdeno TMF	16,787	16,721	12,297	16,963	19,141	1,330	1,318	-13.88%	11,477	11,503	1.00%
Tungsteno TTF	-	-	634	736	546	45	33	-27.30%	384	328	-14.66%

Fuente: MIMA / Declaraciones y reportes de los titulares mineros.

Fuente: MEM / Declaraciones y reportes de los titulares mineros.

La privatización del sector minero explica la presencia en el país de empresas de dimensión mundial que aportan capital y tecnología, pero que no han modificado el carácter primario exportador de la explotación minera. Desde 2007 nuevas empresas chinas fueron comprando yacimientos a empresas pequeñas, las cuales al igual que Shougang, pretenden exportar hierro o cobre a sus filiales en China, las cuales no contemplan una mayor elaboración en el país (Cepal, 2010).

Sin embargo, si bien el flujo de las inversiones chinas se incrementa, los problemas con los conflictos sociales en torno a temas como medio ambiente, canon minero y derechos laborales, también lo hacen. Esta problemática es un tema que persiste a través de la historia de la minería en Perú.

Se critican las políticas de concesiones mineras, los estudios de impacto ambiental, la ausencia de mecanismos de consulta y participación ciudadana, la falta de fiscalización, entre otros aspectos. El incremento de las concesiones mineras en las regiones no ha significado un mayor bienestar en la población, por el contrario, estas suelen ser las más pobres. Sobre este debate se puede revisar Fairlie (2011a), que también señala que al tratarse de una dotación no renovable, una vez extraído el recurso ya no puede volver a aprovecharse los retornos positivos, por lo que es de suma importancia utilizarse adecuadamente.

3.2.4.1.2. Principales empresas chinas en el Perú

A continuación, se examinan dos de las inversiones chinas más grandes. La primera es la compra de Shougang Hierro Perú y la segunda, la adquisición de la mina de Toromocho de Chinalco en 2008. La mina Toromocho es propiedad de la Corporación de Aluminio de China (Chinalco).

Shougang Hierro Perú

Shougang Corporation “ha jugado un papel muy importante en el desarrollo de la infraestructura de China y ha llegado a ser considerada como la 'gran dama' de la industria del acero de ese país” (Sanborn y Torres 2009: 193). En el Perú esta corporación se adjudicó el 100% de las acciones de la estatal peruana Empresa Minera de Hierro del Perú – Hierro Perú. Actualmente es la única empresa que produce hierro en el Perú.

Parte de la estrategia de esta inversión fue la compra de activos ya existentes más que realizar una inversión nueva, pues si bien el monto de la transacción fue de 120 millones de dólares, 1,9 millones de dólares fueron cancelados por los trabajadores, que adquirieron 1,6% de las acciones con

sus beneficios sociales. Esto quiere decir que la inversión china fue sólo de un total de 118,1 millones de dólares.

Hacia 1992, dado el proceso de privatización en un contexto marcado por la inestabilidad política y económica, el gobierno tomó la decisión de acelerar la privatización de empresas públicas entre las que se encontraba Hierro-Perú. No obstante, los problemas no tardaron en llegar, pues según el Informe Final de Investigación de 2002 de la Comisión Investigadora sobre delitos económicos y financieros cometidos entre 1990-2001, Shougang no cumplió su compromiso de concesión: la promesa de invertir 150 millones de dólares en dicho proyecto durante tres años (1992-1995), y reprogramó la inversión para los años 1996-1999. Shougang pagó una multa de 12 millones de dólares, en lugar de invertir equilibradamente y según el acuerdo, lo cual les resultó conveniente, puesto que pagó una suma mucho menor al final de cuentas (Sanborn y Torres, 2009: 195).

Este incumplimiento fue una pieza importante en el desencadenamiento de futuros conflictos sociales entre la empresa y la población. Otro problema fue el incumplimiento de la obligación de deuda que había adquirido y se había comprometido a pagar, al obtener la empresa Hierro Perú y formar parte de Shougang. Con respecto a esto, la investigación concluyó que la privatización no había sido una buena idea y que más bien se debió transferir a alguna entidad estatal, puesto que se observó que ahora los pobladores de San Juan de Marcona debían pedir autorización a la empresa china para el uso de agua, desagüe o energía eléctrica, y negociar con la misma falta de cobertura a estos servicios básicos.

Además, los problemas sociales y laborales de los trabajadores y la población con la empresa tienen sus raíces luego de que solo quedasen 1.300 trabajadores de un total de 4.800 que operaban antes de que la empresa fuera privatizada. Para tratar de solucionar el problema, una parte de ellos fue contratada, pero a través de contratistas bajo condiciones laborales precarias, lo cual condujo a diversos conflictos entre la empresa y la población de Marcona, pues la subsistencia de las familias depende de los salarios de los trabajadores. Según la Comisión, los reclamos de los trabajadores se refieren al desconocimiento de sus derechos, pero paradójicamente muchos de los trabajadores se vieron obligados a renunciar al reclamo de sus derechos para no ser despedidos. Por ejemplo, algunos dirigentes sindicales fueron despedidos arbitrariamente bajo el argumento de “estar difamando a la empresa” (CIDEF, 2002:65).

Por otro lado, con respecto los temas de salud y medio ambiente, la empresa minera ha sido multada anteriormente, por eludir las regulaciones

de salud. En el Perú, los mineros están obligados a someterse a exámenes anuales, y si se encuentra alguna enfermedad pulmonar, esto debe ser reportado y el empleado debe ser trasladado a un entorno menos riesgoso. Una inspección de 2006 por OSINERGMIN, la agencia reguladora de inversión minera, encontró que 12% de la fuerza laboral de Shougang fue declarada con neumoconiosis, hecho que Shougang se negó a reconocer.

También fue multada en 2002 por daños ambientales después del colapso de las instalaciones de residuos mineros que contaminaron los suministros de agua en Marcona y sus alrededores, y fue acusado de bombeo de aguas residuales en la cercana Bahía de San Nicolás, donde se encuentra su puerto de aguas profundas. En marzo de 2006, el gobierno regional de Ica declaró en estado de “emergencia ambiental” a San Juan de Marcona como una medida simbólica para protestar en contra de sus actividades. Por otro lado, a partir de 2011, Shougang fue catalogado por la SUNAT como moroso en sus pagos de impuestos (Kotschwar, 2011).

Después de 20 años de la adquisición de la empresa Hierro Perú, los conflictos entre Shougang Hierro-Perú y los trabajadores continúan. A mediados de 2012, acapararon los titulares de la prensa pues los trabajadores iniciaron una huelga por tiempo indefinido reclamando un aumento de salario y mejoras laborales. Asimismo, también indicaron que las condiciones en las que trabajan son inadecuadas y que muchos de ellos ha contraído enfermedades por los tóxicos, mientras que “la empresa que cada año eleva su nivel de ingresos gracias a ellos, no invierte en brindarles mejores condiciones de trabajo; incluso, el gobierno regional, que gana utilidades, no los apoya”. Según consignó el diario local *La voz de Ica*, los obreros denuncian la parcialización por parte de algunos funcionarios que no tienen la voluntad de concretar una solución. Esto ha sido otro problema con respecto a los conflictos laborales, pues los trabajadores no sienten un apoyo pleno por parte de las autoridades con respecto a los estándares requeridos para cubrir sus necesidades básicas y esto genera un malestar en la población, pues sienten que de ambos lados hacen caso omiso a sus reclamos y muestran poca voluntad para resolverlos.

Los conflictos entre trabajadores y empresa, en lugar de disminuir, han aumentado, pues los temas de controversia siguen siendo, esencialmente, los mismos: demanda salarial, incumplimiento de contratos y problemas medioambientales. Las huelgas son un instrumento al que los trabajadores recurren para que atiendan su pliego de reclamos y casi siempre termina con la intervención del Ministerio de Trabajo y con el otorgamiento de un aumento monetario a los trabajadores, siempre menos del que esperaban.

Y como señala Kotschwar, Moran y Muir (2011), también existen casos en los que cuando se contrata a los trabajadores se les condiciona a que no se afilien a sindicatos, obligándoles a renunciar a parte de sus derechos.

Según manifestó Julio Ortiz, secretario general del sindicato de trabajadores de Shougang Hierro Perú, los trabajadores demandaban un incremento de 10 soles del salario básico diario, y nivelación de los sueldos a más de 700 trabajadores que perciben un salario por debajo de 50 soles diarios (unos 19,2 dólares); sin embargo, solo lograron, aun con la intervención del Ministerio de Trabajo, un incremento que oscila entre 5,5 y 8 soles, según la categoría de los obreros, lo cual era un poco más de los 2 soles que había ofrecido inicialmente la empresa. Además esta se comprometió a otorgarles un tarro de leche por jornada de trabajo a todos, chalecos y casacas térmicas por estación, un aumento en el subsidio de muerte natural hasta los S/. 1.500 soles y el pago único de S/. 1.800 soles. No obstante, algunos puntos que no fueron discutidos o en los que no se encontraron solución fueron la asignación o modificación de bono por espera de vivienda, servicio continuado ininterrumpido, asignación por refrigerio y subsidio por muerte por accidente de trabajo.

Por otro lado, las condiciones en cuanto a renovación tecnológica no han mejorado; y el riesgo de enfermedades producto de la existencia desregulada de lagunas de oxidación no ha disminuido, según el informe final de la CIDEF (2002). Esto se evidencia también en el último ranking de reputación empresarial y de responsabilidad y gobierno corporativo desarrollado por Perú Merco (Monitor Empresarial de Reputación Corporativa) y diario Gestión, en el que se informa que si bien Shougang figura entre los diez primeros puestos de las exportaciones mineras líderes en 2012, con 681 millones de dólares, no figura de la misma manera en ningún ranking de inversión por rubro, ya sea en equipamiento de plantas de beneficio, equipamiento minero, exploración minera o infraestructura (Proveedor Minero, 2012)¹⁴.

Sin embargo, Irwin y Gallagher (2012) argumentan que la empresa Shougang Hierro Perú no ha tenido un desempeño significativamente peor que sus contrapartes nacionales o extranjeras; una firma con base en Estados Unidos ha sido quien ha violado las normas peruanas y mundiales de manera más agresiva en los últimos años.

14 Revista Proveedor Minero, Año VI Lima-Santiago, dic. 2012 en: <http://issuu.com/mineriadp/docs/prov-minero-12-12>

Otro punto que distingue dicho estudio es que Shougang importa la mayoría de las maquinarias, puesto que en el Perú no se ha desarrollado este tipo de manufacturas. La organización Datos Perú presenta para 2010 una lista de empresas de las cuales importa Shougang; asimismo muestra un ranking de los países de origen de las importaciones de la empresa. Se ubica a China como el país de suministro más importante¹⁵ (Cuadro 15).

Cuadro 15

PROVEEDORES FORÁNEOS MÁS IMPORTANTES DURANTE EL 2010 DE LA EMPRESA SHOUGANG HIERRO PERU S A A

01. SHENZHEN ANMARK INDUSTRIAL DEVELOPMENT CO., LTD
02. CITIC HEAVY INDUSTRIES CO., LTD.
03. LANATEX ZONA LIBRE,S.A.
04. HYUNDAI MOTOR COMPANY
05. CHINA SHOUGANG INTERNATIONAL TRADE AND ENGINEERING CORP.
06. STANDARD MACHINE
07. CUTES CORPORATION
08. THYSSENKRUPP FORDERTECHNIK
09. ANHUI TRIUMPH IMPORT AND EXPORT CO.,LTD
10. EXCEL FOUNDRY AND MACHINE, INC.

PAÍSES DE SUMINISTRO MÁS IMPORTANTES DURANTE EL 2010 DE LA EMPRESA SHOUGANG HIERRO PERU S A A

01. CHINA
02. UNITED STATES
03. CANADA
04. GERMANY
05. TAIWAN

Fuente: datosperu.org.

Aunque Irwin y Gallagher (2012) no muestran datos empíricos, indican en su documento que si bien es cierto que Shougang tiene pocos encadenamientos hacia atrás en el Perú, posee mayores vínculos con empresas

15 Web del Proyecto Open Data Perú:
<http://www.datosperu.org/peru-shougang-hierro-peru-saa.php>

locales que sus contrapartes comparables. Igualmente señala que importa toda su maquinaria pesada, pero respecto a productos y servicios secundarios, como la preparación de alimentos, máscaras contra el polvo, reparación de equipos, eliminación de residuos, limpieza y servicios de construcción, el mencionado estudio afirma que Shougang compró más productos locales y contrató a los proveedores de servicios más locales. Estas empresas pequeñas y locales ofrecen bienes y servicios de baja calidad con el objetivo de reducir al mínimo los costos, lo que hace que las fuentes de Shougang sean baratas. Pero aunque estos proveedores sean locales, no generan mucho beneficio a nivel local porque simplemente importar alimentos y otros productos de Lima cuando no están disponibles localmente. Por lo tanto, es difuso el impacto que tiene Shougang sobre los eslabonamientos hacia atrás con las comunidades locales.

Por último, pese a que Shougang no tiene un comportamiento atípico respecto al de otras empresas mineras, destaca de otras compañías extranjeras en el mismo rubro por su alto índice de huelgas. Su mala reputación se debe al conflicto con los sindicatos, que a su vez derivó en romper sus compromisos de inversión y su negativa a negociar con los sindicatos. Muchos le atribuyen la despedida de trabajadores y los conflictos con los trabajadores y actos de violencia que se llevaron a cabo entre los años 1993 y 1995. Aunque sí parece haber aprendido de sus propios errores. La relación con la comunidad local ha sido poco a poco mejorando. Las grandes huelgas, previamente comunes en la mina de Shougang Hierro Perú, han estado ausentes durante el último año y medio.

Toromocho-Chinalco

La Minera Chinalco Perú S.A. es una empresa subsidiaria de Aluminum Corporation of China (CHINALCO). En agosto de 2007, Chinalco adquirió la totalidad de las acciones de Perú Copper Inc., dueña de Minera Peru Copper, ahora Minera Chinalco Perú S.A, y el 5 de mayo del año siguiente (2008) se firmó el Contrato de Transferencia de las concesiones y los activos mineros del proyecto Toromocho, uno de los proyectos cupríferos más grandes del país¹⁶ y del cual China Development Bank fue la encargada del financiamiento. En ese entonces, la minera anunció que usaría las más modernas tecnologías para maximizar el rendimiento, respetando los derechos labo-

16 Cfr. Boletín Toromocho <http://www.toromocho.com/Dloads/boletines/41.pdf>

rales, la salud y seguridad de los trabajadores y la conservación del medio ambiente (Minera Chinalco Perú, 2008).

Por otro lado, la empresa anunció que esa inversión significaba la confianza que tenía la República Popular China en la institucionalidad del Perú, así como en su gobierno y sistema jurídico, lo cual era el inicio de una larga y fructífera relación en el futuro entre ambas naciones. Hacia mediados de 2008, los círculos financieros locales evaluaron la posibilidad de incluir a la International Finance Corporation (IFC), perteneciente al Banco Mundial, en el proyecto, no tanto por los fondos que representa sino por los elevados estándares que esta entidad exige a cambio de las inversiones chinas en la región. Esto se concretó cuando en febrero de 2009 dicha corporación y Chinalco firmaron un convenio para implementar un programa de fortalecimiento de capacidades de gestión de las inversiones en la Municipalidad Distrital de Yauli y la Municipalidad Provincial de Yauli-La Oroya, en su ámbito de operaciones en el departamento de Junín, con el propósito de ayudar a las autoridades locales a gestionar mejor los recursos que reciben del canon minero (El Comercio, 17/02/2009).

Chinalco no ha importado mano de obra de China; de hecho, gran parte de la compañía dejó en su lugar el equipo de gestión del propietario anterior, Copper Perú, empresa de capital canadiense. Tal es así que a fines de 2008 aumentaron las actividades de promoción social de Chinalco Perú y esta buscó alianzas estratégicas con diversos stakeholders de manera más abierta de lo que lo hizo el grupo chino Zijin Consortium en el norte del país. Por ejemplo, Chinalco firmó un acuerdo con la Sociedad Nacional de Industrias, para la capacitación de pequeños y medianos empresarios (pymes), favoreciendo primordialmente la región de Junín. El fin que se perseguía era que se convirtieran en proveedores de bienes y servicios que iban a ser demandados en el proyecto Toromocho. Ya para principios de enero de 2009, el presidente del Servicio Nacional de Capacitación para la Industria de la Construcción (Sensico) y el gerente general de Minera Chinalco Perú, Gerald Wolfe, firmaron un convenio de cooperación para capacitar a 1.500 pobladores de Morococha en actividades como albañilería, instalaciones eléctricas y sanitarias encofrados, y otros.

Datos Perú expone respecto a Chinalco que también importa la maquinaria pesada necesaria para llevar a cabo sus actividades mineras; pero a diferencia de Shougang, China no es su principal país de suministros durante 2010 (Cuadro 16).

Cuadro 16

MARCAS DE PRODUCTOS MÁS IMPORTANTES IMPORTADOS DURANTE EL 2010 DE LA EMPRESA MINERA CHINALCO PERÚ S.A.

01. GANDARA CENSA
02. CHANGSHU FMC TECHNOLOGIES
03. HAGGLUNDS
04. BTI
05. SIEMENS
06. ERJEZ
07. ABB
08. GROUND FORCE
09. DOOR-MAN
10. CATERPILLAR

PROVEEDORES FORÁNEOS MÁS IMPORTANTES DURANTE EL 2010 DE LA EMPRESA MINERA CHINALCO PERÚ S.A.

01. MIQ GLOBAL LLC DBA MIQ LOGISTICS
02. MIQ LOGISTICS
03. FORTEX INTERNATIONAL AB
04. YRC LOGISTICS
05. YRC LOGISTICS GLOBAL LLC
06. GEQUIMICA S. A. PRODUCTOS QUIMICOS
07. NANJING CODEAL CORP.LTD.
08. SOCIEDAD DE COMERCIALIZACION INTERNACIONAL COLTEJER S.A
09. HUIXING HESHAN ECONOMY AND TRADE DEVELOPMENTAL CO.LTD
10. REVESTIMIENTOS PORCELANITE, S.A. DE C.V.

PAISES DE SUMINISTRO MÁS IMPORTANTES DURANTE EL 2010 DE LA EMPRESA MINERA CHINALCO PERÚ S.A.

01. SPAIN
02. UNITED STATES
03. CHINA
04. SWEDEN
05. CANADA

Fuente: datosperu.org.

Durante mucho tiempo, Shougang fue la mayor inversión de China en Perú. Solo fue superada por los 2.200 millones de dólares que se invirtieron en la compra de la mina de Toromocho de Chinalco en 2008. Chinalco cumplió con su contrato de concesión y con la financiación de programas de desarrollo para la región aledaña. A través del cuerpo de inversión del gobierno, Proinversión, se creó el Fondo Social Toromocho. También se invirtió en infraestructura para la comunidad local a través de un convenio con el Ministerio de Transportes y Comunicaciones, así como en la reubicación del pue-

blo de Morococha, lo que le ganó varios simpatizantes, pues a las familias se les ofreció un alojamiento garantizado y una suma de compensación que fue aceptada por la mayoría de la población (Kotschwar, Moran y Muir, 2011).

Recientemente, a mediados de 2012, pese a que la Defensoría del Pueblo reportó 11 conflictos sociales, las mineras no detuvieron sus actividades; por el contrario, ratificaron su interés en invertir. Entre ellas, Chinalco manifestó que “la empresa reafirmó su intención de iniciar las operaciones del proyecto a finales del 2013, luego de que se le amplíe hasta el 31 de diciembre del próximo año el plazo para completar su inversión en el proyecto” (Gestión 20/06/2012)¹⁷.

Así, la estatal china terminó de instalar, a fines de julio de 2012, el alojamiento para las 5.000 personas asentadas en parte de su proyecto Toromocho, tras una inversión de 50 millones de dólares en la construcción de un nuevo pueblo ubicado en la provincia de Yauli, en Junín, hacia la localidad de Carhuacoto, a unos 4.500 metros sobre el nivel del mar. Esta obra se define como el mayor proyecto social privado en la historia de la minería del Perú, pues es el primer reasentamiento masivo. A los antiguos pobladores de Morococha se les ofrece acceso a servicios de los que carecían, como agua, alcantarillado y sistema eléctrico. Además, los campesinos vivirán en sus propias viviendas y no pagarán renta, lo cual le ayudaría a evitar una oposición de las comunidades que en otras zonas del país han paralizado multimillonarios proyectos, como Minas Conga, de la estadounidense Newmont.

Al respecto, hubo muchas opiniones, puesto que para la movilización de los residentes de Morococha, mudarse a un pueblo que está a 15 minutos de distancia en auto, podría cambiar las ideas sobre la responsabilidad de las empresas frente a las protestas sociales que amenazan futuras inversiones en el sector minero. Pedro Salazar, representante de Chinalco en la comunidad de Morococha, sostuvo que “un proyecto de esta magnitud ha generado muchas expectativas (...) Otras empresas mineras están viendo esto como un punto de referencia”, porque muchas empresas del sector minero han operado anteriormente sin considerar los efectos en la población. Algunos residentes se han mostrado a favor de esta actividad pues afirman que prefieren vivir a una menor altitud, en un nuevo lugar que no está rodeado de perforaciones mineras. Dicen también que Chinalco hizo más por ellos que el alcalde del pueblo ubicado a 149 kilómetros al este de Lima. Por

17 Cfr. <http://gestion.pe/2012/06/20/economia/scotiabank-proyectos-mineros-conflictos-sociales-no-han-detenido-sus-actividades-2005646>

otro lado, se encuentran los detractores, entre ellos pobladores y autoridades del gobierno local que no están entusiasmados porque temen perder el control sobre su propio sustento sin una adecuada compensación, en una comunidad cuya historia está inexorablemente vinculada a la minería. Otros pobladores se resisten dado que no se les dará casas, pues llegaron a Morococha después del período de inscripción del proyecto de mudanza en 2006 (Gestión 01/07/2012).

En julio de 2012, empezó la movilización de los pobladores hacia sus nuevas viviendas, que no solo están amobladas y equipadas, sino que también las calles están señalizadas, tiene un mercado, una plaza, los centros educativos y establecimiento de salud, una iglesia, una comisaría y hasta áreas verdes. Sin embargo, hubo protestas por parte del alcalde Marcial Salomé Ponce, que se resiste a abandonar su localidad junto con un grupo de pobladores. Pide que primero la empresa Chinalco firme un “convenio marco” en que les asegure trabajo para todos. También argumentan que Carhuacoto es un lugar pantanoso y las construcciones se deteriorarán rápido a causa de la humedad (El Comercio 29/10/2012).

No obstante, la minera también ha presentado problemas de infraestructura y de transporte desde su compra, pues si bien la Minera Chinalco pagó un fideicomiso inicial de 15 millones de dólares en 2006 para poder financiar la planta de tratamiento de aguas del túnel Kingsmill y también garantizará el costo total de la planta a futuro, al tratarse de un pasivo ambiental del pasado que incumbe a toda la región de Junín, el gobierno en lugar de realizar una licitación pública, delegó esta responsabilidad a la propietaria china atándola al cronograma de Toromocho. Posteriormente la minera presentó un estudio de factibilidad de la planta e incrementó el fideicomiso en 9 millones de dólares más (Sanborn y Torres, 2009:149).

En cuanto al sistema de transporte que se utilizaría para llevar los concentrados desde el centro del país hasta la costa y luego para el traslado a China, en 2009, la minera enfrentó otro reto. A diferencia de otros proyectos mineros, Chinalco no propuso la construcción de un puerto propio, ni de un mineroducto para transportar los minerales. En cambio, sí propuso usar las vías públicas como el ferrocarril y la Carretera Central, lo cual se solucionó posteriormente cuando un consorcio minero al cual pertenecía Chinalco planteó la construcción de un muelle exclusivo principal para el traslado y embarque de los concentrados.

Así pues, Toromocho es un megaproyecto polimetálico. Se estima que produzca un millón de toneladas anuales de concentrados de cobre y plata y 10 mil toneladas anuales de óxido de molibdeno. La inversión total del

proyecto asciende a 2.200 millones de dólares. La mina tendrá una producción de 250 mil toneladas. Se estima que la planta concentradora producirá 117.200 toneladas en los 32 a 36 años de vida útil de la mina. Tras la presentación y aprobación del Estudio de Impacto Ambiental, el proyecto Toromochó está en plena construcción y desarrollo. La mina está programada para comenzar a operar a fines de 2013.

Como indica el MINEM (octubre, 2012), Chinalco fue la segunda empresa que llevó a cabo las mayores inversiones para el periodo enero- agosto 2012. Fue la empresa que más invirtió en equipamiento de planta de beneficio (415.172.346 soles) y la segunda en invertir en equipamiento minero, monto que ascendió a 27.434.119 soles. En este periodo Lumina Cooper realizó una inversión de 17.256. 553 soles, monto inferior al realizado en 2011.

3.2.5. CONFLICTOS EN LA MINERÍA

La inversión de China en el sector minero de Perú provoca disturbios civiles, especialmente con respecto a las prácticas laborales de China y su historial débil en la eliminación segura de los residuos del medio ambiente (Romero, 2010).

Finalmente, hay que tomar en cuenta que la minería en el Perú se ha visto envuelta desde casi siempre en una multiplicación de los conflictos sociales. Este hecho, tal como lo señala Echave (2011), se manifiesta en casi todo el planeta, pues los ejes de conflictos en torno a la minería son los típicos temas laborales, los aspectos ambientales y canon minero.

Los conflictos sociales, según el último reporte de la Defensoría del Pueblo del mes de diciembre de 2012¹⁸, indican que del total de 227 conflictos registrados en el mes de diciembre, 65,2% son del tipo socioambiental; le siguen los conflictos por asunto de gobierno local con 8,8%, los de demarcación territorial con 5,7%, y en cuarto lugar, lo ocupan los temas laborales con 4,8%. De los 227 conflictos, 148 son de tipo socioambiental, y de estos, 105 casos son debido a la actividad minera. De ello puede desprenderse que los conflictos socioambientales provocados por la minería son los que mayor incidencia tienen en la población y los que causan mayor preocu-

18 Reporte de Conflictos Sociales N° 106 Diciembre 2012 en: <http://www.defensoria.gob.pe/conflictos-sociales/objetos/paginas/6/51reporte-mensual-de-conflictos-sociales-n-106-dicie.pdf>

pación, ya que existen conflictos activos y otros latentes, que en cualquier momento pueden desatarse.

Gráfico 9a Tipo de conflicto social

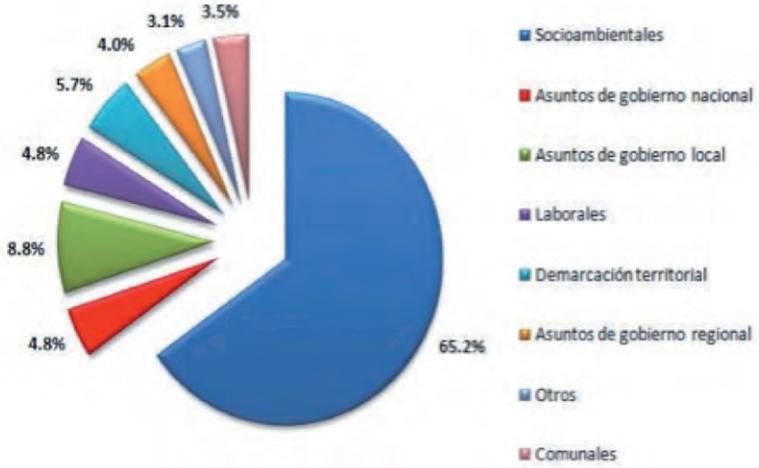
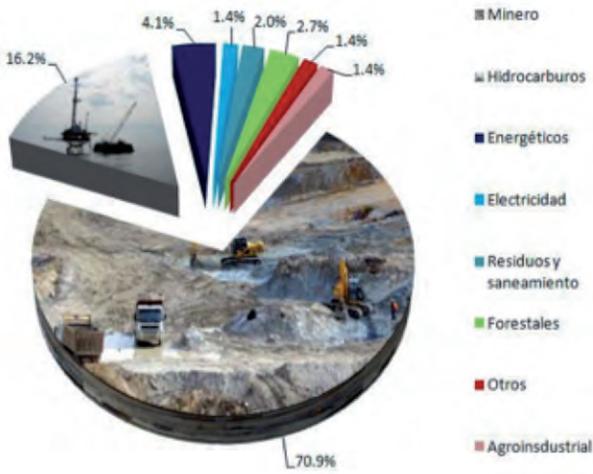


Gráfico 9b Tipo de conflictos socioambientales



Fuente: Defensoría del Pueblo. *Reporte de Conflictos Sociales* N° 106, Diciembre 2012.

Gráfico 10 Mapa de conflictos a nivel nacional



Fuente y Elaboración: Adjuntía para la Prevención de Conflictos Sociales y la Gobernalbilidad Defensoría del Pueblo

(1) Esta cifra da cuenta de los conflictos que se presentan por una misma causa en 3 departamentos o más.

Fuente: Defensoría del Pueblo. *Reporte de Conflictos Sociales* N° 106, Diciembre 2012.

A través de los años, los conflictos en las zonas mineras se han hecho cada vez más visibles, ya sea porque las huelgas son hechas por los trabajadores con el apoyo de la población o por el hecho de que estas regiones, paradójicamente, resultan ser las más pobres, lo cual llama la atención.

Como se observa en el Gráfico 10, 10 departamentos presentan de 11 a más conflictos sociales, y los demás, en su mayoría, de uno a cinco. De

ellos, nos enfocaremos en los conflictos mineros de las regiones en donde se encuentran las inversiones chinas, objeto de nuestro estudio.

Los conflictos que se han presentado en el Perú, sobre todo en las regiones como Cajamarca, Junín, representan conflictos con empresas extractivas extranjeras, en pos del medioambiente. Los casos más relevantes con respecto al capital chino son los de Shougang (el cual, como se mencionó anteriormente, también ha tenido conflictos laborales), Chinalco con el proyecto Toromocho, y algunos con Zijin que en 2008, en los que hubo hasta dos personas muertas y varios desaparecidos, debido a las protestas en contra del proyecto de cobre Rio Blanco (Gestión 02/11/2009).

En la región de Junín los conflictos activos socioambientales ascienden a cinco y hay uno en estado latente, en el último mes de 2012. El caso del proyecto Toromocho a cargo de Chinalco tiene un largo historial en cuanto a la reubicación de toda una ciudad y si estas son las mejores condiciones de una nueva vivienda para los pobladores. Hubo protestas, sin embargo se abrió una mesa de diálogo, y ese es el estado actual de la situación.

Asimismo, según el reporte del segundo semestre de 2012 del XI Observatorio de conflictos mineros en el Perú, en el departamento de Junín, el proyecto Toromocho pasó su etapa final de reasentamiento de la ciudad de Morococha, como se había planteado en un principio. Sin embargo, hay algunos temas que aún no han sido resueltos, como algunos de los riesgos que preocupan a la población y que han sido corroborados mediante un informe hecho por el Ministerio de Vivienda. Además, resulta muy preocupante el hecho de que 800.000 pobladores de la región beban agua no apta para el consumo humano, debido a la presencia de metales pesados. Las muestras fueron tomadas de las localidades de Paccha, Santa Rosa de Sacco y La Oroya, en la provincia de Yauli; en Orcotuna y Concepción, en la provincia de Concepción; y en la localidad de Jauja. Anteriormente, también se había reportado problemas con respecto al reasentamiento de la ciudad, puesto que los pobladores manifestaban su preocupación por la nueva zona de viviendas, debido a que esta nueva ubicación no era adecuada por el tipo de tierra.

Según el último informe de la Defensoría del Pueblo, en Toromocho existe diálogo, pues el 29 de noviembre se desarrolló la Sesión Ordinaria de la Mesa de Diálogo para la reubicación del pueblo de Morococha con la finalidad de aprobar el Convenio Marco Unificado, después de que las protestas se hicieran más fuertes por parte de casi 300 integrantes del Frente de Defensa de Morococha. Estos realizaron una marcha de protesta en contra del reasentamiento de la ciudad de Morococha, bloqueando la carretera central por espacio de dos horas aproximadamente, siendo repelidos por

policías. En dichos incidentes se registraron cinco civiles y un efectivo policial heridos. En la sesión se informó que a dicha fecha se habían reubicado a 474 hogares (1.709 personas aproximadamente), así como las instituciones educativas en la nueva ciudad de Carhuacoto.

Por otro lado, Cajamarca, otro de los departamentos con más conflictos, tiene 10 casos activos de conflictos socioambientales y otros latentes, los cuales se han hecho más notorios últimamente, por los problemas con proyectos grandes como Conga. Asimismo, no deja de ser un tema de preocupación entre la población otros proyectos tales como El Galeno (Jiangxi Copper propietaria del 40% y China Minmetals Non-Ferrous Metals del 60%), pues todavía no han aprobado el Estudio de Impacto Medioambiental¹⁹ (El Comercio 28/03/2012).

En el departamento de Piura, donde se encuentra ubicado Zijin, existen seis conflictos activos socioambientales. En 2011 los pobladores se opusieron a que la minera contamine sus tierras. En 2010, tras la contaminación producida en una planta de procesamiento de cobre, el vicepresidente del Grupo Zijin Chen Jiahong, fue arrestado por la policía china, pues fue acusado al tener responsabilidad en el derrame de sustancias tóxicas al río Ting, ubicado en la provincia de Fujian, China, la cual es propiedad de esta corporación. Esta contaminación fue muy grave pues las autoridades medioambientales recogieron un aproximado de 1.890 toneladas de peces muertos por envenenamiento. Además, fue denunciado por la revista *New Finance Economics*, ya que esta afirmó haber recibido un ingreso inesperado, en su cuenta corriente, de 60.000 yuanes (8.850 dólares) por concepto de “gastos de publicidad” a nombre del Grupo Zijin, a días de que esta revista enviara a un reportero a investigar la contaminación del río Ting. El periódico *China Daily* también denunció haber recibido una oferta similar²⁰ (Perú 21 03/09/2010).

En lo referente al tema medioambiental, este tipo de comportamiento, en el caso de Perú, no es muy diferente al de su propio país, pues según el mismo informe del Observatorio de conflictos mineros, Zijin, propietario del proyecto Río Blanco, ha generado muchas controversias.

19 Cfr. <http://elcomercio.pe/economia/1393906/noticia-jiangxi-copper-estimo-que-proyecto-galeno-iniciaria-produccion-entre-2014-2016>

20 Cfr. <http://peru21.pe/noticia/618072/arrestan-directivo-proyecto-rio-blanco>

Como se señala, esta empresa minera ha mostrado un comportamiento no acorde con los estándares internacionales. En el caso de Perú, según el reporte del segundo semestre de 2012 del Observatorio de conflictos mineros en el Perú, la empresa Zijin con responsabilidad en el proyecto de Rio Blanco también ha presentado problemas con las comunidades aledañas. No solo en materia medioambiental, sino también en la ocupación ilegal de tierras, pues no cuenta con la autorización de las asambleas comunales de acuerdo a ley. Esto porque la Minera Majaz, que ocupa desde 2003 parte de las tierras de comunidades en Ayabaca y Huancabamba, no contaba con la autorización del Ministerio de Energía y Minas. Asimismo, en 2009, CooperAcción presentó un informe con mapas fronterizos en los que se muestra que Zijin opera a ambos lados de la frontera Perú-Ecuador, lo cual le proporciona una ventaja porque toma posesión de una misma veta de cobre en ambos países.

Una de las mayores preocupaciones en cuanto a la minería en esta zona es el otorgamiento de las concesiones y que estas se lleven a cabo en ecosistemas frágiles y nacientes de los ríos de Ayabaca y Huancabamba. De hecho, la misma Dirección General de Asuntos Ambientales Mineros (DGAAM) del MEM, se percató de que las concesiones mineras no se encontraban tituladas a su nombre, sino hasta pasado un tiempo de las observaciones, cuando el gobierno emitió el D.S. 024-2008-DE, que otorgó 35 concesiones: ocho iniciales y las otras 27 nuevas, al nuevo titular el Consorcio Zijin. En consecuencia, otro de los problemas, como lo señala el reporte, es el número indiscriminado de concesiones otorgados en el sector minero, con matices fraudulentos.

Tal es así que, según el cuarto informe del Observatorio de conflictos mineros en el Perú, el proyecto minero de Piura de Red MUQUI carecía de sustento ambiental y social. Esto llevó a la misma Minera Rio Blanco Copper S.A. a declinar su solicitud de aprobación de la ampliación de su Estudio de Impacto Ambiental detallado a medias para proseguir con la etapa de exploración hasta 2011, pues era difícil mostrar la viabilidad para este proyecto por falta de información en lo referente a fuentes de agua superficial y subterránea. Por otro lado, también existen problemas de territorio, pues la minera no consiguió los permisos de parte de las comunidades campesinas, las cuales son propietarias de esas tierras en las que la minera se planteaba realizar exploraciones.

Hacia el mes de noviembre de 2012 se dieron importantes resoluciones judiciales sobre el caso Rio Blanco, como por ejemplo la sentencia de absolución de 107 personas, entre ellos campesinos y alcaldes provinciales, acusadas falsamente de diversos delitos, luego de que 28 de ellas fueran detenidas

y torturadas en el campamento minero de la empresa Majaz S.A. (hoy Rio Blanco Copper S.A.) con consentimiento tanto de los efectivos policiales como de trabajadores de la minera. La sentencia en contra de estas personas solo tuvo como fin el tratar de amedrentar mediante la violencia a los pobladores que hacían uso legítimo de sus derechos, al tratar de exigir dialogo para la solución de sus problemas comunales y de efectuar protestas públicas pacíficas, mediante marchas. Asimismo, otra de las resoluciones es la sentencia de condena al ex fiscal provincial de Huancabamba, Lorenzo Félix Toledo Leyva, por no denunciar las torturas que conoció en su momento. En su momento, esta sentencia es un gran paso, no sólo por el respeto a los derechos humanos sino también por la indemnización monetaria a los trabajadores de la empresa que fueron torturados, por parte de la empresa británica Monterrico Metals PLC matriz de Rio Blanco Copper S.A., ahora propiedad de Zijin.

Ante la problemática persistente de los conflictos mineros, tomar en cuenta e implementar sistemas de fiscalización más minuciosos y agudos en cuanto a temas de salud es muy importante, pues si bien las inversiones generan ingresos al Estado y un auge económico, este no puede ir en contra del bienestar de la población local.

La contaminación de las lagunas, los ríos y la contaminación ambiental en general causan daños irreversibles en la zona y en la población, pues las mineras muchas veces hacen caso omiso a los estudios de impacto ambiental y son los campesinos y la población local en general quienes sufren las consecuencias, al presentar síntomas y cuadros clínicos desalentadores principalmente en los niños, quienes son más propensos a las enfermedades.

Por ello, en primer lugar, para que los proyectos mineros se desarrollen según las normas establecidas, el Estudio de Impacto Ambiental (EIA) es primordial y necesario, pues son las acciones de orden técnico, legal, humano, económico y social, las que evitan la degradación del medio ambiente, a niveles que afecten los ecosistemas, la salud y el bienestar social. Esto es lo que se exige a todos los titulares de concesiones mineras que proyectan iniciar la etapa de explotación. En el EIA se evalúan y describen los aspectos físicos-naturales, biológicos, socioeconómicos y culturales en el área de influencia del proyecto para prever los efectos y consecuencias futuras. Esto se regula según los límites máximos permisibles de emisión, que son los reglamentos estándares establecidos de elementos contaminantes contenidos en las emisiones provenientes de actividades mineras. Una vez realizado el estudio de impacto deben tomarse las medidas de seguridad

correspondientes, teniendo en cuenta el balance del estudio realizado por expertos, según el Ministerio de Energía y Minas.

En consecuencia, la responsabilidad social también es parte importante en este sector económico, pues así como las empresas mineras tienen a su cargo la extracción de recursos naturales en muchas regiones del país, también tienen el compromiso de devolver parte de este beneficio en pos del bienestar de la comunidad local, aunque muchas veces las empresas mineras se desligan de este. Sin embargo, otras continúan con su labor por mantener una buena relación no solo con la comunidad sino también al tener presente los efectos que causan al medioambiente, mediante proyectos y programas de desarrollo.

Los estándares ambientales y laborales solo se cumplen de acuerdo a ley, y a veces ni siquiera se cumplen a nivel mínimo. El buen trato laboral, como en cualquier otra empresa, es un factor influyente en el desempeño del trabajador. Esto, como se ha visto, no se cumple a cabalidad, sin mencionar por otro lado, los reclamos existentes y persistentes en materia salarial, que generan otro tipo de conflictos sociales.

Los conflictos con las mineras no han cesado. Incluso hay dificultades para lograr un acuerdo en torno a quién es el encargado de realizar las evaluaciones de impacto ambiental en las industrias extractivas, como lo señala el diario *El Comercio* (03/12/2012)²¹, luego de la reciente aprobación de la ley que crea el Sistema Nacional de Certificación Ambiental para las Inversiones Sostenibles (Senace). Según el viceministro de Gestión Ambiental del Ministerio del Ambiente, Mariano Castro, el Senace será un organismo que complementará este sector, entre cuyas funciones está garantizar los derechos ambientales de los actores involucrados y simplificar los procesos de EIA con informes detallados. Con respecto a ello, una postura contraria es la de Carlos Aranda, presidente del Comité de Asuntos Ambientales de la Sociedad Nacional de Minería, Petróleo y Energía (SNMPE), que afirmó que esto solo crearía centralización, lo cual podría desacelerar las inversiones mineras y generar más cuellos de botella en los trámites de aprobación de los EIA, que ya de por sí son engorrosos.

21 <http://elcomercio.pe/economia/1504805/noticia-cual-futuro-evaluaciones-ambientales-creacion-senace>

3.2.6. REFLEXIONES FINALES

China no solo adquiere mayor relevancia a nivel mundial, sino que cada vez más se convierte en socio principal de América Latina en comercio e inversión. En ambos casos hay un predominio de recursos naturales en el intercambio, lo que establece relaciones de complementariedad, aunque inter-industriales. También hay competencia en sectores manufactureros, lo que genera ciertos problemas a países como México. Hay otros casos mixtos como Brasil, donde hay complemento en la exportación de minerales y alimentos, y competencia en manufactura y servicios.

Las inversiones procedentes de China a América Latina, son destinadas en su mayoría al sector extractivo, minería e hidrocarburos. Se dice que no aportan en tecnología ni innovación a las economías regionales. La inversión china también ha sido criticada porque ha sido controlada en gran medida por el Estado, correspondiendo a sus estrategias de competencia y comercio. Sin embargo, se observa un proceso de diversificación, hay proyectos con capitales chinos en el sector pesquero, automotriz e infraestructura.

La presencia china es cada vez más importante y se traduce en mayores inversiones a través de diferentes modalidades (compra, participación, nuevas inversiones). El Perú no es la excepción: China ha sido primer socio comercial en los últimos años y los flujos de inversiones han tenido un aumento cualitativo.

Aunque la concentración es un factor predominante, la minería tiene una presencia fundamental tanto en el comercio como en la inversión. En el caso de Perú, las relaciones comerciales han seguido la misma estructura que el resto de países latinoamericanos: está concentrada en las exportaciones de metales como hierro, zinc, cobre; y harina de pescado. También es de tipo interindustrial y está poco diversificada. Aunque cabe resaltar que en los últimos años se ha presentado un superávit comercial respecto de China.

Las inversiones chinas en minería han tenido diferentes fases. Llegan con el proceso de privatización de los años noventa, y hay una nueva ola de inversiones en el contexto del boom minero del Perú en los años 2000.

En relación a las inversiones chinas en Perú, la IED se concentra en la minería (hierro y cobre), con algunos compromisos menores en el petróleo y el gas natural. Se ha anunciado el ingreso de nuevas inversiones; la mayoría son proyectos mineros, pero también en otros sectores como el

financiero y pesquero. Las inversiones en gran parte se han dado a través de paraísos fiscales.

Las características de esta inversión son heterogéneas. Hay empresas como Shougang que no respetaron derechos laborales, ni el medioambiente, ni compromisos tributarios, o de inversión. Se puede encontrar similitudes con las características atribuidas por diferentes autores a la inversión china en África.

Por otro lado, hay inversiones como las de Chinalco que han tenido más cuidado con relación en el entorno, en la búsqueda de relocalización y condiciones adecuadas de viviendas para los trabajadores, y relativamente mayor respeto de estándares laborales y medioambientales.

La necesidad de capitales para el Perú en los años noventa hizo que se dieran una serie de incentivos de inversión directa extranjera que muchas veces entraban en colisión con derechos fundamentales establecidos en tratados internacionales (sobre todo de la OIT).

En la década del 2000, la situación fue cambiando internamente, y también con la suscripción de TLC, donde se incluían capítulos laborales y medioambientales que elevaban los estándares existentes sobre todo con Europa, Canadá y EEUU (especialmente este último, donde hay adendas específicas al respecto).

En abril de 2009, se firmó el TLC con China. El sector minero se configura como el más dinámico antes y después del TLC, ya que existe ahora un marco legal más favorable para las inversiones chinas altamente interesadas en la explotación de minerales para su creciente industria. La firma del TLC implica una nueva agenda, en la cual, respecto al sector servicios e inversiones, ambas partes se comprometen a respetar el trato nacional, la transparencia y el uso de mecanismos de solución de controversias en caso de conflicto.

El TLC con China también incluye la antigua agenda comercial, como acceso a los mercados para la agricultura y otras materias primas, textiles, e intensivos en mano de los productos manufacturados, y en particular demandas de China basadas en los recursos para el acceso constante a las importaciones de materias de ambas naciones (Fairlie, 2011b).

El TLC con China reconoce básicamente las condiciones de protección a la inversión otorgada a países desarrollados (como los ya mencionados), mediante la inserción de un capítulo de inversiones. Pero no incluye capítulos o adendas específicas sobre temas laborales y medioambientales que impliquen la adopción de elevados estándares. Tampoco incluye un profundo capítulo de propiedad intelectual.

Si bien hay cambios en la legislación peruana y prácticas corporativas que generan una tendencia de cumplimiento de estándares más altos, puede darse el caso que se apele a los TLC firmados para que aun en las condiciones de conflicto social/ laboral con la inversión, o de esta con el medio ambiente, se dé prioridad a los derechos de los inversionistas.

Cabe resaltar que la concentración de las exportaciones es solo en ciertos sectores los cuales dirigen el crecimiento de las economías, lo cual en ausencia de buenas instituciones puede conllevar a que las economías latinoamericanas sean vulnerables a los cambios de precio, y que se afecte la competitividad de las exportaciones, siendo contagiadas de esta manera de la enfermedad holandesa. Por otro lado, la dependencia económica sobre ciertos sectores puede generar una mayor desigualdad en los ingresos.

La concentración de las exportaciones en ciertos recursos naturales también implica mayor dependencia de las economías latinoamericanas hacia la demanda china. Esto, sumado a las desigualdades económicas y sociales entre los países de América Latina y China, genera una relación de dependencia “centro-periferia”, lo que puede acarrear implicancias tanto económicas como políticas (Patricio, 2011).

Cepal (2012) señala que la concentración de canastas de exportación de los países latinoamericanos en materias primas conlleva a un proceso de “reprimarización”. Además, esta vinculación no se ha traducido en un incremento en la calidad de la inclusión de América Latina y el Caribe en la economía mundial. Esta estructura no tiende a aportar nuevas iniciativas tecnológicas, además de engrosar la brecha de productividad entre países.

Por otro lado, América Latina tiene una clara ventaja comparativa con respecto a los productos primarios. Sin embargo, existen otros factores que no permiten la diversificación del comercio y afectan su composición. China impone barreras comerciales, incluyendo aranceles relativamente altos e instrucciones a las empresas de propiedad del estado para que prioricen la compra de bienes nacionales. Las restricciones comerciales también tienden a aumentar con el grado de procesamiento y el valor agregado del bien comercializado (Jenkins, 2009).

Esta asimetría comercial es una preocupación en América Latina, ya que los productos primarios son finitos, su valor agregado es limitado, y su impacto potencial sobre el desarrollo a largo plazo podría ser limitado si los ingresos provenientes de estos recursos no son asignados adecuadamente (Red Mercosur, 2012).

El estudio de casos que realizaron Perry y Olivera (2012) para países con gran participación del sector de hidrocarburos en sus economías muestra

que dichos países no han tenido un buen desempeño económico ni han aprovechado sus periodos de abundancia. Estos países son exportadores de dicho producto. Los países petroleros son muy sensibles a los movimientos de los precios del petróleo, lo que conlleva a que sufran de la enfermedad holandesa.

Es importante recalcar que este término se usa para aquellos países que presentan una desindustrialización y apreciación de su moneda consecuencia del descubrimiento y boom de recursos naturales, según Sachs y Warner (1997). Sin embargo, autores como Lederman y Maloney (2007), señalaron en su momento que el crecimiento se ve afectado por la abundancia de recursos naturales por la concentración de exportaciones (Perry y Olivera, 2012).

Respecto a las prácticas laborales que emplea China, las empresas e inversiones chinas se han destacado por no cumplir con los estándares mundiales. Si bien la IED china en América Latina ha crecido, también las prácticas de las compañías chinas, sobre todo las mineras, han generado muchos conflictos, violaciones de trabajo flagrantes e incumplimiento de los estándares internacionales del medio ambiente (Kotschwar, Moran y Muir, 2011).

Asimismo, Ellis (2012) señala que se ha generado una preconcepción sobre las inversiones chinas en la región, lo cual no ha favorecido a su desempeño; además, los diferentes conflictos generados en torno a las empresas chinas en la región se debe a un desconocimiento y diferencias socioculturales. También se pone de manifiesto la carencia y ausencia de institucionalidad y recursos para liderar la gestión ambiental, la expansión agresiva de la minería, y las malas prácticas ambientales que son reproducidas por la inversión extranjera (De Echave, 2011).

La acogida de estas inversiones en países en desarrollo pueden exponer a estos países a la maldición de los recursos: las prácticas de los pagos ilegales, sobornos y corrupción, además del no respeto de los trabajadores y los poco estrictos estándares medioambientales (Kotschwar, Moran y Muir, 2011).

Sanborn y Torres (2009) sustentan para el caso del Perú, que si bien el comercio con China ha generado beneficios mutuos, incentiva a una mayor explotación de recursos naturales no renovables, lo cual no induce a un mayor grado de diversificación de la economía y promoción de empleo, ratificando la condición de economía primario exportadora.

Además, dicha explotación no vela por el cuidado de estos recursos naturales y no cuenta con una apropiada regulación. De igual manera, seña-

lan que las empresas chinas no se desenvuelven de forma trasparente y no se exige una mayor compromiso social y ambiental.

En consecuencia, las actividades de las empresas chinas que más generan polémica guarda una ambivalencia, pues por un lado, la enorme inversión genera un impacto positivo en las cuentas fiscales de la región y atrae a nuevos inversionistas. Por otro lado, conduce a la región a generar impactos negativos, dado que las riquezas naturales se agotan, y crea en los países un patrón de conducta primario-exportador. Las empresas lideradas por inversiones chinas en la República Democrática del Congo, Angola y Zambia y las constantes denuncias de corrupción y soborno son algunos datos más a tener en cuenta para los políticos latinoamericanos.

Asimismo, los países occidentales subrayan que en el afán de las inversiones chinas de obtener petróleo y minerales, no respetan las normas internacionales, como el apoyo al régimen de Jartum, durante el cual se produjo el genocidio en Darfur, siendo Sudán país del cual China ha captado la mayor parte de exportaciones de petróleo.

Por otra parte, el volumen total de la inversión también plantea una cuestión política, no sólo para América Latina sino para sus socios comerciales tradicionales, pues se ha despertado la preocupación de que los esfuerzos de China por adquirir materias primas podrían estar agravando los problemas de la fuerte demanda por los suministros de recursos naturales, el acceso preferencial a la producción disponible y ampliar el control sobre las industrias extractivas en el mundo (Alden, 2012).

Tenemos entonces un comportamiento dual. Algunas inversiones chinas (especialmente, pero no exclusivamente, las más antiguas) no se perciben como que tienen un impacto positivo y han generado diferentes cuestionamientos y conflictos. Pero también hay otras que se están esforzando por tener políticas de responsabilidad social corporativa, no solo de respeto a los derechos laborales, al medioambiente y comunidades locales, sino que también han impulsado obras de infraestructura que buscan el apoyo de la población a sus actividades.

Nuestro balance por tanto, es matizado. Por la evidencia que hemos podido revisar, no coincidimos con quienes afirman que la inversión china es siempre negativa y que contrasta con otras más responsables (norteamericanas y europeas) que tienen TLC. Tampoco con aquellos que generalizan y señalan que las inversiones chinas no incumplen las leyes y los estándares de manera exclusiva, sino que sería también norma de comportamiento de otras inversiones extranjeras en el Perú.

Pensamos que hay una tendencia por la que las empresas grandes están cada vez más comprometidas con un mayor respeto las normas y en la relación con los involucrados en su área de influencia. No es el caso de empresas pequeñas o minería informal, que tienen otro patrón de comportamiento.

A pesar de ello, buena parte de los conflictos en el Perú está relacionado a la minería, muchos de ellos por demandas que no corresponden al desempeño de una empresa, sino por carencias del desarrollo local o la insuficiente inversión pública en obras de infraestructura y servicios básicos.

La experiencia de la inversión china es mixta. Pero si la tendencia que señalamos se consolida, se puede esperar una inversión con un mayor respeto paulatino a mayores estándares.

El problema de fondo es cómo desarrollar actividades con mayor valor agregado, que permitan una diversificación productiva y exportadora. Y pasar de una economía primario-exportadora a una más intensiva en capital humano y conocimiento. Creemos que es importante seguir aprovechando la explotación de recursos naturales, pero desde una estrategia diferente. Hay zonas de explotación minera y petrolera concesionadas que coexisten no solo con áreas de muy rica biodiversidad, sino donde habitan comunidades campesinas y selváticas con actividades agrarias y de servicios alternativos.

El gran desafío es lograr una coexistencia que no lleve al conflicto permanente. El problema es que más allá de los avances que se están produciendo hay inversiones mineras, entre ellas la china, que tendrán que enfrentar este tema estructural.

REFERENCIAS

- Alden, Chris (2012). China and Africa: A Distant Mirror of Latin America. London School of Economics and Political Science. Colombia Internacional 75, enero a junio de 2012: 19-47
- Blásquez-Lidoy, Jorge y Rodríguez, Javier (2006). ¿Ángel o demonio? Los efectos del comercio chino en los países de América Latina. Revista de la CEPAL, n° 90, págs. 17-43.
- Cámara de Comercio Peruano China (CAPECHI). Consulta: 31 de diciembre del 2012 <http://www.capechi.org.pe/>
- Comisión Económica para América Latina y el Caribe-CEPAL (2010). La inversión extranjera directa china en América Latina y el Caribe.
- Comisión Económica para América Latina y el Caribe-CEPAL (2011). La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe, Santiago de Chile, junio.
- Comisión Económica para América Latina y el Caribe-CEPAL (2012). La República Popular China y América Latina y el Caribe: Diálogo y cooperación ante los nuevos desafíos de la economía global.
- Comisión investigadora sobre los delitos económicos y financieros cometidos entre 1990-2001 (CIDEF) (2002). Congreso de la República, pp.64-66. <http://www.congreso.gob.pe/comisiones/2002/CIDEF/oscuga/informecideffinal.pdf>
- De Echave, José (2011). El extractivismo depredador: el caso de la minería, CooperAcción.
- Defensoría del Pueblo (2012). Reporte de Conflictos Sociales N° 106, diciembre 2012.
- Ellis, R. Evan (2012). Learning the Ropes. China adjusts to doing business in the Americas. Americas Quarterly. Noviembre.
- Diario El Comercio :
- <http://elcomercio.pe/actualidad/1489243/noticia-junin-pobladores-morococha-empiezan-su-reubicacion>
- http://elcomercio.pe/peru/699379/noticia-pobladores-lobitos-sufren-estragos-petroleo-sus-aguas_1
- <http://elcomercio.pe/peru/700816/noticia-osinergmin-evalua-dano-ecologico-lobitos>
- Diario Gestión:
- <http://gestion.pe/noticia/465257/peru-principal-destino-inversion-china-region>
- <http://gestion.pe/noticia/279854/china-minmetals-ejecutara-proyecto-galeno-explotar-oro-cobre>
- <http://gestion.pe/economia/mas-empresas-chinas-solicitan-petitorios-mineros-explorar-2013079>

- Fairlie (2011a). Encadenamientos Productivos de las actividades exportadoras en América Latina. El caso de la Minería en Perú. Serie Comercio y Crecimiento Inclusivo, Working Paper N° 137.
- Fairlie, A. (2011b). TLC y agendas complementarias: balance y lineamientos de propuesta, Departamento de Economía de la Pontificia Universidad Católica del Perú.
- Federal Reserve Bank of Atlanta (2011). El comercio estrecha vínculos entre China y América Latina. *EconSouth* Vol. 13, n°2.
- Glave, Manuel y Kuramoto, Juana (2007). La minería peruana: lo que sabemos y lo que aún nos falta por saber, Investigación, políticas y desarrollo en el Perú, Lima: GRADE. p. 135-181.
- Giacosa, Francisco (2011). La presencia de China en África. Estudios de caso: Sudán, Angola y Nigeria. Grupo de estudios internacionales contemporáneos GEIC.
- Gonzalez-Vicente (2011). Mapping chinese mining investment, with a focus on Latin América: Politics or market?, China – Latin America meeting at UCLA Asia Institute: “From the Great Wall to the New World: China and Latin America in the 21st Century”, 15-16 April 2011.
- Hernández, Mariacamila (2010). La Consolidación de la Influencia Económica y Política de China en África. Estudio de Caso: Sudán en el Periodo Comprendido 2003-2008.
- Instituto Peruano de Economía (portal web)
<http://ipe.org.pe/comentario-diario/24-8-2012/el-impacto-economico-de-la-mineria>
- Irwin, A. y Gallagher, K. (2012). Chinese investment in Peru: A comparative analysis. The Working Group on Development and Environment in the Americas.
- Jauch, Herbert (2011). Chinese investments in Africa. Twenty-first century colonialism?. *New Labor Forum* pp. 48-55
- Jenkins, Rhys (2009). El impacto de China en América Latina, *Revista CIDOB d’Afers Internacionals*, núm. 85-86, p. 251-272.
- Kotschwar, Barbara; Moran, Theodore y Muir, Julia (2011). “Do chinese mining companies exploit more?” *Americas Quarterly*. En: *Impact Investing: Profit Meets Purpose*. Consulta: 7 de enero de 2013.
<http://www.americasquarterly.org/do-chinese-mining-companies-exploit-more>
- León, José Luis (2006). China-América Latina. Una relación económica diferenciada. *Nueva Sociedad*, n°203 (Ejemplar dedicado a: El desafío chino), págs. 28-47.
- Malamud, Carlos (2007). Los actores extrarregionales en América Latina (I): China. *Boletín Elcano* n°97.

- Manco, Jorge y Maldonado, Pedro (2003). Hierro Perú: una privatización anormal del estado peruano al estado chino. *Revista de la Facultad de Ciencias Económicas de la UNMSM*, año VIII, n° 22.
- Metals Economics Group (2010). *World exploration trends 2011. A Special Report from Metals Economics Group for the PDAC International Convention* Minera Chinalco Perú: http://www.chinalco.com.pe/es/quienes_somos
- Ministerio de Comercio Exterior y turismo-MINCETUR (2012). *Reporte de Exportaciones*, octubre 2012.
- Ministerio de Comercio Exterior y turismo-MINCETUR (2012). *Reporte de Importaciones* noviembre 2012.
- Ministerio de Comercio Exterior y turismo-MINCETUR (2012). *Reporte de comercio bilateral Perú-China*.
- Ministerio de Energía y Minas-MEM (2011). *Anuario minero 2011*.
- Ministerio de Energía y Minas-MEM (2012). *Boletín estadístico de minería*, noviembre 2012.
- Muñoz, María (2010). *La sombra china en África*, Grupo de Estudios Estratégicos GEES.
- Murphy, Colum (2012). “China diversifica sus inversiones en América Latina”. *Wall Street Journal*, en español, 13 de setiembre de 2012. Consulta: 3 de enero de 2013 <http://online.wsj.com/article/SB10000872396390444017504577648183826409296.html>
- Observatorio de la Política China (2012). *Análisis y pensamiento iberoamericano sobre China*.
- Patricio, Raquel (2011). *La presencia china en América Latina*. Observatorio Virtual Asia-Pacífico. http://asiapacifico.utadeo.edu.co/wp-content/files/presencia_china_america_latina__d_d_.pdf [Consulta: 29 de noviembre del 2012]
- Perry, Guillermo y Olivera, Mauricio (2012). *Petróleo, instituciones y desempeño económico, Petróleo y minería: ¿bendición o maldición? Colombia*, pp.1 – 48.
- Proinversión (2012). *Informe sobre la IED de China a junio de 2012*.
- Red Mercosur (2012). *El impacto de China en América Latina: Comercio e Inversiones*. Red Mercosur de Investigaciones Económicas. Montevideo.
- Reporte de Biodiversidad (2010). <http://www.biodiversityreporting.org/article.su b?docId=31672&c=Peru&cRef=Peru&year=2010&date=February%202010>
- Revista Proveedor Minero (2012). Año VI Lima-Santiago Dic. 2012 en <http://issuu.com/mineriadp/docs/prov-minero-12-12>
- Revista Semana Económica (portal web) <http://semanaeconomica.com/articulos/75379-la-mineria-como-motor-sectorial>
- Rosales, Osvaldo (2012). *La República Popular China y América Latina y el Caribe*:

- Diálogo y cooperación ante los nuevos desafíos de la economía global. CEPAL Sanborn, Cynthia A. y Torres, Víctor C. (2009). La economía china y las industrias extractivas: desafíos para el Perú. Lima: Centro de Investigación de la Universidad del Pacífico, CooperAcción.
- Sánchez, Diego (2006). El impacto de China en América Latina: ¿oportunidad o amenaza?
- Santiso, Javier (2006). ¿Realismo mágico? China e India en América Latina y África, Economía Exterior.
- Sociedad Nacional de Minería, Petróleo y Energía (portal web) <http://www.sn-mpe.org.pe/informes-y-publicaciones-snmpe/efecto-de-la-mineria-sobre-el-empleo-el-producto-y-recaudacion-en-el-peru/presentacion.html>
- Torres, Víctor (2010). El TLC Perú-China: Posibles implicancias para el Perú. Pensamiento Crítico, n°13, págs. 101-120.
- Web del Proyecto Open Data Perú
<http://www.datosperu.org/peru-shougang-hierro-peru-saa.php>

ANEXO

Una nota sobre la inversión china en África

El continente africano posee una abundante dotación de recursos naturales, especialmente en hidrocarburos, minerales y madera, que permanecen en su mayoría sin explotar como resultado de décadas de inestabilidad política, infraestructura deficiente y la falta de inversión. Por su parte, China es el mayor consumidor y productor de aluminio, mineral de hierro, plomo y zinc, y es un actor importante en los demás mercados de minerales.

El enfoque chino para financiar su creciente papel en el sector de los recursos depende de la escasez en el país de destino, ya que desde un punto de vista comparativo, el compromiso económico de China, si bien ha reactivado las fortunas de las economías basadas en los recursos como en África, proporcionando nuevas inversiones en un contexto de boom mundial de productos básicos, también ha generado una dependencia por parte de su economía hacia la extracción de recursos naturales.

Según Alden (2012), la profundidad y la forma del posicionamiento chino en África están bien establecidas en el sector de los recursos naturales y se reflejan en las relaciones comerciales, la inversión y la diplomacia china en la región. De la mano de la creciente diversidad de actores chinos presentes en el continente –que va desde empresas estatales hasta microempresarios–, la creciente presencia china en África da luces sobre las dinámicas que también se evidencian en otras regiones en desarrollo ricas en recursos naturales como Latinoamérica.

Desde 2009, China ha pasado a ser el primer socio comercial de África. Su comercio bilateral está principalmente basado en la extracción de petróleo, minerales estratégicos y algunas otras materias primas, que se intercambian por bienes. Por ejemplo, los patrones de comercio e inversión entre China y África son derivados de una búsqueda de recursos por parte de las empresas chinas:

“China es 'economía de mercado socialista' que está impulsada y orientada al mercado por las empresas estatales y sus intereses en África están orientados hacia la obtención de suficiente energía, recursos, y minerales para alimentar a su propia industrialización” (Jauch, 2009:50).

El flujo de capitales chinos tiene una influencia positiva en términos comerciales, financieros e incluso políticos. Sin embargo, existe un riesgo creciente de ver cómo gran parte del continente africano puede quedar atrapado en una especialización de materias primas, sin salir, por tanto, de la pobreza. China es uno de los grandes protagonistas de este crecimiento –sin desarrollo– al comprar una importante parte del crudo producido (37% de las exportaciones angoleñas en 2005 fueron a parar a China). Esto no permite una diversificación económica, el país sigue encerrado en una especialización poco intensiva en mano de obra y de bajo valor añadido. Además está el hecho que las empresas chinas han llevado mano de obra a África, por lo cual no contratan a mano de obra africana. Esto no permite absorber la oferta laboral y tampoco transfiere conocimiento. Ante esta crítica los argumentos chinos son que la mano de obra africana no está especializada y no hablan el idioma (Muñoz, 2010).

El país asiático tiene una política de financiamiento para apoyar a la infraestructura de sus propias empresas dentro del territorio africano. Al desarrollo de infraestructura en comunicación y transporte se le destina miles de millones de dólares en préstamos a bajo interés por parte del Banco de Importación y de Exportación de China; esto es algo que la mayoría de africanos aprecia mucho, pues otras inversiones extranjeras han olvidado o dejado de lado este sector. Pero por otro lado, representa una estrategia china concertada de mitigación de riesgos y, al mismo tiempo, ofrece incentivos para que las empresas nacionales “salgan” y busquen oportunidades en el extranjero. Algunos datos encontrados sugieren que una vez establecidas en el mercado africano, las empresas chinas prevén que van a obtener más contratos (Davies y Corkin, 2007:246). Sin embargo, esto también crea preocupaciones en los gobiernos africanos puesto que se usa mano de obra china.

Esta voluntad del gobierno chino, que proporciona un paquete de incentivos en África, ha levantado muchas suspicacias, puesto que se dice que el gobierno chino no tiene ningún interés en los asuntos internos de los países africanos como sí lo tienen EEUU o la Unión Europea, pues China tiene una política de no injerencia en base a la cual ha invertido con regímenes totalitarios. A esto hay que añadir que tampoco ha impuesto barreras comerciales ni arancelarias a África (Kotschwar, 2011).

Por ejemplo, hay casos de empresas chinas que han entrado en la construcción de los mercados africanos a través de proyectos chinos antes de ganar las licitaciones públicas. Por otro lado, un número indeterminado de trabajadores chinos traídos para trabajar en proyectos de construcción, una vez terminados sus contratos, ha permanecido en África para buscar

oportunidades de empleo, uniéndose a la oleada de inmigrantes que abren pequeñas empresas. Los salarios también son diferenciados puesto que los trabajadores chinos ganan más por ser los que ocupan puestos más calificados (Jauch, 2009:51).

Otro factor que llama la atención es que en África no solo se encuentran empresas estatales chinas sino también PyMEs, pues hay aproximadamente 80 PyMEs chinas en África, sobre todo en los países de ingresos medios, que están teniendo igual impacto que las multinacionales. Tal es el caso que las prácticas de *dumping* y la mala conducta de las empresas chinas saltan a la vista. En la República del Congo, estas ignoran los servicios básicos de salud, regulación y seguridad. Por otro lado, las leyes laborales locales que no se cumplen también hacen estragos en la región.

Otro ejemplo se da en Zambia, donde las malas prácticas laborales han causado muertes y asesinato de trabajadores africanos por directorios chinos. Otro problema que se destaca es la cantidad creciente de chinos indocumentados y la proliferación de tiendas de minoreo que ofrecen bienes de consumo a bajo costo, y con lo cual los africanos deben competir (Jauch, 2009).

Uno de los mayores problemas en África es que están ausentes los convenios colectivos y esto deja mucha libertad a los empresarios chinos para decidir los salarios y beneficios, y entonces se contrata a los trabajadores de manera temporal, quitándoles todos los beneficios a los que tienen derecho, como seguridad social y salario mínimo. En Zambia, por ejemplo, en la mina de cobre de origen chino se pagaba 30% menos que en otras minas del país, y esto solo cambió después de que los trabajadores iniciaron huelgas y protestas (Jauch, 2009:52). Se ha hecho hincapié en informes recientes en que los empleadores chinos violan muy a menudo las normas de trabajo que impone la OIT, así como las normas ambientales. Como lo señala Giacosa (2011), en Angola, los contratistas y proveedores para las empresas chinas son chinos que tienen sueldos menores que los trabajadores locales, lo cual ha generado una subeconomía.

Como señala Alden (2012), de todos los países, sin embargo, Sudáfrica –que se muestra como una economía de nivel medio, con una industria básica razonable con divisiones socioeconómicas subyacentes arraigadas en las grandes disparidades en los ingresos y las políticas históricas de discriminación– proporciona un «espejo» útil para América Latina. A pesar de las nuevas inversiones, específicamente, Sudáfrica tiene un balance negativo y la estructura de las exportaciones a China está limitada a los mine-

rales y productos agrícolas, mientras que las importaciones se centran en productos de consumo de baja gama.

En el mismo documento se señala que la competitividad china es una preocupación no sólo en ciertos círculos en Sudáfrica, sino también en el resto del continente. Aunque la llamada «desindustrialización» de Sudáfrica (y África) puede ser exagerada, hay, sin embargo temores muy reales, pues la lucha por las ganancias en las fabricaciones textiles ha sido muy dura. Según un estudio, el valor de las exportaciones textiles de Sudáfrica a los EEUU se ha reducido 54% desde 2005 como consecuencia de la competencia china, y aproximadamente 60.000 puestos de trabajo han sido desplazados (Biacuana *et al.*, 2009:15). En consecuencia, para hacerle frente, en parte, a este problema, las leyes laborales africanas son resistentes y hasta estrictas.

Como se muestra en el caso de Sudáfrica, los países de ingreso medio como Brasil, Argentina y Colombia, que tienen infraestructura medianamente desarrollada, experiencia adquirida en el sector empresarial local, sindicatos fuertes y que establecen un entorno normativo, probablemente resulten ser destinos de inversión menos atractivos. Sin embargo, otros actores chinos –especialmente las situadas en el sector financiero– se sienten atraídos por estos valores, ya que proporcionan un marco institucional más sólido que será el apoyo que su búsqueda de beneficios. Estos patrones deben ser considerados y observados por los latinoamericanos (Alden, 2012).